

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONTROLADORIA
LINHA DE PESQUISA: CONTABILIDADE PARA USUÁRIOS EXTERNOS

DANILO HENRIQUE FAGNANI RABITO

**ÍNDICES DE AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL:
INFLUÊNCIA DE FATORES CONTINGENCIAIS NO NÍVEL DE GOVERNANÇA
PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ**

Maringá
2022

DANILO HENRIQUE FAGNANI RABITO

**ÍNDICES DE AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL:
INFLUÊNCIA DE FATORES CONTINGENCIAIS NO NÍVEL DE GOVERNANÇA
PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, área de concentração Controladoria, da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Área de Concentração: Controladoria

Linha de Pesquisa: Contabilidade para Usuários Externos

Orientador: Prof. Dr. Romildo de Oliveira Moraes

Maringá
2022



ATA DE DEFESA PÚBLICA

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, às 15h00min., no Bloco B-12, sala 002, realizou-se, no *Campus* Sede da Universidade Estadual de Maringá, a Defesa Pública da Dissertação de Mestrado, sob o título: “**Índices de Avaliação de Governança Pública Municipal: Influência de Fatores Contingenciais no Nível de Governança Pública dos Municípios do Estado do Paraná**”, de autoria de **Danilo Henrique Fagnani Rabito**, aluno do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – Mestrado – Área de Concentração: Controladoria - Linha de pesquisa em Contabilidade para Usuários Externos. A Banca Examinadora foi composta pelos professores:

Membros da Banca	Função	IES
Prof. Dr. Romildo de Oliveira Moraes	Presidente	PCO/UEM
Prof. ^a Dr. ^a Kerla Mattiello	Membro examinadora	PCO/UEM
Prof. ^a Dr. ^a Patrícia Siqueira Varela	Membro examinadora	IES/USP

Concluído os trabalhos de apresentação e arguição, o aluno foi **APROVADO** pela Banca Examinadora. A validação da aprovação na Defesa Pública está condicionado o aluno apresentar a versão definitiva da Dissertação, no prazo de 60 (sessenta) dias, de acordo com Art. 72 da Resolução nº 095/2018-CI/CSA, para a expedição do Diploma de Mestre. Para constar, a presente Ata foi lavrada e assinada pelo Coordenador do Programa e pelos membros da Banca Examinadora.

Maringá Pr., 25 de outubro de 2022.

Prof. Dr. Romildo de Oliveira Moraes
(Presidente)



Documento assinado digitalmente
KERLA MATTIELLO
Data: 20/01/2023 08:33:03-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.^a Dr.^a Kerla Mattiello
(Membro examinadora interna)

PSVarela

Prof.^a Dr.^a Patrícia Siqueira Varela
(Membro examinadora externa – IES/USP)

PROF. DR. REINALDO RODRIGUES CAMACHO
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em
Ciências Contábeis

À Camila Kaori Kakhata (*in memoriam*), o grande amor da minha vida, que sempre me apoiou e me acompanhou em minha jornada, mas infelizmente não pode ver essa conquista. Te amo para sempre!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a você que está lendo essa dissertação, ela foi realizada com muito esforço e muito carinho e saber que tem alguém em algum lugar lendo o que eu levei um bom tempo para escrever me faz sentir vivo e imensamente agradecido. Obrigado!

Não poderia deixar de agradecer também a todo cidadão de bem que paga seus impostos de forma correta e não os sonega, visto que a oportunidade de estudar em um programa de pós-graduação em uma universidade de tão alto prestígio, como a Universidade Estadual de Maringá, só é possível porque você contribui pagando os seus impostos, colaborando assim com o crescimento do conhecimento.

Gostaria de agradecer também aos professores com os quais tive a oportunidade de trocar ideias e conhecimentos, remotamente é claro devido a pandemia de COVID-19, entre eles o Professor Dr. Valter da Silva Faia, Professor Dr. Reinaldo Rodrigues Camacho, Professora Dra. Simone Letícia Raimundini Sanches, Professora Dra. Inna Choban de Sousa Paiva, Professora Dra. Luísa Margarida Cagica Carvalho, Professor Dr. José Braz Hercos Junior e é claro não poderia esquecer de deixar um agradecimento especial ao meu orientador Professor Dr. Romildo de Oliveira Moraes, agradeço imensamente pela paciência, pelas contribuições e principalmente por entender o momento difícil que estou passando. Agradeço também a Professora Dra. Patrícia Siqueira Varela e Professora Dra. Kerla Mattiello pelas contribuições, com questionamentos e sugestões sobre o projeto de dissertação. Obrigado a todos!

Seria injusto deixar de fora meus queridos colegas virtuais, Agnaldo Pereira, Allan Wilio Nogueira de Moura, Dayane de Oliveira Gomes, Elizabeth Moser, Eliziane Maria Rosa, Hugo Henrique Saullin Alvaro, Janaina Pereira de Assis, João Victor dos Santos Bulcão, Letícia Guinatti Rodrigues, Lilian Kely Costa Silva Ribeiro, Lucileide Jacinto Rodrigues, Luiz Henrique Rosário, Natalia Lombardi, Renan Silva de Carvalho, Thalita Juliana França Machado, Valkiria Farias do Rosário Cavalcante e Vitor Hugo Garcia de Souza. Obrigado pelo conhecimento, debates e brincadeiras realizadas durante os estudos, deixando a vida mais leve.

Por fim, novamente gostaria de agradecer ao grande amor da minha vida, Camila Kaori Kakhata (*in memoriam*) que sempre estava lá, pronta para fazer um chá ou um bolo de caneca, enquanto eu lia e relia os artigos. Teve sua vida ceifada pela ignorância, trocada pela família pelo dinheiro e enganada pelos profissionais da saúde que deveriam, pelo menos, respeitar o direito à vida dos outros. Obrigado por tudo mor, te amo para sempre!

“Hoje eu vou encontrar com interferências, ingratidão, insolência, deslealdade, má vontade e egoísmo. Todos eles devido à ignorância das pessoas sobre o que é bom ou mau”.

(Marco Aurélio)

Rabito, D. H. F. (2022). *Índices de Avaliação da Governança Pública Municipal: Influência de Fatores Contingenciais no Nível de Governança Pública dos Municípios do Estado do Paraná*. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil.

RESUMO

Este estudo explora as características da Governança Pública Municipal, referente a três índices sendo: Índice de Governança Municipal (IGM) (2021) elaborado pelo Conselho Federal de Administração (CFA), Índice de Avaliação da Governança Pública - Municipal (IGovP-M) elaborado por Aquino, Silva, Vasconcelos e Castelo (2021), adaptado de Oliveira e Pisa (2015) e o Índice Agregado de Avaliação da Governança Pública – Municipal (IAGP-M) idealizado por esse estudo. Trata-se de um estudo quantitativo com método de pesquisa empírico-analítico, que corresponde à utilização de técnicas de coleta, tratamento e análise de dados. Foram coletadas informações dos 399 municípios do Estado do Paraná, em um total de 29 variáveis explicativas (variáveis independentes e de controle) que foram utilizadas na correlação e nos modelos de regressão linear múltipla. Para fins deste estudo foram considerados como fator contingencial externo o ambiente e como fator contingencial interno estrutura, porte, cultura, liderança, tecnologia e estratégia. Os resultados demonstram que o fator contingencial externo ambiente e os fatores contingenciais internos estrutura e porte influenciam no nível de governança pública dos municípios do Estado do Paraná. A regressão linear múltipla demonstrou que as variáveis selecionadas, nos últimos modelos realizados, explicam a governança pública municipal em 45,30% em relação ao IGM, 23% em relação ao IGovP-M e 40,30% em relação ao IAGP-M. O estudo também demonstrou que princípios significativos e presentes na literatura, como transparência, *accountability*, benevolência e liderança não foram estatisticamente significativos para os modelos de regressão linear múltipla apresentados, sugerindo assim uma conotação mais *New Public Management* (NPM) na metodologia dos índices, ou seja, mensuram mais o desempenho, eficiência e efetividade do que a realização de processos, participação social e transparência. Por fim, o estudo apresentou que municípios de grande porte, com população acima de 100.000 habitantes, possuem pontuação maior, em todos os índices, em relação a cidades de pequeno porte.

Palavras-chave: Teoria da Contingência. Governança Pública Municipal. Índices. Municípios Paranaenses. Fatores Contingenciais.

Rabito, D. H. F. (2022). *Levels of Assessment of Municipal Public Governance: Influence of Contingency Factors at the Public Governance Level for Municipalities in Paraná State (Brazil)*. Master's Dissertation in Accounting Science, State University of Maringá, Maringá, PR, Brazil.

ASBTRACT

This study explores the characteristics of Municipal Public Governance, with regard to three indices, namely: Municipal Governance Index (IGM) (2021) devised by the Federal Council of Administration (CFA), Public Governance Assessment Index – Municipal (IGovP-M) devised by Aquino, Silva, Vasconcelos & Castelo (2021), as adapted from Oliveira & Pisa (2015), and the Public Governance Assessment Combined Index – Municipal (IAGP-M) idealized by this study. It is a quantitative study that uses an empirical-analytical method, comprising the use of techniques for data collection, treatment and analysis. Information was collected for all 399 municipalities in Paraná state, totaling 29 explanatory variables (independent and control variables) which were used in the correlation and multiple linear regression models. For the purposes of this study, *environment* was regarded as the external contingency factor, and *structure*, *size*, *culture*, *leadership*, *technology* and *strategy* were regarded as internal contingency factors. Results show that external contingency factor *environment* and internal contingency factors *structure* and *size* influenced the level of Public Governance of Paraná state municipalities. Multiple linear regression showed that the selected variables, in the latter performed models, explain Municipal Public Governance by 45.30% with regard to IGM, 23% with regard to IGovP-M, and 40.30% with regard to IAGP-M. The study also showed that significant principles found in the literature, such as transparency, accountability, benevolence and leadership were statistically significant for the multiple linear regression models presented herein, thus suggesting a stronger New Public Management (NPM) connotation in the methodologies of indices – that is, they more accurately measure performance, efficiency and effectiveness than implementation of processes, social participation and transparency. Lastly, the study showed that large municipalities with population over 100,000 residents have higher scores in all indices compared to smaller cities.

Keywords: Contingency Theory. Municipal Public Governance. Indices. Municipalities in Paraná State. Contingency Factors.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A Corte do Bom Governo.....	18
Figura 2 – A Paz, a Fortaleza e a Prudência.....	19
Figura 3 – A vida na cidade. Os Efeitos do Bom Governo.....	22
Figura 4 – A vida no campo. Os Efeitos do Bom Governo.....	26
Figura 5 – Sistema de Governança em órgãos e entidades da administração pública.....	35
Figura 6 – Metodologia de cálculo do IAGP-M.....	41
Figura 7 – Escala das faixas de resultado do IGM, IGovP-M e IAGP-M.....	42
Figura 8 – Desenho da Pesquisa.....	44
Figura 9 – Mesorregiões do Estado do Paraná.....	47
Figura 10 – Microrregiões do Estado do Paraná.....	48
Figura 11 – Diagrama da metodologia dos modelos de regressão linear múltipla.....	51
Figura 12 – Hipóteses da Pesquisa.....	66
Figura 13 – Histograma e Normal Q-Q Plot do Teste de Normalidade das Variáveis Dependentes.....	80
Figura 14 – Panorama Geral da Pontuação do IGM.....	82
Figura 15 – Nível de Governança Pública Municipal – IGM.....	83
Figura 16 – <i>Scatterplot</i> – Verificação de <i>Outliers</i> e Homocedasticidade dos dados – IGM – Primeiro Modelo.....	90
Figura 17 – Histograma e gráfico P-P de normalidade para os resíduos do primeiro modelo (IGM).....	90
Figura 18 – Histograma e gráfico P-P de normalidade para os resíduos do segundo modelo (IGM).....	91
Figura 19 – <i>Scatterplot</i> – Verificação de <i>Outliers</i> e Homocedasticidade dos dados – IGM – Segundo Modelo.....	92
Figura 20 – Panorama Geral da Pontuação do IGovP-M.....	95
Figura 21 – Nível de Governança Pública Municipal – IGovP-M.....	96
Figura 22 – <i>Scatterplot</i> – Verificação de <i>Outliers</i> e Homocedasticidade dos dados – IGovP-M – Primeiro Modelo.....	102
Figura 23 – Histograma e gráfico P-P de normalidade para os resíduos do primeiro modelo (IGovP-M).....	103
Figura 24 – <i>Scatterplot</i> – Verificação de <i>Outliers</i> e Homocedasticidade dos dados – IGovP-M – Segundo Modelo.....	104

Figura 25 – Histograma e gráfico P-P de normalidade para os resíduos do segundo modelo (IGovP-M).....	105
Figura 26 – Panorama Geral da Pontuação do IAGP-M.....	107
Figura 27 – Nível de Governança Pública Municipal – IAGP-M.....	108
Figura 28 – <i>Scatterplot</i> – Verificação de <i>Outliers</i> e Homocedasticidade dos dados – IAGP-M – Primeiro Modelo.....	114
Figura 29 – Histograma e gráfico P-P de normalidade para os resíduos do primeiro modelo (IAGP-M).....	114
Figura 30 – <i>Scatterplot</i> – Verificação de <i>Outliers</i> e Homocedasticidade dos dados – IAGP-M – Segundo Modelo.....	117
Figura 31 – Histograma e gráfico P-P de normalidade para os resíduos do segundo modelo (IAGP-M).....	117
Figura 32 – <i>Scatterplot</i> – Verificação de <i>Outliers</i> e Homocedasticidade dos dados – IAGP-M – Terceiro Modelo.....	119
Figura 33 – Histograma e gráfico P-P de normalidade para os resíduos do terceiro modelo (IAGP-M).....	119
Figura 34 – Resumo Geral – Índices de Avaliação da Governança Pública Municipal.....	122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Definições de Governança Pública.....	33
Tabela 2 – Índice de Governança Municipal (IGM).....	38
Tabela 3 – Índice de Avaliação da Governança Pública – Municipal (IGovP-M).....	40
Tabela 4 – Variáveis da Pesquisa.....	49
Tabela 5 – Análise Descritiva das Variáveis.....	68
Tabela 6 – Apresentação dos Municípios Destacados das Variáveis Dependentes.....	69
Tabela 7 – Apresentação dos Municípios Destacados do Fator Contingencial Ambiente.....	70
Tabela 8 – Apresentação dos Municípios Destacados do Fator Contingencial Estrutura.....	72
Tabela 9 – Apresentação dos Municípios Destacados do Fator Contingencial Porte.....	73
Tabela 10 – Apresentação dos Municípios Destacados do Fator Contingencial Cultura.....	74
Tabela 11 – Apresentação dos Municípios Destacados do Fator Contingencial Liderança.....	75
Tabela 12 – Apresentação dos Municípios Destacados do Fator Contingencial Tecnologia.....	75
Tabela 13 – Apresentação dos Municípios Destacados do Fator Contingencial Estratégia.....	77
Tabela 14 – Apresentação dos Municípios Destacados da Variável de Controle.....	78
Tabela 15 – Teste de Normalidade e Homogeneidade.....	79
Tabela 16 – Estatística Descritiva e Teste de Diferencial de Médias do IGM <i>versus</i> Porte do Município.....	84
Tabela 17 – Correlação de <i>Pearson</i> Variável Dependente IGM.....	86
Tabela 18 – Regressão Linear Múltipla IGM – Primeiro Modelo.....	89
Tabela 19 – Regressão Linear Múltipla IGM – Segundo Modelo.....	92
Tabela 20 – Estatística Descritiva e Teste de Diferencial de Médias do IGovP-M <i>versus</i> Porte do Município.....	97
Tabela 21 – Correlação de <i>Spearman</i> Variável Dependente IGovP-M.....	99
Tabela 22 – Regressão Linear Múltipla IGovP-M – Primeiro Modelo.....	101
Tabela 23 – Regressão Linear Múltipla IGovP-M – Segundo Modelo.....	103
Tabela 24 – Matriz de Correlação de <i>Pearson</i> dos Índices de Avaliação da Governança Pública Municipal.....	109
Tabela 25 – Estatística Descritiva e Teste de Diferencial de Médias do IAGP-M <i>versus</i> Porte do Município.....	110
Tabela 26 – Correlação de <i>Pearson</i> Variável Dependente IAGP-M.....	111
Tabela 27 – Regressão Linear Múltipla IAGP-M – Primeiro Modelo.....	115
Tabela 28 – Regressão Linear Múltipla IAGP-M – Segundo Modelo.....	116
Tabela 29 – Regressão Linear Múltipla IAGP-M – Terceiro Modelo.....	118

Tabela 30 – Resumo dos Testes de Diferencial de Média por Porte do Município dos Índices de Avaliação da Governança Pública Municipal.....	123
Tabela 31 – Resumo Correlação dos Índices de Avaliação da Governança Pública Municipal.....	124
Tabela 32 – Resumo Geral das Análises dos Pressupostos das Regressões Realizadas.....	126
Tabela 33 – Decisão para as Hipóteses Testadas.....	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BF-M	Bolsa Família – Média Valor Pago por Beneficiário
BP/CW	<i>Breusch-Pagan/Cook-Weisberg</i>
CAUC	Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais
CIMI	<i>Cities in Motion Index</i>
CFA	Conselho Federal de Administração
CGU	Controladoria-Geral da União
CPI	<i>Corruption Perceptions Index</i>
CPIA	<i>Country Policy and Institutional Assessment</i>
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DENSPOP	Densidade Populacional
DIRPART	Direção Partidária do Prefeito Eleito em 2016
DP	Despesa de Pessoal
EC	Estrutura de Capital
EP	Escolaridade do Prefeito
ESG	<i>Environmental, Social and Corporate Governance</i>
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FOMO	<i>Fear of Missing Out</i>
GD	Grau de Dependência
GENPREF	Gênero do Prefeito Eleito em 2016
IAGP-M	Índice Agregado de Avaliação da Governança Pública - Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do 5º ano
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal
IDP	Indicador de Despesa Líquida com Pessoal
IDPREF	Logaritmo da Idade do Prefeito Eleito em 2016
IEOC	Indicador da Execução Orçamentária Corrente
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Humano Municipal
IFGF	Índice Firjan de Gestão Fiscal
IGD	Indicador de Grau de Dependência
IGM	Índice de Governança Municipal
IGovP	Índice de Avaliação da Governança Pública
IGovP-M	Índice de Avaliação da Governança Pública - Municipal
IIAG	<i>Ibrahim Index of African Governance</i>
ILQ	Indicador de Liquidez
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPDM	Índice Iparades de Desempenho Municipal
IPS	Índice de Progresso Social
IPTU	Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana
IPTUpC	Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana Arrecadada <i>per capita</i>
IRRO	Indicador da Realização da Receita Orçamentária
ITP	Índice de Transparência da Administração Pública
LGPOP	Logaritmo da População
LGRA	Logaritmo Receita Arrecadada
LQ	Liquidez
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MELNV	Melhor Estimador Linear Não-Viesado

MPF	Ministério Público Federal
MQO	Mínimos Quadrados Ordinários
MIT	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>
NPG	<i>New Public Governance</i>
NPM	<i>New Public Management</i>
OS	Observatório Social
OSB	Observatório Social do Brasil
PARTELE	Participação nas Eleições de 2016
PIB	Produto Interno Bruto
PIBpc	Produto Interno Bruto <i>per capita</i>
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RCL	Receita Corrente Líquida
RCLpc	Receita Corrente Líquida Ajustada <i>per capita</i>
RCSC	<i>Ranking Connected Smart Cities</i>
RMESO	Mesorregião
RMICRO	Microrregião
SER	Observatório Social de Maringá
SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
SIM-AM	Sistema de Informação Municipal – Acompanhamento Mensal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE-PR	Tribunal de Contas do Estado do Paraná
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TSP	Tamanho do Setor Público
VIF	Fator de Inflação de Variância
WGI	<i>Worldwide Governance Indicators</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	17
1.2	PROBLEMA DA PESQUISA.....	23
1.3	OBJETIVO GERAL.....	24
1.4	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	24
1.5	JUSTIFICATIVA.....	25
1.6	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	26
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	28
2.1	TEORIA DA CONTINGÊNCIA.....	28
2.2	<i>NEW PUBLIC MANAGEMENT VERSUS NEW PUBLIC GOVERNANCE</i>	31
2.3	GOVERNANÇA PÚBLICA E INDICADORES.....	32
2.3.1	Governança Pública.....	32
2.3.2	Indicadores.....	37
3	METODOLOGIA E HIPÓTESES.....	43
3.1	PROCEDIMENTOS, CRITÉRIOS E DELIMITAÇÕES.....	43
3.1.1	Procedimentos.....	43
3.1.2	Critérios.....	46
3.1.2.1	Modelo Econométrico.....	51
3.1.3	Delimitações.....	53
3.2	HIPÓTESES DA PESQUISA.....	55
4	ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	66
4.1	ANÁLISE DESCRITIVA, TESTE DE NORMALIDADE E HOMOGENEIDADE....	67
4.1.1	Análise Descritiva e Municípios Destacados.....	67
4.1.2	Teste de Normalidade e Homogeneidade.....	78
4.2	IGM.....	81
4.2.1	Teste de Diferencial de Médias por Porte do Município.....	84
4.2.2	Correlação.....	85
4.2.3	Regressão Linear Múltipla.....	88
4.3	IGovP-M.....	94
4.3.1	Teste de Diferencial de Médias por Porte do Município.....	97
4.3.2	Correlação.....	98
4.3.3	Regressão Linear Múltipla.....	98

4.4	IAGP-M.....	106
4.4.1	Correlação dos Índices de Avaliação da Governança Pública Municipal.....	109
4.4.2	Teste de Diferencial de Médias por Porte do Município.....	109
4.4.3	Correlação.....	110
4.4.4	Regressão Linear Múltipla.....	113
4.4	RESUMO DOS RESULTADOS.....	121
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
	REFERÊNCIAS.....	132

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Nove cidadãos encontram-se em um salão, chamado Salão dos Nove, não por acaso, para decidir sobre o futuro da República. Para incentivá-los a tomar as medidas certas, pinturas aos redores do salão demonstram consequências de boas atitudes tomadas, mas também as consequências inerentes de péssimas atitudes. Parece até uma cena de um filme de ficção, breve a estreitar nos cinemas ou em alguma plataforma de *streaming*, mas não, isso acontecia de verdade. No ano de 1340 nove magistrados executivos eleitos na República de Siena, na Itália, adentravam na *Sala dei Nove* dentro do *Palazzo Pubblico* para tomar as decisões necessárias e como inspiração, tinham a seus arredores os afrescos, pinturas feitas sobre um teto ou parede, de Ambrogio Lorenzetti, chamado A Alegoria do Bom e Mau Governo (c.1337-1340) (Skinner, 1999).

Nos dias atuais a preocupação já não vem mais de pinturas em paredes, mas sim de telas luminosas, como as de computadores ou celulares, onde seus feitos podem agradar ou desagradar a sociedade, causando assim um desgaste a sua imagem, que poderia ser evitado. Ou pior ainda, um *déficit* nas contas públicas do município que pode levar décadas para ser normalizado.

Esse direito de questionar, e por que não, investigar os atos da Administração Pública, é fato recente da história brasileira, visto que o Brasil passou por uma ditadura entre 1964 até 1985, do governo de Ranieri Mazzili até a gestão de João Figueiredo. Somente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, chamada assim por Ulysses Guimarães, Presidente da Assembleia Nacional Constituinte que, em seu discurso, ressalta o desejo de mudar como as coisas eram feitas, afirmando que: “A Nação quer mudar. A Nação deve mudar. A Nação vai mudar. A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança” (Brasil, 1988a).

Porém, um discurso e a vontade de mudar não faz efetivamente com que as coisas tomem um novo rumo. Ao abordar o setor público, verifica-se a necessidade de muito mais do que vontade, sendo necessária a adoção de políticas públicas voltadas para o bem estar social e que elas sejam institucionalizadas, para que realmente tragam algum benefício no longo prazo para a população, ou seja, ações do plano de governo que o executivo elege para implementar com a finalidade de responder as demandas da população, com vistas a resolver os problemas,

tais como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), entre outras políticas (Vieira, 2009).



Figura 1. A corte do Bom Governo. Ambrogio Lorenzetti (c.1290-c, 1348). Alegoria do Bom Governo (c. 1337-1340).
Fonte: Da Costa (2003).

Toda essa ênfase de mudança tinha seus porquês, afinal de contas pela primeira vez os brasileiros teriam direitos inéditos que possibilitavam exercer o controle sobre a Administração Pública como integridade (*compliance*), transparência (*disclosure*) e “prestação de contas” (*accountability*), ressaltando-se a importação das aspas em prestação de contas visto que a definição de *accountability* ainda não se vê por completo nesse significado (Medeiros, Crantschaninov & da Silva, 2013).

Porém, apesar das inovações e das atribuições de mais poder para a sociedade cobrar a Administração Pública, ou seja, um controle social mais efetivo, nem tudo são flores. A Constituição Federal de 1988 obrigou os municípios a assumirem diversas responsabilidades, em setores que demandam grandes quantidade de recursos como saúde pública, segurança

pública e políticas de habitação, sem receber as devidas transferências para custear a execução dessas políticas públicas, ficando o orçamento dos municípios pressionados, gerando endividamento progressivo, baixa capacidade de investimento, falta de controle nos gastos públicos e ineficiência no atendimento das demandas da sociedade (Viana, 2010).



Figura 2. A Paz, a Fortaleza e a Prudência. Ambrogio Lorenzetti (c.1290-c, 1348). Alegoria do Bom Governo (c. 1337-1340).
Fonte: Da Costa (2003).

Diante desse problema é promulgada a Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (Brasil, 2000). A Lei brasileira de responsabilidade fiscal ficou conhecida como o primeiro marco regulatório a estabelecer alguns princípios de governança (Viana, 2010), fortalecendo os principais eixos da Administração Pública: planejamento, transparência, controle e responsabilização na gestão dos recursos públicos (Slomski, 1999). Então, não seriam mais necessárias as pinturas de Ambrogio Lorenzetti para estimular a boa governança dos tomadores de decisão?

Mesmo com a promulgação da LRF era comum visualizar a disponibilização de recursos, em várias áreas do setor público, mas faltava eficiência, eficácia e efetividade na execução orçamentária, ou seja, a Administração Pública não estava preparada para gerir de forma adequado os recursos recebidos, através de transferências ou cobrança direta de impostos

(Matias-Pereira, 2010). Buscando se equalizar em uma tendência global de gestão nas entidades públicas, promulga-se a Lei Complementar nº. 131, de 27 de maio de 2009 que acrescenta dispositivos na LRF e estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal (Brasil, 2009).

O país entra em uma tendência global de transformar o setor público cada vez mais parecido com o setor privado, chamado de *New Public Management* (NPM). Ainda não existe um consenso sobre o que concebe a NPM, porém a literatura tende a considerar alguns princípios fundamentais como gerencialismo, desagregação, incentivo, descentralização, desburocratização, competição e privatização (Farah, 2001; Freitas, Silva, Vicente & Rosa, 2019). A Lei Complementar nº. 131/2009 intensificou as obrigações e responsabilidades dos gestores, atribuindo aos órgãos a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar a realização dos recursos públicos (Keunecke, Teles & Flach, 2011).

A inclinação para o emprego de mecanismos gerenciais e indicadores de desempenho para a gestão eficiente dos recursos públicos é um trecho integrante da proposta da NPM (Gonzaga, Frezatti, Ckagnazaroff & Suzart, 2016; Hood, 1991; Lapsley, 2009; Pallot, 1998), que serão desmembrados futuramente em Administração Pública Gerencial e Governo Empreendedor (Secchi, 2009). A NPM teve a perspectiva de reinventar a gestão no setor público, principalmente em nações em desenvolvimento, como o Brasil, buscando o gerenciamento de desempenho e a responsabilidade de servidores e gestores públicos, utilizando uma abordagem de governança, ressaltando a questão da transparência (Den Heyer, 2011; Pinho & Sacramento, 2009). Teve seu início nos anos 80 em países como Reino Unido, Nova Zelândia, Austrália e os países escandinavos, agregando também a partir dos anos 90 os Estados Unidos da América (Coutinho, 2000).

Mas qual a importância da governança pública dentro de todo esse contexto explanado até agora? De acordo com Dias e Cairo (2014), a governança é apresentada como um termo cobertor, com inúmeros entendimentos e atitudes, desdobrada em governança corporativa e na governança pública. A governança pode ser entendida nas entidades públicas como um sistema que determina a harmonia de poder entre cidadãos, representantes eleitos, alta administração, gestores e colaboradores, visando sempre que o bem comum saia favorecido sobre os interesses das pessoas ou grupos (Matias-Pereira, 2010).

Devido a isso, vários governos têm implementado políticas de controle interno, adotando assim a gestão de risco como ferramenta para possíveis desvios de objetivos no processo. Essa prática é uma continuidade da política da NPM (Carlsson-Wall, Kraus, Meidell & Tran, 2017). A gestão de risco aparece como uma nova ideologia de *accountability* no setor

público, que como toda nova ideia, gera atritos e discussões que devem ser analisadas (Klein Junior, 2020; Power, 2004; Rothstein, Huber & Gaskell, 2006), buscando a integridade, um dos princípios da governança pública, necessária para trazer harmonia entre seus componentes.

Assim sendo, o sistema gerencial público não deve apenas antecipar ameaças aos objetivos de uma entidade pública, mas fornecer informações e conclusões para realização de auditoria e responsabilização (Klein Junior, 2020), possibilitando a prevenção do uso sistêmico da máquina pública para fins não republicanos.

Essas características da NPM, muito focadas em resultados e com ideologias fortes no mercado, faz surgir uma corrente contrária aos seus pensamentos, visto que levando em consideração o setor privado ele atende a sociedade que tem capital para pagar pelo serviço, já no setor público o mesmo deverá levar em consideração que a sociedade poderá não ter como arcar ou pagar pelo serviço prestado, sendo necessário o remanejamento de arrecadação dos menos necessitados para os mais necessitados, gerando o senso de benevolência da boa governança (Graaf & Asperen, 2018). Nessa percepção a literatura menciona o surgimento da *New Public Governance* (NPG) que introduz valores políticos fundamentais mais ao centro da discussão sobre governança. Essa ideia é apresentada no seguinte trecho:

A NPG tem por objetivo promover o bem comum maior, não apenas maior eficiência, eficácia ou capacidade de resposta na implementação de um determinado programa, e enfatiza a importância de criar processos governamentais que facilitem a geração de acordos implementáveis entre os principais interessados, isso ocorre porque o NPG vê a política como a expressão politicamente mediada de preferências coletivamente determinadas. (Martins, 2020, p. 26)

Resiste, não de hoje, o pressuposto quase que generalizado de que ocorre, por parte da Administração Pública, uma desobediência às regras, juntamente com a ineficiência, colaborando para a facilitação de práticas de corrupção e desvio de recursos públicos por parte dos administradores, eleitos pelo povo, que espera e anseia por políticas públicas úteis e necessárias para o seu dia a dia (Oliveira, Catapan & Vicentin, 2015).

Apesar de vários estudos sobre o tema, ainda existem dúvidas sobre quais são os melhores modelos, mecanismos, instrumentos e processos para que as entidades do setor público possam realizar serviços eficazes e eficiente para a sociedade (Verhoest, Van Thiel, Bouckaert & Laegreid, 2012).

Como exemplo, podemos utilizar a governança corporativa das empresas do setor público, que apresentam um grande desafio em muitos países, principalmente devido a frequentes *déficits* nas contas, conseqüentemente devido à falta de prestação de contas, atribuindo assim muitas discussões sobre o assunto (Bruton, Peng, Ahlstrom, Stan & Xu, 2015).



Figura 3. A vida na cidade. Os Efeitos do Bom Governo. Ambrogio Lorenzetti (c.1290-c, 1348). Alegoria do Bom Governo (c. 1337-1340).
Fonte: Da Costa (2003).

Nesta pesquisa, incentiva-se a discussão de fatores contingenciais relacionados à avaliação da governança pública municipal. No cenário brasileiro, tanto político como econômico, persiste um cenário de incertezas e comprovar, por meio de estudos empíricos, os fatores que possam impactar no desempenho das organizações do setor público, especificamente nos municípios, é de suma importância para a sociedade, servidores, gestores e entidades de controle (Lima & Aquino, 2019). De acordo com Brignall e Modell (2000), o empenho das organizações em maximizar o desempenho e a eficiência, com harmonia entre ambiente e estrutura, é o princípio fundamental da Teoria da Contingência.

Donaldson (2001) relaciona fatores contingenciais como alguma variável que possua a possibilidade de modificar a conexão entre estrutura organizacional e seu desempenho. Os fatores contingenciais ambiente, tecnologia, estrutura, tamanho e estratégia influenciam na configuração e na implementação de sistemas de controle, influenciando também na eficiência, desempenho e comportamento das organizações (Woods, 2009).

Woods (2009) reitera que existem contextos diferentes na literatura aplicada aos setores privado e público na definição dos fatores contingenciais externos e internos. O autor esclarece

que o setor privado enfatiza as variáveis contingenciais de impacto financeiro, enquanto o setor público salienta-se no impacto da prestação dos serviços realizados para a sociedade. Porém a abordagem do NPM pode alterar esse entendimento, visto a utilização de características do setor privado no setor público (Oliveira, Sant'Anna & Vaz, 2010).

A Teoria da Contingência proporciona esse desafio aos pesquisadores, estabelecer elementos que concretizem os fatores contingenciais no ambiente organizacional (Fiirst & Beuren, 2021), proporcionando a realização de pesquisas envolvendo aspectos organizacionais e comportamentais desde a década de 1970 (Otley, 1980).

1.2 PROBLEMA DA PESQUISA

A sociedade existe com o propósito de promover o bem comum, relatam inúmeros filósofos de diferentes épocas. Porém, como mensurar esse bem comum? Do outro lado da moeda, como o gestor pode ter a confiança e a certeza que está indo para o caminho certo, antes de descobrir isso nas urnas, quando se verifica que a aceitação da sua administração não era tão bem avaliada como parecia ser.

Verdadeiramente, existe uma carência de métricas avaliativas, objetivas, empiricamente validadas e acessíveis que demonstrem de forma organizada e apropriada as ações governamentais, utilizando por base os conceitos da governança pública (Buta & Teixeira, 2020).

Nessa nova conjuntura de informação, tecnologia, *big data*, acesso à informação digital, transparência, gerando até mesmo patologias psicológicas como a *fear of missing out* (FOMO), o medo de ficar de fora desse mundo tecnológico, apresenta as organizações públicas novas formas de controle social, principalmente quanto a comparação de programas e objetivos relacionados no plano de governo e os resultados presenciados na implementação das políticas públicas. Porque um item X adquirido na prefeitura Y custou o triplo para a prefeitura Z? É um questionamento possível de ser averiguado sem sair de casa e em até 280 caracteres pode se questionar a gestão, bem como tecer críticas, que desfavoreçam a imagem do gestor público em debate.

A governança pública apresenta em seu escopo conceitos amplos e difusos, e o mesmo acontece com os seus princípios, ou seja, não existe consenso em relação aos princípios de governança pública na literatura (Buta & Teixeira, 2020). Fabriz, Gomes e Mello (2018) realizaram um estudo bibliométrico referente a governança eletrônica e verificaram um baixo número de publicações referentes ao tema no Brasil. Este estudo visa contribuir para o aumento

do debate sobre a temática governança pública, atribuindo um caráter empírico nos resultados apresentados.

Deste modo, para fins deste trabalho serão utilizados os seguintes índices de avaliação da governança pública municipal: Índice de Governança Municipal (IGM) (2021) elaborado pelo Conselho Federal de Administração (CFA), Índice de Avaliação da Governança Pública - Municipal (IGovP-M) elaborado por Aquino, Silva, Vasconcelos e Castelo (2021), adaptado de Oliveira e Pisa (2015) e o Índice Agregado de Avaliação da Governança Pública – Municipal (IAGP-M) idealizado por esse estudo, com a finalidade de responder à seguinte questão de pesquisa:

Qual a influência de fatores contingenciais nos Índices de Avaliação da Governança Pública nos municípios do Estado do Paraná?

1.3 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste estudo é verificar elementos representativos de fatores contingenciais em relação ao setor público e testar empiricamente sua influência no desempenho dos índices de avaliação da governança pública nos municípios do Estado do Paraná, comparando os resultados com estudos anteriores e com os conceitos e teorias existentes na literatura.

1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para concretização do objetivo geral, optou-se pela subdivisão em alguns objetivos específicos:

- a) Verificar através da pesquisa bibliográfica os índices de avaliação da governança pública municipal e as variáveis independentes e de controle que influenciam no nível governança pública municipal.
- b) Demonstrar de forma empírica a normalidade e homogeneidade dos índices de avaliação da governança pública municipal, buscar utilizar os testes corretos de diferencial de média e de correlação, não enviesando assim os resultados.
- c) Identificar, através do teste de diferencial de médias, em relação aos índices de avaliação de governança pública municipal, se o porte municipal (grande porte *versus* pequeno porte) contribui para uma maior governança pública nos municípios do Estado do Paraná.

- d) Identificar através da correlação dos índices de avaliação da governança pública municipal com as variáveis independentes e de controle quais apresentam-se estatisticamente significativas para a realização da regressão linear múltipla, eliminando assim as variáveis previsoras que não contribuíram com a análise.
- e) Comparar os resultados das regressões lineares múltiplas com outros estudos que relacionaram fatores contingenciais com entidades do setor público, verificando se ocorreu similaridade nos resultados encontrados.
- f) Identificar se houver maior predominância para características NPM ou NPG e quais definições conceituais idealizadas pela literatura sobre governança pública foram mais preponderantes nos resultados da pesquisa.

1.5 JUSTIFICATIVA

A governança pública vem se mostrando como o último passo para a orientação de um bom governo, ou seja, mais próximo do rei virtuoso bem-vestido do que do tirano satânico vesgo dos afrescos de Ambrogio Lorenzetti. Essa ideia é apresentada no seguinte trecho:

A governança pública passa a ser, para a sociedade, elemento de salvaguarda contra gestores inescrupulosos, e visa, promover a eficácia, a eficiência e a efetividade das políticas públicas, tornando o ambiente institucional mais seguro na Administração Pública, baseado em relacionamentos transparentes e, conseqüentemente, os conflitos de interesse entre os cidadãos e a gestão. (Ferreira, 2016, p. 41)

A literatura contábil revela que ainda não temos dispositivos avaliativos que comprovem de maneira sistemática e tempestiva a eficiência das atitudes governamentais e, que se utilize como suporte, os conceitos da governança pública aplicados à manifestação das políticas públicas, tanto na esfera federal, estadual ou municipal (Martins, 2020).

A partir de 1990 surgiu um considerável campo de estudo na literatura para empregar as inovações contábeis nos procedimentos de mudança da gestão no setor público, apresentando desafios para a prestação de contas, *accountability* e contabilidade aplicada ao setor público, quando o assunto se refere a governança pública (Grossi, Papenfuß & Tremblay, 2015).

A busca pela integridade, transparência e *accountability* nas organizações públicas apresenta-se como uma questão fundamental a ser discutida, mensurada e analisada, indicando a demanda de se instituir parâmetros e métodos aptos a classificar o grau de governança pública que as instituições aplicam em suas funções, em benefício da sociedade, e possibilitar a comprovação empírica dos métodos utilizados.

Determinar também, quais os fatores contingenciais que influenciam em um melhor ou pior nível de governança pública municipal, orientando assim os gestores na realização de políticas públicas corretas, visando sempre o bem-estar da sociedade. Estariam os governantes de hoje com os ideais “espelhos de príncipes” na execução de suas ações (justiça, fortaleza, prudência e temperança) (Yun, 2007)?

Sendo assim, estabelece uma lacuna de pesquisa importante entre a verificação dos índices de avaliação da governança pública municipal e quais fatores contingenciais mais contribuem para o desenvolvimento do tema, verificando-se quais fatores contributivos são correspondentes aos conceitos postulados pela literatura existentes.



Figura 4. A vida no campo. Os Efeitos do Bom Governo. Ambrogio Lorenzetti (c.1290-c, 1348). Alegoria do Bom Governo (c. 1337-1340).
Fonte: Da Costa (2003).

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

Para alcançar seus objetivos, este estudo está estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo contém a presente introdução com a explanação de evoluções e questionamentos da área, na qual se definem o problema de pesquisa, objetivo geral e específicos, justificativa e estrutura do trabalho.

No segundo capítulo é apresentado o referencial teórico, em que se fundamenta o estudo com os seguintes conceitos: Teoria da Contingência, NPM *versus* NPG, Governança Pública e Indicadores.

No terceiro capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos e hipóteses, a intenção é detalhar de forma compreensível os instrumentos e os fatores contingenciais utilizados, por meio das variáveis independentes e de controle, critérios, delimitação da pesquisa, procedimentos adotados na análise dos resultados e modelo econométrico utilizado.

No quarto capítulo apresenta-se um *ranking* dos municípios do Estado do Paraná referente aos três índices de avaliação da governança pública municipal selecionados (IGM, IGovP-M e IAGP-M), demonstra-se o melhores e os piores municípios através da análise descritivas dos dados das variáveis dependentes, independentes e de controle, teste de normalidade e homogeneidade dos dados, teste paramétrico e não paramétrico de diferencial de médias e de correlação, finaliza-se com a regressão linear múltipla, utiliza-se o modelo pelos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para verificação da influência dos fatores contingenciais (ambiente, estrutura, porte, cultura, liderança, tecnologia e estratégia) no nível de governança pública dos municípios do Estado do Paraná.

O quinto capítulo dedica-se às considerações finais, incluindo conclusões e sugestões para futuros trabalhos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TEORIA DA CONTINGÊNCIA

Os fatores contingenciais têm potencial de influenciar a eficiência, o desempenho e o comportamento organizacional (Brignall & Modell, 2000; Greenwood & Hinings, 1976; Teisman & Klijn, 2008). A literatura reconhece como fatores contingenciais internos: tecnologia, estrutura, estratégia, porte organizacional, cultura organizacional e liderança; e como fator contingencial externo o ambiente (Beuren & Fiorentin, 2014; Fagundes et al., 2010; Gonzaga et al., 2016; Greenwood & Hinings, 1976; Wadongo & Abdel-Kader, 2014; Woods, 2009; Oliveira & Callado, 2018; Sell, Beuren & Lavarda, 2020). Conforme Wadongo e Abdel-Kader (2014), o ambiente é fator importante pela imprecisão, devido as influências que promovem nos fatores internos e é de menor controle por parte das organizações.

De acordo com ensinamentos de Donaldson (2001), fatores contingenciais afetam a relação entre características e desempenho das organizações e é umas das principais lentes teóricas para os estudos organizacionais. Dentre os elementos que interferem na estrutura organizacional, podemos destacar elementos internos e externos à organização (Marques, Souza & Silva, 2015).

Quando o objetivo é a análise de políticas públicas, fatores de diferentes natureza e determinações influenciam as organizações (Höfling, 2001) e para alcançar os resultados desejados, o envolvimento de fatores contingenciais e controles gerenciais de uma organização são necessários (Porporato, 2011). Porém, vale lembrar que a literatura ainda não estabeleceu um padrão de fatores contingenciais que afetam as organizações (Sell et al., 2020).

Existe um consenso na literatura sobre o fator contingencial externo, que seria o ambiente ao qual a organização está envolvida (Sell et al., 2020), o progresso de determinadas organizações inclina-se às condições ambientais às quais a organização está inserida e se relaciona (Prajogo, 2016). Dessa forma, melhorar o desempenho no ambiente ao qual está inserida é essencial para atingir o equilíbrio organizacional (Cadez & Guilding, 2008; Covalleski, Evans, Luft & Shields, 2003).

Já referente aos fatores contingenciais internos, vários estudos, no contexto brasileiro, que foram realizados utilizando inúmeros elementos sob a visão da Teoria da Contingência, como: estrutura organizacional mecânica e orgânica (Fagundes et al., 2010); tecnologia, estrutura, estratégia e porte organizacional (Beuren & Fiorentin, 2014); práticas gerenciais (Gonzaga et al., 2016); tamanho, estratégia, estrutura, tecnologia, cultura e liderança

organizacional (Oliveira & Callado, 2018); liderança, estrutura e porte organizacional (Sell et al., 2020) e tecnologia, estrutura e porte organizacional (Fiirst & Beuren, 2021).

No contexto de avaliação do desempenho no setor público brasileiro, diversos estudos já foram realizados analisando fatores externos e internos que podem influenciar o desempenho municipal, como o valor arrecadado no Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) (Avellaneda & Gomes, 2017); Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal (IDH-M) (Sell et al., 2020) e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) (Fiirst & Beuren, 2021).

Sell et al. (2020) examinaram municípios do Estado de Santa Catarina, o estudo indicou influência positiva do fator contingencial externo, ambiente, no desempenho municipal. Já em relação aos fatores contingenciais internos, o estudo verificou influência positiva no fator liderança organizacional (idade do prefeito), estrutura (despesa de pessoal *per capita*) e porte organizacional (densidade populacional), confirmando que o corte de gastos com pessoal nos municípios catarinenses não aumenta o desempenho e que a urbanização colabora para o aumento da Receita Corrente Líquida (RCL). De acordo com Vieira (2009), população maior (porte organizacional) contribui com a arrecadação tributária local, já quanto maior for o IDH-M (ambiente), menor será o tamanho de setor público municipal.

Já em relação aos municípios do Estado do Paraná, ainda considerando-se o desempenho, Fiirst e Beuren (2021), verificaram influência positiva em relação ao fator contingencial externo, ambiente, e o fator contingencial interno, porte, no desempenho socioeconômico dos municípios paranaenses. Macedo e Corbari (2009) avaliaram se a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), como mecanismo de restrição fiscal, influenciou no endividamento de municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, no período de 1998 a 2006. Os autores encontraram que o endividamento desses municípios foi influenciado pela LRF, onde a variável dependente (endividamento) foi influenciada pelas variáveis financeiras (independentes) entre elas Estrutura de Capital (EC), Liquidez (LQ), Grau de Dependência (GD) e Despesa de Pessoal (DP).

Przebylovicz, Cunha e Meirelles (2018) evidenciaram em estudo realizado com 4.835 municípios, utilizando 39 variáveis, que aqueles classificados como providos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), fator contingencial interno, tecnologia, obtiveram melhores indicadores socioeconômicos (ambiente). Ainda sobre o fator contingencial tecnologia, Fariniuk (2020), examinou o uso de ferramentas digitais para o combate aos desafios impostos pela pandemia da COVID-19. Levando em consideração as 100 maiores cidades brasileiras, o

estudo demonstrou que a adoção da tecnologia acompanhou a previsão da curva de infecção e cidades com histórico de inovação obtiveram predisposição na aplicação das estratégias.

Fiirst, Baldissera, Martins e Nascimento (2018) apuraram como variáveis socioeconômicas e contábeis induzem nos níveis de transparência (cultura) das 28 unidades federativas do Brasil, e verificaram que tanto as variáveis socioeconômicas (IFDM), como as variáveis contábeis (Indicador da Execução Orçamentária Corrente [IEOC], Indicador de Liquidez [ILQ], Indicador de Despesa Líquida com Pessoal [IDP]) influenciaram positivamente no nível de transparência das unidades federativas do Brasil. Aquino et al. (2021) analisaram o grau de governança pública nos municípios de grande e pequeno porte (população), verificando que municípios de grande porte apresentaram governança pública superior aos municípios de pequeno porte.

Nevado Gil, Carvalho e Paiva (2020) verificaram o nível de inteligência das cidades europeias de acordo com o *Cities in Motion Index* (CIMI) da IESE Business School. Foram analisadas 73 cidades da Europa utilizando termos como economia, capital humano, tecnologia, meio ambiente, impacto internacional, coesão social, mobilidade e transportes, governança, planejamento urbano e gestão pública. O estudo dividiu as cidades em três grupos, sendo: grupo com altos níveis, grupo com nível médio e o grupo que apresentou os níveis mais baixos. O estudo encontrou evidências que a localização geográfica (ambiente) e gênero dos governantes (liderança organizacional) influenciaram positivamente no nível de inteligência dos municípios.

Yong e Wenhao (2012) desenvolveram um Índice de Governança Municipal baseado em pesquisas realizadas nas cinco cidades referência na região norte, leste, sul, oeste e centro da China (Pequim, Xangai, Changsha, Shenzhen e Chengdu), com 80 indicadores divididos em sete dimensões, sendo: participação, legitimidade e igualdade, eficiência, regulamentação, Estado de direito, integridade e transparência. Os resultados demonstraram que a participação e a transparência (cultura organizacional) foram as que mais contribuíram com o grau de governança das cidades chinesas analisadas, em contrapartida, regulamentação (estratégia), legitimidade e igualdade (ambiente) foram os que menos contribuíram.

Portanto, o presente estudo contribui com a literatura dedicada a Teoria Contingencial no setor público (Avellaneda & Gomes, 2017; Goeminne & George, 2019; Macedo & Corbari, 2009; Park, 2019; Rabito, Sanches, Carvalho & Paiva, 2022; Sell et al., 2020; Fiirst & Beuren, 2021).

2.2 NEW PUBLIC MANAGEMENT VERSUS NEW PUBLIC GOVERNANCE

Governança é considerado um instrumento necessário para que gestores possam realizar as políticas públicas com maior efetividade (Hufty, 2010), e na área da administração pública se tornou a palavra da moda (Pereira & Ckagnazaroff, 2021), além de outras já conhecidas como *compliance* e *accountability*, essa última é muito utilizada nos conceitos de governança, porém seu conceito é complexo (Kluvers & Tippet, 2010) e a tradução para a língua portuguesa ainda não tem um consenso (Campos, 1990; Pinho & Sacramento, 2009).

Teorias democráticas são a grande inspiração da governança pública, em busca da eficiência e legitimidade democrática através da maior participação (Lynn & Malinowska, 2018). A idealização de cidadãos políticos consolidando uma democracia mais inclusiva através da governança pública, sustenta-se nas ideias da *New Public Management* (NPM) e *New Public Governance* (NPG). Com objetivos similares, porém características distintas (Pereira & Ckagnazaroff, 2021; Secchi, 2009), de acordo com Peters e Pierre (1998) enquanto a NPM visa os resultados, a NPG dedica-se aos processos e estrutura. Devido a isso se vê necessário o entendimento desses conceitos.

A NPM decorre do movimento de maior flexibilidade do Estado, estimulando mudanças no processo para focar nos resultados, visto que a administração pública burocrática com sua obediência às normas estava limitando esse objetivo, realiza-se então a substituição da administração burocrática pela administração gerencial (Pereira & Ckagnazaroff, 2021). De acordo com Diefenbach (2009) a NPM é um conjunto de princípios e valores de como devem ser constituídas, organizadas e gerenciadas as organizações públicas, visando o seu pleno funcionamento.

A essência no controle e na gestão por resultados, com o objetivo claro na eficiência, se vê necessário uma concepção tecnocrática, ou seja, os tomadores de decisão são selecionados devido a sua experiência (Wiesel & Modell, 2014). Em síntese a NPM é um modelo regimental pós-burocrático baseado em valores de eficiência, eficácia e competitividade, com foco na estruturação e na gestão da administração pública (Farah, 2001; Secchi, 2009).

Em relação a NPG, a participação social e a deliberação democrática contribuem para o confronto dos problemas substanciais da administração pública, proporcionando a expansão das qualidades do Estado (Carneiro & Menicucci, 2011), trabalhando em benefício da harmonia de interesses desordenados com uma administração pública mais eficiente, responsiva e democrática (Pereira & Ckagnazaroff, 2021). Ressalta-se que a NPG não rompe totalmente com a NPM, visa-se o seu aperfeiçoamento, com a introdução de novos fundamentos básicos para

sua análise (Wiesel & Modell, 2014). Tanto a NPM como a NPG contribuem para o desenvolvimento da governança pública e devem ser levadas em consideração na avaliação dos resultados apresentados por esse estudo.

2.3 GOVERNANÇA PÚBLICA E INDICADORES

Esta parte do trabalho busca identificar os conceitos e princípios da governança pública, perante as organizações existentes, com vistas a demonstrar a importância de sua implementação para uma sociedade mais justa e igualitária. Logo em seguida, discute-se os indicadores confeccionados, alguns mundialmente utilizados como régua de mensuração da governança pública, realizados por instituições de renome e outros realizados através de estudos teóricos, considerando os conceitos existentes e atribuídos ao tema governança pública.

2.3.1 Governança Pública

A contabilidade, como sistema tradicional de gestão, ao esclarecer os fatos pelos seus resultados, reconhece que a maximização dos lucros contribui com o aumento do bem-estar da sociedade e dos seus integrantes e que a responsabilidade do sistema de controle contábil seria, assim sendo, arquitetar e acompanhar os procedimentos para alcançar tais fins (Gonçalves, Bilhim, Rezende & Gonçalves, 2021). De acordo com Lourenço e Sauerbronn (2016, p. 118), “esta argumentação é consonante com o reconhecimento de que não há uma única verdade dentro da ciência contábil, e outras perspectivas podem enriquecer e aproximar o entendimento daquilo que já é conhecido”.

O surgimento do termo governança é apresentado em alguns estudos ao setor privado, denominada governança corporativa (Cavalcante & Luca, 2013), inicialmente focada nos conflitos das organizações privadas, principalmente após grandes escândalos financeiros em várias empresas norte americanas (Andrade & Rossetti, 2009; Aquino et al., 2021; Borges & Serrão, 2005;). A governança corporativa também teve sua relevância nos anos 1990 após escândalos contábeis em companhias abertas e grandes bancos privados (Oliveira & Pisa, 2015).

Porém, o termo governança já era utilizado na antiguidade, como foi apresentado na introdução, com referência ao “setor público” da época, principalmente em cidades-estados onde pessoas, de famílias aristocráticas, eram escolhidas para governar (Graaf & Asperen, 2018). O conceito de governança é plurívoco, multidimensional e cheio de incertezas (Graaf &

Asperen, 2018; Rhodes, 2007; Rose-Ackerman, 2017; Van Kersbergen & Van Waarden, 2004), tendo surgido inicialmente em 1992 em um documento desenvolvido pelo Banco Mundial chamado *Governance and Development* (Borges, 2003), onde descreve a boa governança como sinônimo de sólida gestão de desenvolvimento. Não existe uma única definição de governança pública, no entanto, tem-se diferentes pontos de partida idealizados para uma nova organização das relações entre o Estado e suas organizações nos níveis federal, estaduais e municipais (Andrews, 2008; Fukuyama, 2013; Grindle, 2010; Kissler & Heidemann, 2006; Matias-Pereira, 2010).

A governança pública coloca o cidadão como participante da elaboração e construção das políticas públicas (Castro & Silva, 2017), é o Estado manifestando suas diversas influências, arquitetando cooperações com a sociedade civil e o mercado (Ronconi, 2011). A Tabela 1 demonstra algumas definições sobre governança pública encontrados na literatura.

Tabela 1
Definições de Governança Pública

Definições	Autores
A governança diz respeito aos arranjos formais e informais que determinam como são tomadas as decisões públicas e como são implementadas as ações públicas, na perspectiva de manter os valores constitucionais de um país em face de vários problemas, atores e ambientes.	OCDE (2006)
(...) governança pública constitui um instrumento cujo objetivo é assegurar a <i>accountability</i> pública, contribuindo para reduzir as incertezas sobre o que ocorre no interior da administração pública, fornecendo à sociedade e ao Congresso Nacional uma razoável segurança de que os recursos e poderes delegados aos administradores públicos estão sendo geridos mediante ações e estratégias adequadas para alcançar os objetivos estabelecidos pelo poder público, de modo transparente, em conformidade com os princípios de administração pública, as leis e os regulamentos aplicáveis.	Tribunal de Contas da União (TCU) (2011)
Governança é o conjunto das tradições e instituições pelas quais a autoridade de um país é exercida. Isso inclui o processo pelo qual os governos são selecionados, monitorados e substituídos, a capacidade do governo de formular e implementar políticas sólidas de forma eficaz, e o respeito dos cidadãos e do Estado pelas instituições que governam as interações econômicas e sociais entre eles.	Banco Mundial (2013)
Soma de muitas maneiras pelas quais indivíduos e instituições, públicas e privadas, gerenciam seus assuntos comuns.	Yong e Wenhao (2012)
Arranjos de formulação e implementação de políticas diversificadas, mas em rede.	Morrison (2014)
Exercício do poder político para administrar os assuntos de uma comunidade.	Gisselquist (2014)
Deslocamentos externos dos poderes do Estado para organizações internacionais, empresas privadas e governo local através da descentralização.	Erkkilä e Piironen (2014)
Estado de coisas promovido por diferentes instituições em nível global.	Buduru e Pal (2010)

Conjuação de transparência nas transações, participação dos <i>stakeholders</i> e <i>accountability</i> das decisões.	Cruz e Marques (2013)
Habilidade e capacidade do governo para: desenvolver com eficiência e responsabilidade a gestão dos recursos e das políticas públicas; tornar o governo mais aberto, responsável, transparente e democrático; promover mecanismos que possibilitem a participação da sociedade no planejamento, decisão e controle das ações que permitem atingir o bem comum.	Mello e Slomski (2010)
Envolve aspectos relacionados a gestão, transparência, prestação de contas, ética, integridade, legalidade e participação social nas decisões.	Oliveira e Pisa (2015)
Engloba tanto a participação cidadã no governo como a entrega de bens e serviços-chaves pelos governos.	Farrington (2010)
Capacidade de um governo de fazer cumprir as leis, e entregar serviços, independentemente de esse governo ser democrático ou não.	Fukuyama (2013)
Tradições e instituições pelas quais a autoridade em um país é exercida. Isso inclui o procedimento pelo qual os governos são selecionados, monitorados, responsabilizados e substituídos; a capacidade do governo de formular e implementar políticas prudentes de forma eficaz, e o respeito dos cidadãos e o estado das instituições.	Ahmad (2005)
Resultado da eficácia das instituições de uma sociedade. Se as instituições forem adequadas e eficazes, o resultado deve ser uma boa governança.	Gani e Duncan (2007)
Relação entre governantes e governados, associada à coprodução do desenvolvimento, mas principalmente à construção de uma democracia mais inclusiva que possibilite ao cidadão construir, coordenar e avaliar as políticas públicas.	Pereira e Ckagnazaroff (2021)
(...) uma estratégia desenvolvimentista adotada na relação entre o Estado e a sociedade com vistas à construção do público, envolvendo o próprio público e buscando atender (a)os interesses desse mesmo público. Em outras palavras, uma governança que se utiliza de processos mais democráticos para desenhar as soluções demandadas pela sociedade do século XXI.	Dias e Cario (2014)
Arranjos de natureza pública que permitem a participação de todos os interessados, sob a coordenação do Estado, na solução dos problemas comuns, possibilitando assim a entrega de serviços públicos de qualidade, bem como o controle social.	Buta e Teixeira (2020)
Soma de várias maneiras pelas quais os indivíduos e instituições, públicas e privadas, gerenciam seus assuntos comuns.	Comissão de Governança Global (1995)
Conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.	Brasil (2017)

Nota. Fonte: Adaptado de Buta e Teixeira (2020) e Pisa (2014).

O Banco Mundial demonstra a idealização de quatro dimensões-chaves para a boa governança aplicada ao setor público: administração do setor público, quadro legal, participação, *accountability* e transparência (Borges, 2003). Para a obtenção da boa governança pública o sistema de governança deve refletir o modo como diversos atores se organizam, comunicam-se e procedem. De acordo com o TCU (2014, p. 27-28) “envolve, portanto, as

estruturas administrativas (instâncias), os processos de trabalho, os instrumentos (ferramentas, documentos etc.), o fluxo de informação e o comportamento de pessoas envolvidas direta ou indiretamente, na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da organização”. De acordo com Buta e Teixeira (2020, p. 371) “boa governança representa condições ideais de governança a serem perseguidas”.

Dominar as atividades de efetividade, *accountability*, transparência e legalidade não é o suficiente para alcançar a boa governança pública, é preciso observar também condições de equidade, participação social, democracia e respeito aos direitos humanos entre outros atributos (Grindle, 2017). Visto isso, a rapidez na prestação de informação aos cidadãos é algo fundamental para aproximá-los da gestão urbana (Rezende & Frey, 2005). Com isso, surge o termo governança eletrônica, utilizando-se da tecnologia da informação para ofertar serviços públicos com melhor gestão profissional e eficiência (Bertot, Jaeger & Grimes, 2010; Freitas & Luft, 2014; Janowski, Pardo & Davies, 2012; Souza, Araújo, Araújo & Silva, 2014).

De acordo com Beuren, Moura e Kloeppel (2013, p. 425) “governança eletrônica é um elemento inerente à gestão pública, seja por imposição legal ou exigência da sociedade civil”, e é um meio de participação social, facilitando a interação dos cidadãos com o setor público, democracia eletrônica (Mello & Slomski, 2010). Lembra-se que apesar da importância da coordenação dos *stakeholders*, onde encontra-se os cidadãos, no conceito de governança pública, poucos indicadores levam essa característica em consideração (Buta & Teixeira, 2020). A Figura 5 propõe demonstrar todo esse complexo sistema de forma simplificada.



Figura 5. Sistema de Governança em órgãos e entidades da administração pública.
Fonte: TCU (2014).

Os procedimentos de governança pública abraçam múltiplas categorias de partes interessadas (*stakeholders*), sendo o povo, o governo, as instituições e suas inter-relações visando o interesse da coletividade e à prevalência do bem-estar comum (Oliveira, Carvalho & Corrêa, 2011), é um poder-dever do cidadão, visando o fortalecimento do controle social (Oliveira et al., 2015).

A pura e simples verificação da eficiência numérica presente nos portais da transparência, que vai de encontro com os ideais da NPM, não contribui com a institucionalização da *accountability* e de uma boa governança pública. É fundamental a realização de novos modelos de interatividade e comunicação entre os princípios do controle social e da gestão participativa, visto a fragilidade, formalidade e manipulação ideológica das que existem (Stralen et al., 2006; Ceneviva & Farah, 2012).

O controle social necessita ser praticado na fiscalização das ações do governo com questionamentos sobre a efetividade das ações públicas (Oliveira et al., 2015), desempenhando papel de liderança na participação democrática (Gonçalves et al., 2021). De acordo com Janowitz (1975) cada forma de controle social tem um impacto diferente no comportamento da sociedade, devido a isso o autor questiona quais seriam as formas mais eficazes, isto é, que acarrete a um grupo social estabelecer princípios morais legítimos que proporcione uma redução do controle coercivo.

Para que tudo isso aconteça são necessárias ações transparentes por parte dos atores públicos, somente assim o controle social poderá ser exercido de forma agregadora em um governo democrático (Pinho & Sacramento, 2009). Desta forma consegue-se a institucionalização de uma boa governança pública:

A esfera pública é central para a boa governança de qualquer país. Sem uma esfera pública democrática e funcional, os altos funcionários da administração pública dificilmente são responsáveis por algo perante alguém, e os cidadãos dificilmente terão qualquer influência sobre as decisões políticas. A governança pública ideal, portanto, é normativa. É ideal de boa governança responsável, que requer fluxos de informação, liberdade de expressão e participação ativa, todos eles os melhores contra o abuso de poder. (Gonçalves et al., 2021, p. 10)

A medição é um tópico importante na literatura sobre governança pública (Hallerberg & Kayser, 2013; Andrews, Hay & Myers, 2010). Para desenvolver um indicador robusto é necessário um entendimento profundo da sua concepção e analisar a importância da execução desses conceitos para a redução das falhas na institucionalização de políticas públicas e verificar quais fatores contingenciais influenciam na sua evolução.

Como apresentado, a literatura vem se aprimorando, busca-se com isso, uma métrica plausível para a avaliação da governança pública, é o que veremos a seguir através dos indicadores idealizados por instituições e pela literatura.

2.3.2 Indicadores

A implementação de referências de análises e mensuração caracterizadas por indicadores que disponham os princípios da governança pública é uma inovação que permite realizar o conhecimento do grau de governança pública realizado pela União, Distrito Federal, Estados e municípios, possibilitando o acompanhamento da sua evolução (Oliveira & Pisa, 2015).

A realização de indicadores para a mensuração da governança pública não é uma novidade, várias organizações internacionais e artigos científicos (Aquino et al., 2021; De Bona, Borba & de Miranda, 2020; Mello & Slomski, 2010; Oliveira & Pisa, 2015; Ramos & Vieira, 2015; Vicente & Scheffer, 2014; Yong & Wenhao, 2012) já desenvolvem indicadores como *Worldwide Governance Indicators* (WGI) do Banco Mundial; *Country Policy and Institutional Assessment* (CPIA); *Corruption Perceptions Index* (CPI), idealizado pela *Transparency International's*; *Freedom in the World*, idealizado pela *Freedom House's*; *International Country Risk Guide*, idealizado pelo *the Political Risk Services Group* e *Ibrahim Index of African Governance* (IIAG), idealizado pela Fundação Mo Ibrahim.

Podemos adicionar a essa lista o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), idealizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o *Legatum Prosperity Index*, o Índice de Progresso Social (IPS), desenvolvido por Scott Stern (*Massachusetts Institute of Technology* - MIT) e Michael Porter (Harvard) e uma alternativa ao PIB, desenvolvida por Diane Coyle e colaboradores no Instituto Bernnet de Políticas Públicas em Cambridge, Reino Unido (Rotman, 2021).

Existem críticas aos indicadores realizados para mensurar o grau de governança pública, declarando que não contemplam a realidade e as particularidades, visto a comparação entre vários países de forma genérica e abstrata (Van de Walle, 2005), ou devido a agregação de grandes quantidades de dados de inúmeras fontes, abreviando a um único número (Oman & Arndt, 2010). De acordo com Gisselquist (2014) os indicadores devem dar atenção aos fundamentos da metodologia das ciências sociais, ou seja, formação de conceitos, validade de conteúdo, confiabilidade, replicabilidade, robustez e relevância de medidas.

Na literatura, manifesta-se algumas críticas em relação aos índices de governança pública no nível nacional, se afirma que são muito simples para fornecer uma imagem completa e orientar as reformas necessárias, sendo incapazes de responder as questões-chave da governança (Farrington, 2010; Gisselquist, 2014; Yong & Wenhao, 2012), não conseguem capturar as variações significativas em níveis subnacionais (Harttgen & Klasen, 2012) e se a informação diagnosticada pelo índice corresponde as correções necessárias para as políticas públicas aplicadas (Williams, 2011).

Portanto, esse estudo utiliza-se dois índices como parâmetro, sendo o primeiro deles o Índice de Governança Municipal (IGM) (2021), idealizado pelo Conselho Federal de Administração (CFA), com uma métrica que qualifica os municípios brasileiros, logo, de nível municipal, por meio das dimensões (Finanças, Gestão e Desempenho) com o objetivo de amparar os gestores públicos, através de dados consolidados, demonstrando como as boas práticas refletem na vida dos cidadãos e quais prováveis oportunidades pertinentes para melhorias do municípios (IGM, 2021). Os dados utilizados no cálculo do IGM estão elencados na Tabela 2.

Tabela 2

Índice de Governança Municipal (IGM)

Dimensão	Indicador	Variável	Forma de Cálculo	Polaridade
Finanças	Fiscal	Autonomia	Receita Local menos Estrut.Admin dividido pela Receita Corrente Líquida.	Maior-melhor
		Investimentos	Investimentos dividido pela Receita Total.	Maior-melhor
		Liquidez	Caixa menos Restos a Pagar dividido pela Receita Corrente Líquida.	Maior-melhor
		Gasto com Pessoal	Gastos com Pessoal dividido pela Receita Corrente Líquida. *	Maior-melhor
	Investimento per capita	Gastos <i>per capita</i> em saúde	O valor de despesas com saúde (despesas empenhadas na conta saúde) dividido pela população.	Maior-melhor
		Gastos <i>per capita</i> em educação	O valor de despesas com educação (despesas empenhadas na conta educação) dividido pela população.	Maior-melhor
	Custo do Legislativo	Gasto <i>per capita</i> do legislativo	Gasto com legislativo (despesas empenhadas na conta legislativo) dividido pela população.	Menor-melhor
	Equilíbrio Previdenciário	Indicador da Situação previdenciária	Nota obtida pelo ISP conforme os critérios da metodologia.	Maior-melhor

Gestão	Planejamento	Planejamento da despesa	Valor de restos a pagar não processados (despesas orçamentárias no total geral da despesa de inscrição de RPNP) dividido pela despesa total do município (despesas orçamentárias no total geral de despesas empenhadas).	Menor-melhor
		Captação de recursos	Valor de recursos captados em convênio (1.7.6.0.00.00.00 - Transferências de Convênios) dividido pela receita corrente total do município.	Maior-melhor
		Lei geral MPE	Média aritmética das notas obtidas nos subitens da lei geral.	Maior-melhor
	Colaboradores	Servidores <i>per capita</i>	Total de colaboradores na administração direta, dividido pela população.	Menor-melhor
		Comissionados	Total de comissionados sem vínculo na administração direta, dividido pelo total de colaboradores.	Menor-melhor
	Transparência	Disponibilidade das Informações	Número de informações disponíveis dividido pelo total de bases de dados.	Maior-melhor
		CAUC	Número de pendências do CAUC em relação ao total de itens.	Menor-melhor
		Transparência	Checklist realizado pelo Ministério Público Federal (MPF) com os municípios.	Maior-melhor
Desempenho	Saúde	Mortalidade infantil	Número de óbitos de residentes com menos de um ano dividido pelo número total de nascidos vivos de mães residentes e por fim, multiplicado por mil.	Menor-melhor
		Cobertura da Atenção básica	População coberta pelas equipes da Saúde da Família e Atenção Básica dividido pela população total.	Maior-melhor
		Cobertura vacinal	Cobertura populacional de todas as campanhas vacinais (utiliza-se a categoria de imunizações).	Maior-melhor
	Educação	Abandono escolar	Razão entre a quantidade de abandono e o total das matrículas efetuadas no ano, multiplicada por 100 em escolas públicas municipais rurais e urbanas.	Menor-melhor
		IDEB 5º ano	Resultado da rede pública de ensino dos anos iniciais no IDEB.	Maior-melhor
		IDEB 9º ano	Resultado da rede pública de ensino dos anos finais no IDEB.	Maior-melhor
		Taxa de distorção idade-série	Proporção de alunos nos anos iniciais do ensino fundamental com mais de 2 anos de atraso em escolas públicas municipais rurais e urbanas.	Menor-melhor
		Cobertura Creche	A taxa de cobertura em creches é calculada pela razão entre o número de matrículas e a população correspondente à faixa etária entre 0 e 3 anos.	Maior-melhor

Segurança	Taxa de Homicídios	Número de ocorrências (CID10 [X85-Y09 e Y35-Y36]) dividido pela população multiplicado por 100.000.	Menor-melhor
	Mortes no Trânsito	Número de ocorrências (CID10 [CID-BR-10:104]) dividido pela população multiplicado por 100.000.	Menor-melhor
Saneamento e Meio Ambiente	Acesso à água	População com serviço de água dividido pela população total (IN055).	Maior-melhor
	Acesso a coleta de esgoto	População com serviço de esgoto dividido pela população total (IN056).	Maior-melhor
	Tratamento de esgoto	Índice de esgoto tratado referido à água consumida (IN046/SNIS).	Maior-melhor
Vulnerabilidade Social	Vulnerabilidade social	Número de pessoas cadastradas no CAD Único dividido pela população do município.	Menor-melhor

* Os dados extraídos do Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) se apresentam da forma como foram divulgados pela Firjan. Logo, foi feito um tratamento para que os dados obtidos na Forma de Cálculo fossem apresentados na forma de um índice que varia de 0 a 1. Tal índice se apresenta sempre na polaridade "Maior-Melhor". Por exemplo, Gasto com Pessoal é sabido que quanto menor, melhor para o município, porém o índice dado pela Firjan já fez os ajustes necessários para que o índice fique com a polaridade "Maior-Melhor".
Nota. Fonte: IGM (2021).

O segundo parâmetro utilizado é o Índice de Avaliação da Governança Pública (IGovP), idealizado pelo estudo de Oliveira e Pisa (2015), que é resultado da pontuação de cinco indicadores (Efetividade; Transparência e *Accountability*; Participação; Equidade e Legalidade, Ética e Integridade), sendo um índice sintético, tem variação de 0 até 1, que visa mensurar o grau de governança dos entes federativos, ou seja, Distrito Federal e Estados. Com o objetivo de converter o IGovP de métrica de entes federativos para métrica municipal, Aquino et al. (2021) efetuaram alterações na metodologia do índice, que nesse estudo chamaremos de Índice de Avaliação da Governança Pública – Municipal (IGovP-M). Os dados utilizados no cálculo do IGovP-M estão elencados na Tabela 3.

Tabela 3

Índice de Avaliação da Governança Pública - Municipal (IGovP-M)

Dimensões	Peso	Variáveis	Peso	Indicadores	Peso
1. Efetividade	0,20	1.1 Acesso à Renda. Lógica: quanto maior, melhor.	0,50	1.1.1 Renda média domiciliar <i>per capita</i> .	1,00
		1.2 Desenvolvimento Humano. Lógica: quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento.	0,50	1.2.1 Desenvolvimento Humano - Municipal (IDH-M).	1,00
2. Transparência e <i>Accountability</i>	0,20	2.1 Acesso à informação e prestação de contas. Lógica: quanto maior, melhor.	1,00	2.1.1 Índice de Transparência MPF.	1,00

3. Participação	0,20	3.1 Eleitorado Votos Efetivos Válidos <i>versus</i> Eleitores Aptos. Lógica: quanto maior, melhor.	1,00	3.1.1 Votos Efetivos Válidos sobre total do eleitorado 1º Turno das Eleições.	1,00
4. Equidade	0,20	4.1 Desigualdade de Renda por Unidade da Federação Índice de Gini. Lógica: quanto mais próximo do zero, melhor a distribuição de renda no país.	0,40	4.1.1 Índice de Gini da distribuição do rendimento nominal mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho.	1,00
		4.2 População sem acesso às condições de vida digna. Lógica: quanto menor, melhor.	0,60	4.2.1 População de 16 anos e mais, economicamente ativa, desocupada.	0,25
				4.2.2 Taxa de analfabetismo.	0,25
				4.2.3 Taxa da população vivendo com renda inferior a 1/4 do salário mínimo (pobreza extrema).	0,50
5. Legalidade, Ética e Integridade	0,20	5.1 Cumprimento da LRF. Lógica: quanto maior, melhor.	0,50	5.1.1 Limite da Despesa com Pessoal Abaixo de 54% = 1,00 Entre 54,01% e 57,00% = 0,667 Entre 57,01% e 60,00% = 0,333 Acima de 60% = 0	1,00
		5.2 Direitos Humanos. Lógica: quanto menor, melhor.	0,50	5.2.1 Taxa de trabalho Infantil	1,00

Nota. Fonte: Adaptado de Oliveira e Pisa (2015) e Aquino et al. (2021).

Com os dados coletados pelos dois índices o estudo propõe um novo indicador, denominado de Índice Agregado de Avaliação da Governança Pública – Municipal (IAGP-M), com o objetivo de juntar as duas métricas em um só índice, levando em consideração todas as oito dimensões (Finanças; Gestão; Desempenho; Efetividade; Transparência e *Accountability*; Participação; Equidade e Legalidade, Ética e Integridade). A Figura 6 demonstra o cálculo do índice proposto.

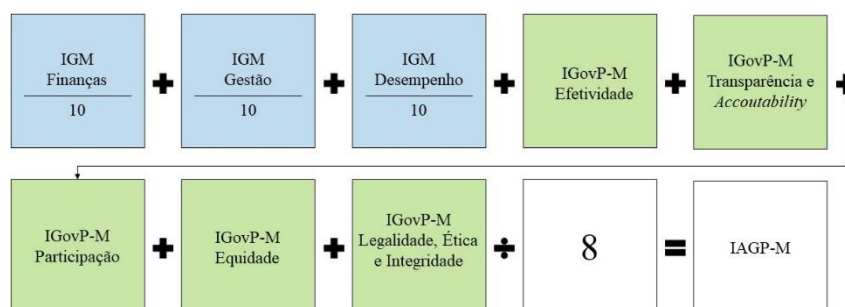


Figura 6. Metodologia de cálculo do IAGP-M.

Para o enquadramento das faixas de aferição, considerou-se as adotadas por Oliveira e Pisa (2015) e Aquino et al. (2021), que possuem o mesmo escalonamento do IDH-M, métrica consagrada e reconhecida em vários estudos, testada e utilizada mundialmente. Portanto os municípios foram classificados em relação a sua nota em cinco dimensões: muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo.

Importante fazer essa divisão para verificar quão próximo o Estado do Paraná está em relação a boa governança pública municipal, ou seja, quanto mais municípios acima da média, melhor o nível de governança pública municipal do Estado. Sendo possível também realizar uma avaliação de cada índice utilizado no estudo, verifica-se assim qual apresenta o melhor e o pior cenário em relação à governança pública municipal no Estado do Paraná, podendo analisar quais métricas metodológicas apresentaram características mais vantajosas para os municípios desse Estado. A Figura 7 expõem a escala das faixas de resultado do IGM, IGovP-M e IAGP-M.

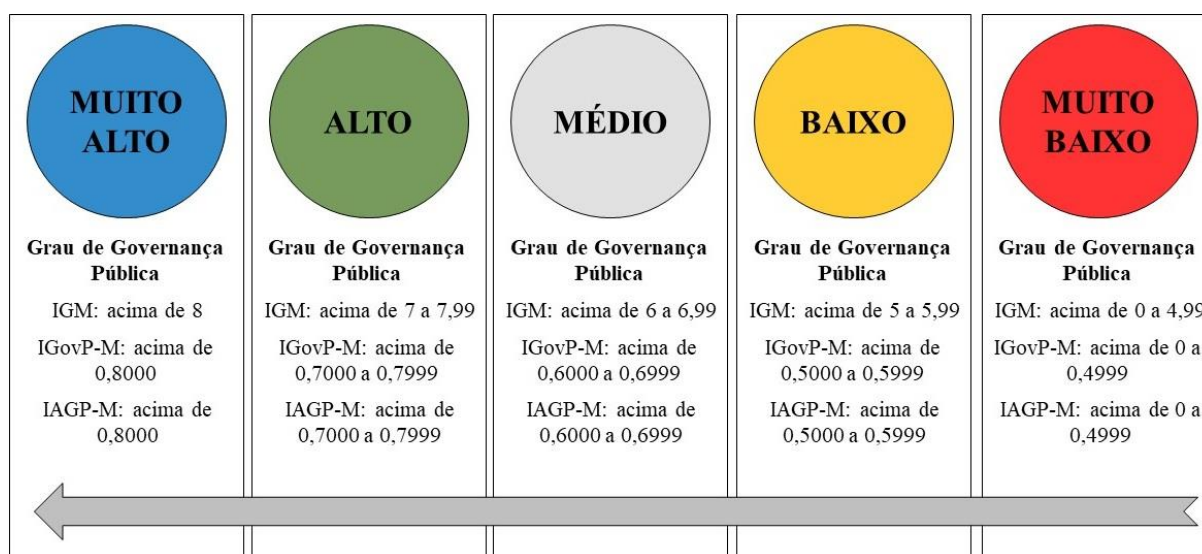


Figura 7. Escala das faixas de resultado do IGM, IGovP-M e IAGP-M.

Fonte: Adaptado de Oliveira e Pisa (2015).

3 METODOLOGIA E HIPÓTESES

Neste capítulo serão tratados os procedimentos metodológicos e hipóteses em função do problema de pesquisa, dos objetivos e pressupostos, os quais propõem a verificação da influência de fatores contingenciais (ambiente, estrutura, porte, cultura, liderança, tecnologia e estratégia) nos índices de avaliação da governança pública municipal sendo utilizados, conforme mencionado no referencial teórico, o Índice de Governança Municipal (IGM) (2021) elaborado pelo Conselho Federal de Administração (CFA), o Índice de Avaliação da Governança Pública – Municipal (IGovP-M) elaborado por Aquino et al. (2021), adaptado de Oliveira e Pisa (2015) e o Índice Agregado de Avaliação da Governança Pública Municipal (IAGP-M) idealizado por esse estudo, sendo este último a união dos dois índices anteriores, que tem como objetivo mensurar a governança pública municipal elencando elementos conceituais.

Sendo assim esse estudo classifica-se em relação ao seu objetivo como descritivo. O modelo de pesquisa tem como particularidade representar as qualidades de determinadas populações ou fatos, apropriando-se de técnicas padronizadas de coleta de dados (Gil, 2008). É o tipo de pesquisa que mais examina o conhecimento da realidade por elucidar a razão e o porquê das coisas (Scarpin & Slomski, 2007).

3.1 PROCEDIMENTOS, CRITÉRIOS E DELIMITAÇÕES

3.1.1 Procedimentos

O presente estudo utilizou-se de fontes primárias e secundárias, sendo fontes primárias os dados ou relatórios, de portais eletrônicos disponibilizados pelo Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), idealizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN); Sistema de Informação Municipal – Acompanhamento Mensal (SIM-AM), idealizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES); Tribunal Superior Eleitoral (TSE); Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, idealizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); aplicativo TABNET, idealizado pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS); Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan); Observatório Social do Brasil

(OSB) e Portal da Transparência da União, idealizado pela Controladoria-Geral da União (CGU). Já em relação às fontes secundárias, foi realizada a revisão da literatura para dar amparo ao desenvolvimento do tema da pesquisa. Em particular para a elaboração do IGovP-M foram coletados os dados de 2019 no TABNET, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Índice de Transparência do Ministério Público Federal (MPF), TSE e SICONFI.

A abordagem da primeira etapa do estudo tem caráter predominantemente documental, fundamentada pela pesquisa bibliográfica. De acordo com Cervo e Bervian (2002, p. 65), a pesquisa bibliográfica “é feita com o intuito de recolher informações e conhecimentos prévios acerca de um problema para o qual se procura resposta ou acerca de uma hipótese que se quer experimentar”. As hipóteses estatísticas são suposições quanto ao valor de um princípio populacional, ou quanto à natureza da distribuição de probabilidade de uma variável populacional, formuladas pelo pesquisador com suporte em suas suspeitas sobre o fenômeno ou com a incumbência de informações teóricas sobre o assunto (Martins & Domingues, 2011).

Já na segunda etapa, com caráter predominantemente quantitativo, descritivo, busca-se analisar a influência dos fatores contingenciais sobre os índices de avaliação da governança pública municipal (IGM, IGovP-M e IAGP-M), utilizando do método de pesquisa empírico-analítico, que corresponde à utilização de tratamento e análise com métricas quantitativas. O desenho da pesquisa pode ser verificado na Figura 8.

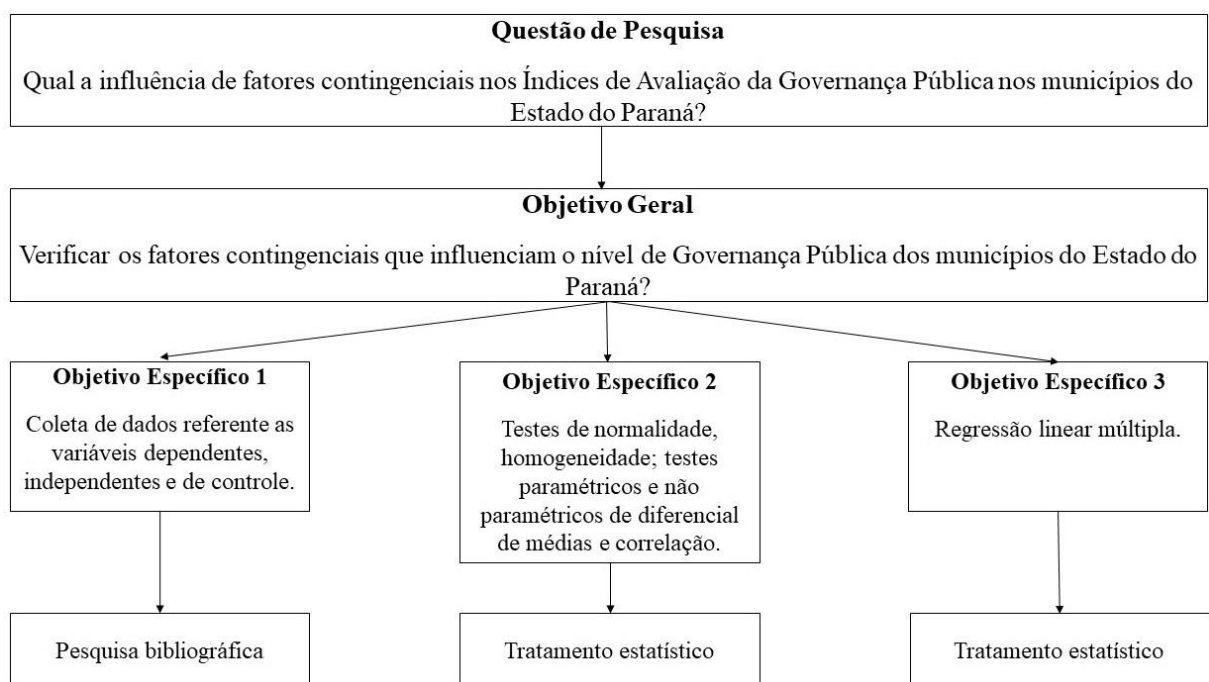


Figura 8. Desenho da pesquisa.

Para análise, os dados foram estruturados em planilhas no *software Microsoft Excel®* e utilizou-se o *software SPSS Statistics Version 2.0* para a realização do teste de normalidade, teste de homogeneidade, testes paramétricos e não paramétricos de diferencial de médias, correlação e regressão linear múltipla. De acordo com Martins e Domingues (2011, p. 595) “a análise prévia da correlação entre as variáveis permite identificar eventuais variáveis que não irão contribuir para que a análise de regressão apresente bons resultados”.

O estudo utilizou-se da regressão linear múltipla para identificar os fatores contingenciais que influenciam o nível de governança pública dos municípios do Estado do Paraná, 399 municípios no total, através do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). De acordo com Fávero e Belfiore (2021) o método dos MQO possui alguns pressupostos que devem ser levados em consideração para a realização da regressão linear múltipla sendo: a distribuição normal dos resíduos; não existência de correlação elevadas entre as variáveis explicativas, problema de multicolinearidade, e possuir mais observações (nesse estudo foram 399) do que variáveis explicativas, (aqui se apresentam 29); os resíduos não apresentarem correlação com qualquer variável explicativa, problema de heterocedasticidade e os resíduos são aleatórios e independentes ou problema de autocorrelação.

De acordo com Hair, Black, Babin, Anderson e Tatham (2009) uma regra geral para o tamanho da amostra em uma regressão linear múltipla é que jamais fique abaixo de 5 observações para uma variável independente, porém o nível desejado é de 15 a 20 observações, podendo assim generalizar os resultados. Os autores ainda ressaltam que caso utilize-se do procedimento *stepwise*, o nível recomendado passa para 50 por 1, informação importante para os critérios empregados nesta pesquisa.

Para verificação de problema de autocorrelação utilizou-se do teste de *Durbin-Watson*, para o de multicolinearidade, o teste de Fator de Inflação de Variância (VIF). Já para verificação de falha de heterocedasticidade nos resíduos utilizou-se os testes de *Breusch-Pagan/Cook-Weisberg* (Teste BP/CW) e o teste de *White* (Teste *White*), e para a distribuição normal dos resíduos utilizou-se dos testes de *Kolmogorov-Smirnov* e *Shapiro-Wilk*. Todos os dados coletados são correspondentes ao ano de 2019, vale ressaltar que foi utilizado o IGM 2021, por empregar em sua metodologia dados de 2019. O modelo de regressão linear múltipla é adotado quando deseja-se incorporar mais de uma variável independente no modelo com o propósito de explicar e prever o comportamento da variável dependente (Martins & Domingues, 2011).

De acordo com Hair, Babin, Money e Samouel (2005), referente ao horizonte do tempo, a pesquisa pode ser caracterizada como transversal (*cross-section*) ou longitudinal (*times series*), sendo a primeira quando se utiliza de dados para descrever um único ponto no tempo e

a última quando se usa dados para descrever eventos ao longo do tempo. Esse estudo adota a característica transversal para o horizonte do tempo, ou seja, leva em consideração somente os dados de 2019.

3.1.2 Critérios

A amostra da pesquisa é composta pelos 399 municípios do Estado do Paraná, logo, é do tipo intencional e não probabilística e abrange toda a sua população, nenhum município foi retirado da amostra com o intuito de identificar os fatores contingenciais que influenciam a governança pública em sua totalidade. Desta forma, a existência de *outliers* foi verificada, mas não foi levada em consideração, porém foi realizada a logaritmização de algumas variáveis com o intuito de mitigar ou minimizar esse problema. Mesmo que a população analisada fosse os 5.570 municípios brasileiros, a amostra com um nível de confiança de 95%, os 5% de margem de erro totalizariam 360 municípios, logo, somente os municípios do Estado do Paraná já ultrapassam esse valor.

Sendo assim, o estudo apresenta 399 observações contra 29 variáveis explicativas, porém, somente as variáveis que forem estatisticamente significativas na correlação serão utilizadas na regressão linear múltipla, logo, a definição do tamanho da amostra só será elucidada após a realização da correlação das variáveis dependentes (IGM, IGovP-M e IAGP-M) com as variáveis explicativas (independentes e de controle).

O Estado do Paraná está dividido em dez mesorregiões sendo: Metropolitana (37 municípios), Centro-Oriental (14 municípios), Norte Pioneiro (46 municípios), Sudeste (21 municípios), Sudoeste (42 municípios), Centro-Sul (24 municípios), Norte Central (79 municípios), Centro-Occidental (25 municípios), Noroeste (61 municípios) e Oeste (50 municípios), de acordo com a Lei Estadual nº. 15.825/2008 (Paraná, 2008), conforme Figura 9.

O Estado também está subdividido em 39 microrregiões conforme apresentado na Figura 10. Além de sua capital, Curitiba, o Estado do Paraná tem outros municípios com destaque econômico, como Cascavel, Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

O presente estudo abrange dois grupos de variáveis além das dependentes (IGM, IGovP-M e IAGP-M): (1) variáveis independentes, sendo os fatores contingenciais internos e externos dos municípios, em concordância com a Teoria da Contingência; (2) variáveis de controle. A Tabela 4 demonstra essas variáveis com as devidas referências de estudos anteriores.



ESTADO DO PARANÁ

REGIÕES GEOGRÁFICAS ⁽¹⁾

FONTE: Lei estadual nº15.825/08
BASE CARTOGRÁFICA: ITCG (2010)

(1) Os limites das regiões geográficas coincidem com os limites das mesorregiões do IBGE, exceto no caso das regiões Sudoeste e Centro-Sul, para as quais se aplica a Lei Estadual nº 15.825/08, que inclui na Região Sudoeste os municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Manguaçu.

Figura 9. Mesorregiões do Estado do Paraná.
Fonte: IPARDES (2010).

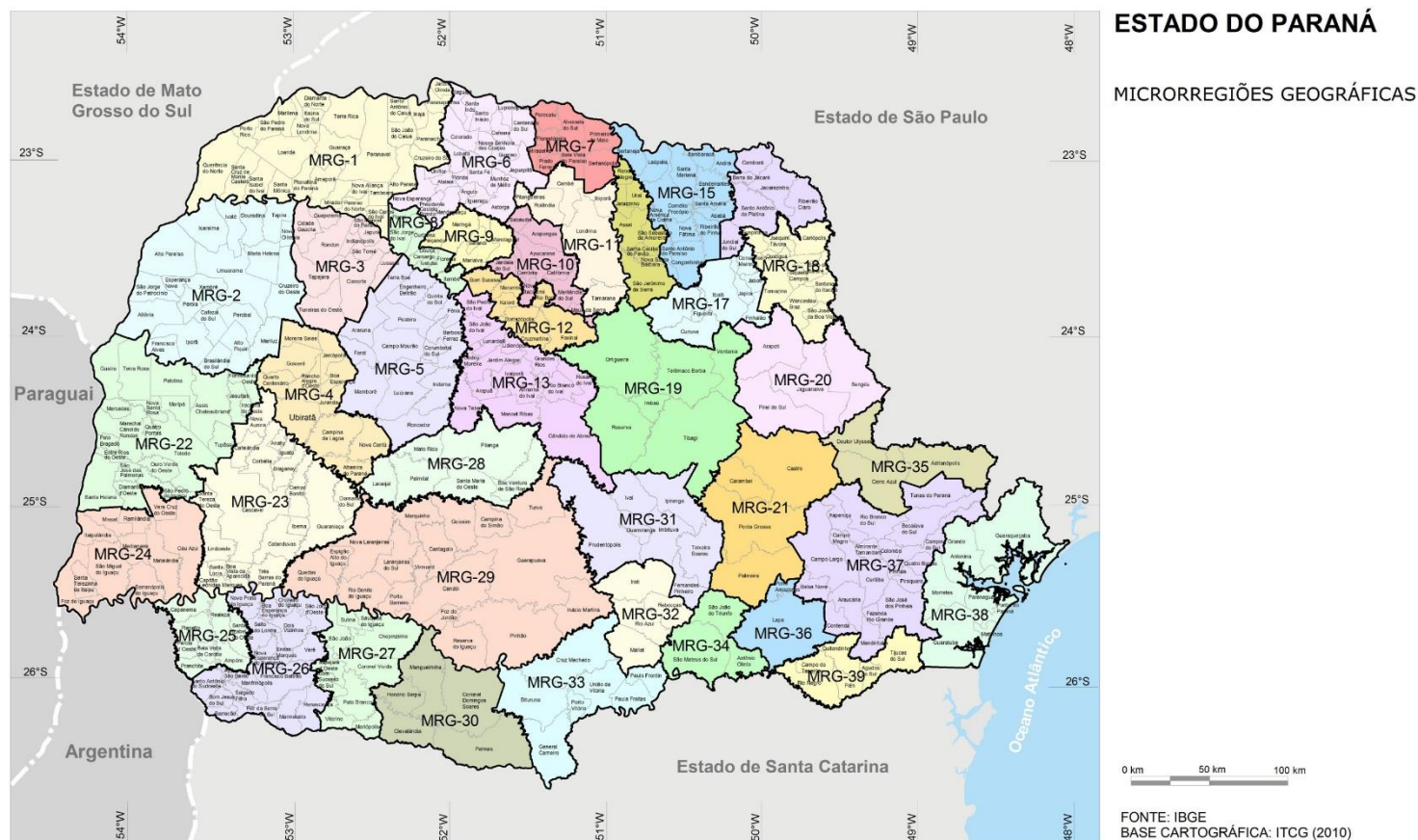


Figura 10. Microrregiões do Estado do Paraná.
Fonte: IPARDES (2010).

Tabela 4
Variáveis da Pesquisa

Variável	Medida	Referência
Variáveis Dependentes		
Governança Pública Municipal	Índice de Governança Pública Municipal - IGM (CFA)	Rabito et al. (2022)
	Índice de Avaliação da Governança Pública Municipal - IGovP-M (Oliveira & Pisa, 2015)	Aquino et al. (2021); Oliveira e Pisa (2015)
	Índice Agregado de Avaliação da Governança Pública Municipal – IAGP-M	Autores da pesquisa
Variáveis Independentes		
Ambiente	Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal (IDH-M)	Rabito et al. (2022); Santos e Rover (2019); Sell et al. (2020); Vieira (2009)
	Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM)	Autores da pesquisa
	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)	Fiirst et al. (2018); Fiirst e Beuren (2021)
	Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF)	Fiirst et al. (2018)
	Indicador de Grau de Dependência (IGD)	Macedo e Corbari (2009); Fiirst et al. (2018)
	Produto Interno Bruto (PIB)	Fiirst e Beuren (2021)
	Observatório Social (OS)	Fiirst e Beuren (2021)
Estrutura	Indicador de Despesa Líquida com Pessoal (IDP)	Avallaneda e Gomes (2015); Rabito et al. (2022); Sell et al. (2020)
	Estrutura de Capital (EC)	Macedo e Corbari (2009); Fiirst et al. (2018)
	Liquidez (LQ)	Macedo e Corbari (2009); Fiirst et al. (2018)
Porte	Log População (LGPOP)	Avallaneda e Gomes (2015); Fiirst e Beuren (2021); Rabito et al. (2022); Sell et al. (2020)
	Densidade Populacional (DENSPOP)	Avallaneda e Gomes (2015); Sell et al. (2020)
	Log Receita Arrecadada (LGRA)	Fiirst e Beuren (2021)
	Tamanho do Setor Público (TSP)	Vieira (2009)
Cultura	Participação nas Eleições de 2016 (PARTELE)	Rabito et al. (2022); Santos e Rover (2019)
	Índice de Transparência da Administração Pública (ITP)	Autores da pesquisa
Liderança	Gênero do Prefeito Eleito em 2016 (GENPREF)	Nevado Gil et al. (2020)
	Log Idade do Prefeito (IDPREF)	Avellaneda e Gomes (2015); Sell et al. (2020)
	Escolaridade do Prefeito (EP)	Avellaneda e Gomes (2015); Sell et al. (2020)
Tecnologia	Indicador da Realização da Receita Orçamentária (IRRO)	Lourençon (2001); Fiirst et al. (2018); Fiirst e Beuren (2021); Santos e Alves (2011)
	Indicador da Execução Orçamentária Corrente (IEOC)	Ruckert, Borsatto e Rabelo (2002); Campello (2003); Fiirst et al. (2018); Fiirst e Beuren (2021); Santos e Alves (2011)

Estratégia	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do 5º ano (IDEB)	Santos e Rover (2019)
	Receita Corrente Líquida Ajustada <i>per capita</i> (RCLpc)	Sell et al. (2020)
	IPTU arrecadado <i>per capita</i> (IPTUp _c)	Avellaneda e Gomes (2015); Massardi e Abrantes (2015)
	Bolsa Família - Média Valor Pago por Beneficiário (BF-M)	Autores da pesquisa
Variáveis de controle		
Regiões	Mesorregiões (RMESO) e Microrregiões (RMICRO)	Baldissera (2018); Rabito et al. (2022)
Direção Partidária	Direção Partidária do Prefeito eleito em 2016? (DIRPART) 1 = Esquerda, 2 = Direita, 3 = Centro ou 4 = Indefinido	Avallaneda e Gomes (2015); Carreirão (2006); Rabito et al. (2022); Sell et al. (2020); Vieira (2009)
PIB <i>per capita</i>	PIB / População (PIB _{pc})	Cavalcante (2016); Santos e Rover (2019); Sell et al. (2020)

Nota: As fórmulas das variáveis podem ser verificadas na Figura 12. Hipóteses da Pesquisa.

Após a realização da correlação, conforme o modelo correto de acordo com o teste de normalidade e homogeneidade, ou seja, paramétrico (*Pearson*) ou não paramétrico (*Spearman*), verificou-se quais variáveis apresentaram significância ao nível de 1% ou 5%. Somente essas variáveis foram selecionadas para a realização do primeiro modelo de regressão linear múltipla.

O primeiro modelo de regressão linear múltipla contempla todas as variáveis explicativas que cumpriram o pressuposto já mencionado, e verifica-se o tamanho da amostra. Se a amostra ficar abaixo de 50 observações por 1 variável explicativa, utiliza-se o procedimento *enter* na regressão linear múltipla, caso ainda permaneça acima, utiliza-se o procedimento *stepwise*. Após a análise do primeiro modelo, sendo esta estatisticamente significativa ou não, verificou-se quais variáveis foram previsoras significativas ao nível de 1%, 5% ou 10%. A partir desta informação, foi realizada a execução de um segundo modelo de regressão linear múltipla, excluindo-se as variáveis independentes e de controle que não atenderam esse requisito, utilizando-se novamente a mesma regra do primeiro modelo para o tamanho da amostra e procedimento.

Em seguida, realizou-se a análise do segundo modelo, se é estatisticamente significativa ou não, selecionando somente as variáveis que apresentaram significância estatística ao nível de 1%, para a execução do terceiro e último modelo de regressão linear múltipla, com as mesmas regras dos modelos anteriores, sendo esse último modelo, o utilizado nas discussões e análises dos fatores contingenciais que influenciam o nível de governança dos municípios do Estado do Paraná.

A Figura 11 apresenta de forma simplificada o diagrama de decisão da metodologia utilizada para a realização dos modelos de regressão linear múltipla.

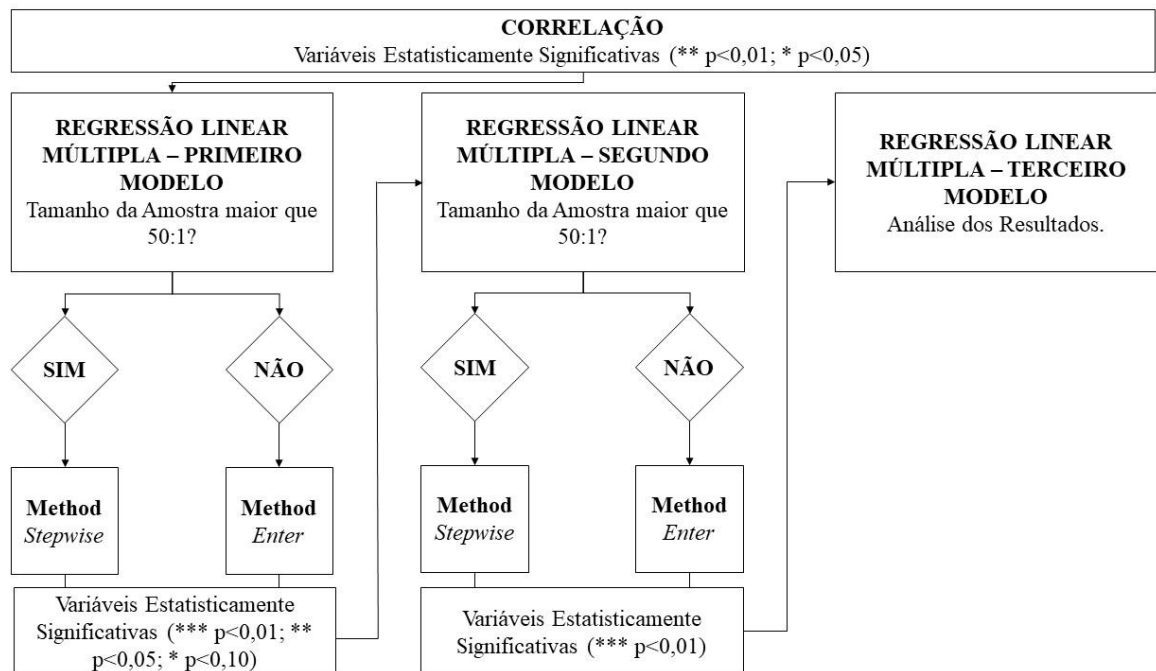


Figura 11. Diagrama da metodologia dos modelos de regressão linear múltipla.

3.1.2.1 Modelo Econométrico

A análise de regressão linear contribui com o estudo da relação entre duas ou mais variáveis explicativas, que se expõem de forma linear, e uma variável dependente métrica (Fávero & Belfiore, 2021). O método dos MQO, retrata um método matemático que assegura que a linha reta que passa pelos pontos no diagrama de dispersão seja estabelecida da melhor forma possível (Hair et al., 2005).

De acordo com Figueiredo Filho et al. (2011, p. 46) “é o modelo estatístico mais usualmente empregado na ciência política contemporânea”. Sendo assim, para o presente estudo fez-se o uso do modelo econométrico da análise multivariada de dados. Já em relação ao método utilizou-se a regressão linear múltipla por meio do MQO para verificação da influência dos fatores contingenciais.

O presente estudo envolveu três equações principais, sendo a primeira referente a variável dependente IGM, seguida da equação com a variável dependente IGovP-M e a última com a variável dependente IAGP-M. São expostas, a seguir, as equações 1, 2 e 3.

Equação (1)

$$\begin{aligned}
IGMi = & \alpha + \beta_1(IDH - Mi) + \beta_2(IPDMi) + \beta_3(IFDMi) + \beta_4(IFGFi) + \beta_5(IGDi) \\
& + \beta_6(PIBi) + \beta_7(OSi) + \beta_8(IDPi) + \beta_9(ECi) + \beta_{10}(LQi) + \beta_{11}(LGPOPi) \\
& + \beta_{12}(DENSPOPi) + \beta_{13}(LGRAi) + \beta_{14}(TSPI) + \beta_{15}(PARTELEi) \\
& + \beta_{16}(ITPi) + \beta_{17}(GENPREFi) + \beta_{18}(IDPREFi) + \beta_{19}(EPi) + \beta_{20}(IRROi) \\
& + \beta_{21}(IEOCi) + \beta_{22}(IDEBi) + \beta_{23}(RCLpc i) + \beta_{24}(IPTUpc i) \\
& + \beta_{25}(BF - Mi) + \beta_{26}(X_i) + ei
\end{aligned}$$

Equação (2)

$$\begin{aligned}
IGovP - Mi = & \alpha + \beta_1(IDH - Mi) + \beta_2(IPDMi) + \beta_3(IFDMi) + \beta_4(IFGFi) + \beta_5(IGDi) \\
& + \beta_6(PIBi) + \beta_7(OSi) + \beta_8(IDPi) + \beta_9(ECi) + \beta_{10}(LQi) + \beta_{11}(LGPOPi) \\
& + \beta_{12}(DENSPOPi) + \beta_{13}(LGRAi) + \beta_{14}(TSPI) + \beta_{15}(PARTELEi) \\
& + \beta_{16}(ITPi) + \beta_{17}(GENPREFi) + \beta_{18}(IDPREFi) + \beta_{19}(EPi) + \beta_{20}(IRROi) \\
& + \beta_{21}(IEOCi) + \beta_{22}(IDEBi) + \beta_{23}(RCLpc i) + \beta_{24}(IPTUpc i) \\
& + \beta_{25}(BF - Mi) + \beta_{26}(X_i) + ei
\end{aligned}$$

Equação (3)

$$\begin{aligned}
IAGP - Mi = & \alpha + \beta_1(IDH - Mi) + \beta_2(IPDMi) + \beta_3(IFDMi) + \beta_4(IFGFi) + \beta_5(IGDi) \\
& + \beta_6(PIBi) + \beta_7(OSi) + \beta_8(IDPi) + \beta_9(ECi) + \beta_{10}(LQi) + \beta_{11}(LGPOPi) \\
& + \beta_{12}(DENSPOPi) + \beta_{13}(LGRAi) + \beta_{14}(TSPI) + \beta_{15}(PARTELEi) \\
& + \beta_{16}(ITPi) + \beta_{17}(GENPREFi) + \beta_{18}(IDPREFi) + \beta_{19}(EPi) + \beta_{20}(IRROi) \\
& + \beta_{21}(IEOCi) + \beta_{22}(IDEBi) + \beta_{23}(RCLpc i) + \beta_{24}(IPTUpc i) \\
& + \beta_{25}(BF - Mi) + \beta_{26}(X_i) + ei
\end{aligned}$$

Onde, “ X_i ” refere-se às variáveis de controle e “ e_i ” é o termo de erro.

Por intermédio dessas fórmulas estatísticas é possível verificar a indicação das variáveis dependentes em função das variáveis independentes e de controle. Demonstra-se assim a metodologia de cálculo para a previsão do resultado do índice, possibilitando assim o início da análise dos resultados.

3.1.3 Delimitações

Admite-se que certas imperfeições foram observadas no decorrer do estudo, tanto de caráter operacional como metodológico. O fato de utilizar um horizonte do tempo transversal (*cross-section*), ou seja, somente o ano de 2019, pode configurar que não demonstra a evolução dos mandatos eletivos, de 4 anos, e a aplicação das políticas públicas por parte dos eleitos, porém o caráter principal do estudo é apresentar a influência dos fatores contingenciais em relação a dois índices de avaliação da governança pública municipal, utilizados em outros estudos, adicionando-se a união do resultado dos dois índices, formando um novo índice de avaliação e desta forma contribuir com a validação empírica dos índices propostos, uma limitação encontrada por Buta e Teixeira (2020) na literatura sobre o tema. Outra limitação apresentada é a utilização da definição de Carreirão (2006) para a direção partidária, visto a criação de novos partidos nesse lapso temporal, o fim das coligações e a criação do fundo eleitoral na reforma política ocorrida no governo de Michel Temer.

A escolha do Estado do Paraná se deve a possibilidade de comparar os valores coletados com dois sistemas distintos, SICONFI e SIM-AM, visto a implementação de dados abertos por parte do TCE-PR tornar possível pesquisar a mesma informação, podendo assim, um sistema servir de suporte quando o outro estiver com a informação defasada ou inexistente. A região sul do Brasil é verificada em estudos anteriores com boa governança em relação as outras regiões, principalmente em relação a região norte (Aquino et al., 2021; Buta & Teixeira, 2020; Oliveira & Pisa, 2015). Devido a isso o estudo contribui com uma análise completa de todos os municípios do Estado do Paraná em relação aos outros estudos que verificaram somente o Estado ou alguns municípios com característica específica.

Vale destacar alguns apontamentos para que não ocorra divergência ou dúvida em relação aos dados coletados. Em relação ao ITP, o município de Apucarana teve seu valor alterado para 0,75299 visto que o apresentado no relatório divulgado pelo TCE-PR não era compatível com a somatória referente a metodologia aplicada. O IFDM do município de Entre Rios do Oeste foi utilizado o Ano-base de 2015, e não de 2016, como nos outros municípios, pois não constava a informação no período da coleta de dados. Já em relação ao IFGF, os municípios de Cruzeiro do Sul, Godoy Moreira e Guairaçá foram coletados o Ano-Base de 2018, visto que no relatório de 2019 não estava com a informação disponível.

Ainda em relação a coleta de dados, sobre a variável independente IDEB, aos municípios de Indianópolis e Lupionópolis foram atribuídos os valores de 2017, visto que em 2019 não havia pontuação na base dados do INEP. Já em relação as variáveis independentes

EC e LQ que utilizam a informação Ativo Financeiro, Ativo Total, Passivo Financeiro e Passivo Permanente, em 58 municípios apresentaram essa informação nula ou com valores divergentes ao esperado, sendo assim, verificou-se o SIM-AM para conferências dos dados, e os municípios de Agudos do Sul, Alvorada do Sul, Arapuã, Atalaia, Barra do Jacaré, Bituruna, Cafelândia, Campo do Tenente, Cândói, Centenário do Sul, Conselheiro Mairinck, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Engenheiro Beltrão, Entre Rios do Oeste, Guaporema, Honório Serpa, Ibaiti, Iguaçu, Inácio Martins, Indianópolis, Iracema do Oeste, Ivaí, Laranjal, Leopólis, Luiziana, Mandirituba, Mato Rico, Nova Laranjeiras, Nova Santa Bárbara, Paranacity, Paula Freitas, Pinhais, Pinhão, Planaltina do Paraná, Pranchita, Quatro Barras, Rancho Alegre, Realeza, Rio Azul, Salgado Filho, Santa Cecília do Pavão, Santa Lúcia, Santo Antônio do Caiuá, Santo Inácio, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São José dos Pinhais, São Manoel do Paraná, São Pedro do Iguaçu, Sertanópolis, Tijucas do Sul, União da Vitória, Uraí, Ventania, Verê e Virmond tiveram esses dados coletados no SIM-AM e não no SICONFI, como ocorreu com os outros municípios.

Também em relação ao município de Salgado Filho, o Passivo Financeiro encontrava-se sem valor tanto no SICONFI como no SIM-AM no final do exercício de 2019, porém havia valores expressivos tanto no mês de novembro de 2019 como em janeiro de 2020, sendo assim para o cálculo das variáveis EC e LQ para esse município em questão foi utilizado o Passivo Financeiro de janeiro de 2020.

Ainda acerca das variáveis independentes, os municípios de Inajá, Marquinho, Morretes, Pinhalão, Piraí do Sul, Planalto, Pontal do Paraná, Porto Amazonas, Rancho Alegre, Realeza, Rio Bonito do Iguaçu, Salto do Itararé, Santa Fé, Santo Antônio do Caiuá, São João do Caiuá, São Manoel do Paraná, Serranópolis do Iguaçu, Tunas do Paraná, Uniflor, Virmond e Xambrê apresentaram no SICONFI a receita com IPTU de forma defasada ou inexistente, sendo assim os dados desses municípios foram coletados no SIM-AM.

Por fim, em relação a variável dependente IGovP-M, o município de Rio Bom não apresentou dados em relação a população de 16 anos e mais, economicamente ativa, desocupada, no TABNET, que faz parte do indicador de equidade do índice. Visto isso, foi realizado a média dos municípios da microrregião MRG-12, ao qual o município faz parte, chegando ao valor de 0,4122, que foi utilizado para o cálculo do índice.

3.2 HIPÓTESES DA PESQUISA

Estudos anteriores e seus argumentos teóricos são a bússola utilizada para a construção das hipóteses e do desenvolvimento desta pesquisa. Estudos esses que utilizaram, como variável dependente, características que compõem o conceito de governança pública, como eficiência, transparência, desempenho e *accountability*. Nos próximos parágrafos apresentam-se as hipóteses do estudo com demonstração das variáveis independentes, assim como as variáveis de controle.

A escolha das variáveis dependentes IGM, IGovP-M e IAGP-M tem a finalidade de não somente contribuir com um novo índice, junção de dois índices que utilizam métricas de mensuração distintas, mas também verificar suas qualidades empíricas, comprovando estatisticamente sua significância e se recebem ou não influência de fatores contingenciais externos ou internos.

Assim como o termo *accountability*, o conceito de governança pública ainda não se encontra conclusivo nos estudos publicados até o presente momento, muitos utilizam o termo, mas não expressam de maneira categórica a sua interpretação do conceito (Buta & Teixeira, 2020; Graaf & Asperen, 2018). Assim, os testes empíricos das variáveis contribuirão para verificar se os índices utilizados (IGM, IGovP-M e IAGP-M) refletem ou não os conceitos. Ressalta-se que esse estudo não tem como objetivo conceituar o termo, mas sim utiliza-se dos conceitos elencados na Tabela 1 para verificar a singularidade destes com os índices.

As variáveis independentes compreendem fatores externos e internos, assim definidos pela Teoria da Contingência. Para o fator contingencial externo ambiente, utilizou-se o IDH-M, IPDM, IFDM, IFGF, IGD, PIB e a existência ou não de OS nos municípios. Essa última variável em questão é dicotômica, comumente chamada de variável *dummy*, tendo como resposta não igual a 0 (zero) e sim igual a 1 (um).

O IDH-M é idealizado pela PNUD e tem como objetivo a mensuração do desenvolvimento humano, o índice utiliza em seu cálculo dados de expectativa de vida ao nascer, educação e PIB *per capita*. Já o IPDM é um índice próprio do Estado do Paraná, desenvolvido pelo IPARDES, e considera em seu cálculo três dimensões: renda, emprego e produção agropecuária; saúde e educação. Os dois índices seguintes, IFDM e IFGF, são desenvolvidos pela Firjan, sendo o primeiro uma análise do emprego e renda, educação e saúde; o segundo verifica a autonomia, gastos com pessoal, liquidez e investimentos. Ambos os índices têm o propósito de mensurar o desenvolvimento econômico e social dos municípios em análise.

O desenvolvimento social não está relacionado somente ao quesito renda ou crescimento econômico, a essência está no ser humano, verificando suas capacidades e oportunidades (Silva, Silva, Souza & Silva, 2015). Sabe-se que um dos maiores interesses da sociedade é a maximização do bem-estar dos seus cidadãos com os recursos financeiros disponíveis, sendo este um dos grandes desafios dos gestores (Scarpin & Slomski, 2007; Silva, Kuwahara & Maciel, 2012), e daí a preocupação constante dos gestores no desenvolvimento de políticas públicas nas áreas da saúde e educação (Silva et al., 2015). O desenvolvimento econômico e social dos municípios é um dos fatores que está intimamente interligados com a boa governança (Graaf & Asperen, 2018).

A utilização de variáveis índices, como no caso do IDH-M, IPDM, IFDM e IFGF, ajudam na redução do problema de representação, visto que abrangem várias dimensões em suas metodologias de cálculo, porém, uma possível desvantagem é a redução na mensuração de um objeto específico, podendo ser uma diferença-chave em uma análise (Manly & Alberto, 2019).

Ainda sobre os fatores externos, ambiente, temos a variável IGD que demonstra o grau de dependência do município referente as transferências externas (federal ou estadual) para honrar com seus compromissos, sendo o valor da receita de transferências recebidas, dividido pela receita total realizada, assim quanto maior for o IGD, maior será a dependência do município e pior será seu nível de governança pública municipal.

O grau de dependência de um município tende a prejudicar seu desempenho (Macedo & Corbari, 2009), porém de acordo com Meneguini, Bugarin e Carvalho (2005), o eleitor tende a beneficiar com a reeleição, prefeitos que conseguem mais recursos oriundos de transferência intergovernamentais, divergindo assim dos conceitos da boa governança, visto que mesmo sabendo que o grau de dependência poderá prejudicar o desempenho municipal os candidatos à reeleição buscam mais dependência financeira em prol da sua manutenção no poder.

Seguimos para a variável PIB, que evidencia a soma de todos os bens e serviços produzidos pelo município em análise, quanto maior o PIB, maior a atividade econômica do município, espera-se assim um maior nível de governança pública municipal. O PIB, conforme a forma de alocação, pode gerar diferentes níveis de desenvolvimento humano (Ranis, Stewart & Ramirez, 2000), e para que exista essa alocação de recursos é necessário o desenvolvimento econômico do ambiente, fomentando a circulação financeira e consequentemente o volume de empregos gerados (Almeida, Silva & Angelo, 2013; Figueiredo, Barros & Guilhoto, 2005).

De acordo com Suri, Boozer, Ranis e Stewart (2011), melhorias nas condições de saúde e educação são afetadas diretamente pelo crescimento do PIB. Correlação positiva com o

crescimento econômico e a governança pública, através de medida de liberdades civis, também foram encontrados por Kormendi e Meguire (1985).

Já a última variável, OS, verifica onde há Observatório Social, que são entidades criadas por cidadãos preocupados com a gestão dos recursos públicos dispendidos em seus municípios, caracterizando um órgão externo de controle social (Schommer & Moraes, 2010). Sendo assim, espera-se que a existência de Observatório Social contribua com um maior nível de governança pública municipal.

Para a coleta de dados dessa variável foram utilizadas informações do portal eletrônico do OSB, do portal eletrônico do TCE-PR e outros observatórios conhecidos no Estado por seus trabalhos realizados, como o Observatório Social de Maringá (SER) (Mattiello, 2018; Schommer & Moraes, 2010), que não consta nos portais eletrônicos mencionados, mas já foi objeto de pesquisa. Vale lembrar que essa é uma variável *dummy*, conforme já mencionado.

Huther e Shah (1999) verificaram correlação positiva e significativa entre PIB e IDH em relação a práticas de governança eletrônica em inúmeros países. Corroborações empíricas dos estudos de Sell et al. (2020) e Fiirst e Beuren (2021), indicaram influência positiva no fator contingencial externo, ambiente, no desempenho municipal dos municípios catarinenses e paranaenses, respectivamente. Portanto, a hipótese 1 pode ser formulada da seguinte forma:

Hipótese 1: Fatores contingenciais externo, ambiente, influenciam positivamente no nível de governança pública dos municípios do Estado do Paraná.

Quanto aos fatores internos, definiram-se os fatores estrutura, porte, cultura, liderança, tecnologia e estratégia. Começando pela estrutura, a variável independente IDP visa verificar quanto o município emprega com gasto de pessoal do Poder Executivo e Poder Legislativo *per capita*, sendo assim, utiliza-se da fórmula despesas com pessoal e encargos (Poder Executivo e Poder Legislativo), dividido pela população. Quanto maior o IDP, melhor será a realização dos processos, visto o alto nível de pagamento aos servidores, contribuindo assim com pessoal mais capacitado para a realização das atividades, levando em consideração os ideais da *New Public Governance* (NPG) (Martins, 2020). Cidades consideradas mais inteligentes pelo *Ranking Connected Smart Cities* (RCSC) 2020 obtiveram influência positiva em relação ao IDP (Rabito et al. 2022).

Essa variável foi utilizada por Sell et al. (2020) para verificar o nível de desempenho dos municípios de Santa Catarina, demonstrou-se que quanto maior o gasto com pessoal pela população, maior o desempenho, contrariando a austeridade do *New Public Management*

(NPM). Christensen e Yoshimi (2003) relataram que o desempenho não pode ser explicado exclusivamente pelos conceitos da NPM. Essa variável é um contraponto em relação a mensuração do desempenho ser correlacionado ao menor gastos com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), variável utilizada em outros estudos que verificaram a influência da transparência (Fiirst et al., 2018), endividamento (Macedo & Corbari, 2009) e desempenho (Fiirst & Beuren, 2021). Com tal característica, ao utilizar a variável com essa metodologia de cálculo (despesas com pessoal/população) possibilita a inclusão desta nos modelos de regressão, visto que com a outra metodologia de cálculo (gastos com pessoal/receita corrente líquida), que é utilizada no cálculo do IGM, ela precisaria ser retirada do modelo.

A capacidade de promover investimentos nos municípios, de acordo com a literatura econômica, é uma das suposições de maior desenvolvimento (Ferreira, 1996) e são centrais para a promoção do crescimento econômico e da qualidade de vida (Cavalcante, 2016). Porém, Sell et al. (2020), verificaram que municípios com maior IDP possuem maior desenvolvimento municipal, ocorrendo assim uma contradição entre os resultados. Já Macedo e Corbari (2009) verificaram que o gasto com pessoal, apesar de ser estatisticamente significativo, não foi o maior responsável pelo endividamento no período analisado. O futuro das organizações poderá sofrer oscilações negativas devido à falta de motivação dos indivíduos envolvidos (Chenhall, 2003), demonstrando, assim, a importância de uma boa remuneração.

A variável independente EC verifica quanto do capital de terceiros está sendo alocado para custear as atividades da Administração Pública. A fórmula para o cálculo dessa variável corresponde ao Passivo Financeiro somado com o Passivo Permanente, dividido pelo Ativo Total do município em análise. Quanto maior o valor da EC mais predispostos ao endividamento o município estará (Macedo & Corbari, 2009), logo, espera-se que quanto menor o endividamento, maior será o nível de governança pública municipal. Quando utilizamos o termo município, temos em consideração todas as entidades que o compõem, sendo esperado que as informações no SICONFI estejam disponibilizadas de modo consolidado. Sobre os valores que foram obtidos através do SIM-AM, teve-se o cuidado de somar o montante de cada item de cada entidade pertencente ao município que tiveram os dados disponibilizados.

Por fim, para fechar as variáveis independentes do fator interno estrutura, temos a LQ, a fórmula para o cálculo desta variável é o Ativo Financeiro dividido pelo Passivo Financeiro, a mesma observação feita para a EC sobre a coleta de dados vale para essa variável. A LQ verifica o comprometimento patrimonial do município, quanto maior o valor, melhor a condição financeira, ou seja, quanto do seu recurso está comprometido por obrigações financeiras. O resultado acima de 1 demonstra que existe saldo financeiro positivo, caso contrário o município

terá mais obrigações a pagar do que recurso disponível, diminuindo assim seu nível de governança pública municipal devido à falta de controle fiscal de suas obrigações a pagar, aumentando a pressão para o endividamento municipal (Macedo & Corbari, 2009). Portanto, a hipótese 2 pode ser formulada da seguinte forma:

Hipótese 2: Fatores contingenciais interno, estrutura, influenciam positivamente no nível de governança pública dos municípios do Estado do Paraná.

Em relação aos fatores internos, porte, dividiu-se em quatro variáveis independentes, sendo: LGPOP, DENSPOP, LGRA e TSP. A primeira verifica se o tamanho populacional influencia ou não na relação da governança pública municipal, ou seja, quanto maior a população, mais propenso a ter uma boa governança pública, visto que cidades com maior porte populacional são representadas por localidades geradoras de bons empregos que requerem uma mão de obra qualificada e, devido a isso, mais consciente com a importância da sua participação política e da boa aplicação dos recursos públicos para gerar externalidades positivas a sociedade à qual ele reside (Shapiro, 2006).

O mesmo entendimento serve para a segunda variável desse fator, DENSPOP, porém não releva somente o tamanho da população, mais sim a quantidade de habitantes por quilômetro quadrado. Verifica-se que quanto maior o agrupamento da população, melhor o nível da governança pública municipal, visto que o impacto das políticas públicas realizadas alcança um número maior de pessoas, devendo ser desenvolvida de modo estratégico (Huther & Shah, 1999; Scarpin & Slomski, 2007; Sell et al., 2020; Varela, 2008).

Os municípios brasileiros são extremamente desiguais em relação a sua estrutura, e essa premissa vale para os municípios paranaenses, com grande diferença no quesito tamanho da população, e mesmo ocorrendo similaridade populacional, outras diferenças surgem, como o tamanho territorial, que influenciam na densidade demográfica, principais atividades econômicas, condições físicas, entre outras (Vieira, 2009).

A terceira variável, LGRA, verificada pelo logaritmo natural do total da receita arrecadada, sugere que quanto maior a receita arrecadada, maior será a disponibilidade de recursos para a contratação e capacitação de bons servidores e na implementação de ferramentas que auxiliem o município no desenvolvimento de atividades que visem promover uma boa governança pública municipal.

A capacidade financeira do município está relacionada a sua arrecadação tributária, portanto, a política tributária local é de suma importância, já que maior dinâmica econômica

municipal conduz para uma melhor capacidade de formação de receitas (Mendes, Ferreira, Abrantes & Faria, 2018).

Por último, a variável TSP verifica a receita tributária do município dividida pelo PIB. Quanto maior o TSP, maior a influência da receita tributária sobre a atividade econômica do município, mostra-se assim a dependência do município com a atividade setor público. Visa-se assim, que, quanto maior o TSP, maior a governança pública municipal, já que a “empresa” município é o que faz a comunidade girar economicamente e caso o setor público venha a ter problemas financeiros, isso afetará de maneira significativa a qualidade de vida de seus cidadãos.

Espera-se que o setor público tome decisões com o objetivo de maximizar sua função de utilidade social, proporcionando qualidade de vida e bem-estar para a sociedade (Vieira, 2009) e esse interesse pela sociedade em relação ao desempenho do setor público é atribuído a preocupação com a estabilidade empregatícia (Rodrik, 1998). Portanto, a hipótese 3 pode ser formulada da seguinte forma:

Hipótese 3: Fatores contingenciais interno, porte organizacional, influenciam positivamente no nível de governança pública dos municípios do Estado do Paraná.

Para fatores contingenciais internos, cultura, apresenta-se a variável PARTELE, que verifica a quantidade de votos existentes em 2016, ou seja, número de títulos de eleitores válidos para participar do processo eleitoral deste ano, dividido pelos votos válidos atribuídos a algum candidato que estava concorrendo ao cargo eleitoral. Votos brancos e nulos não fazem parte da conta dos votos válidos, conforme metodologia aplicada pelo TSE.

As eleições são o início do processo democrático (Buta & Teixeira, 2020). A variável visa identificar o nível de participação do cidadão, escolhendo um partido ou um programa de governo que melhor agrade as suas indicações políticas ou pessoais, assim, quanto maior a participação eleitoral, maior será o nível de governança pública municipal. A participação na eleição por meio do voto demonstra o efeito de pertencimento, integração, do eleitor para com a sociedade ao qual ele reside, apoiando a legitimação das instituições (Lavalle & Vera, 2011) e é a forma que o cidadão utiliza para a convergência dos seus interesses, objetivos e crenças (Cavalcante, 2016).

A variável independente ITP, idealizada desde 2019 pelo TCE-PR, atribui uma metodologia própria para a mensuração da transparência no Poder Executivo dos municípios paranaenses, espera-se que quanto maior o ITP, maior será o nível de governança pública

municipal. A limitação dessa variável é sua abrangência, por ser exclusiva para o Estado do Paraná, mas é uma alternativa ao Índice de Transparência do MPF (2016), *Ranking* Nacional de Transparência, que é utilizado tanto no IGM como no IGovP-M, mas que teve sua última edição realizada em 2016, desde então não houve atualização.

Quanto menos informação o cidadão tem sobre as políticas públicas realizadas, mais propenso estará a realizar o voto retrospectivo, ou seja, continuar votando no mesmo gestor (Cavalcante, 2016). De acordo com Beuren e Söthe (2009) a transparência ajuda na recuperação da legitimidade dos atos públicos e minimiza o custo político. Quanto maior for a transparência, melhor será a eficiência na aplicação dos recursos na área da educação e saúde, obtendo assim um melhor bem-estar para a população (Cruz, Ferreira, Silva & Macedo, 2012). De acordo com Albuquerque, Andrade, Monteiro e Ribeiro (2007) a atuação da sociedade através do controle social, exigindo transparência dos atos do setor público, diminui os ruídos informacionais. Portanto, a hipótese 4 pode ser formulada da seguinte forma:

Hipótese 4: Fatores contingenciais interno, cultura organizacional, influenciam positivamente no nível de governança pública dos municípios do Estado do Paraná.

O fator contingencial interno, liderança, apresenta em seu conjunto três variáveis independentes, sendo: GENPREF, IDPREF e EP. Em relação a variável GENPREF foi levado em consideração o gênero, masculino ou feminino, e o objetivo é verificar se existe influência do gênero do gestor em relação à governança pública municipal. Nevado Gil et al. (2020) verificaram que o gênero feminino foi significativo para o desempenho de cidades europeias no *ranking* de *smart cities* realizado pela *Cities in Motion Index* (CIMI) da IESE Business School.

Já em relação a variável IDPREF, verifica-se qual a influência da idade do prefeito em relação à governança pública municipal, espera-se que quanto maior a idade, maior será o nível, visto que estudos anteriores apontaram que municípios com melhor desempenho, eram administrados por prefeitos mais velhos (Avellaneda & Gomes, 2015; Sell et al., 2020).

Por fim, para a variável EP foi utilizada a escala ordinal de cadastro no registro de candidatura no portal eletrônico do TSE sendo: (1) lê e escreve, (2) ensino fundamental incompleto, (3) ensino fundamental completo, (4) ensino médio incompleto, (5) ensino médio completo, (6) ensino superior incompleto e (7) ensino superior completo. Acredita-se que quanto maior a EP, maior deverá ser o nível de governança pública municipal.

Na realização do cadastro de candidatura existe a opção analfabeto, mas não houve candidatos eleitos com essa situação cadastral. O analfabetismo é fator para a inelegibilidade, conforme § 4º do Art. 14 da Constituição Federal (Brasil, 1988b), desta forma, foi excluído da escala ordinal.

Uma limitação em relação ao cadastro do grau de instrução é que o TSE não faz distinção do ensino superior completo entre graduação ou pós-graduação (mestrado ou doutorado), não sendo possível realizar a divisão entre os prefeitos que possuem um tempo de dedicação maior aos estudos, além da conclusão da graduação. Todas as variáveis desse fator levaram em consideração os prefeitos eleitos nas eleições regulares de 2016, não foi levando em consideração casos de renúncias, afastamento, falecimento, entre outros.

Acredita-se que a liderança organizacional influencia positivamente a governança municipal, conforme alguns estudos demonstraram (George, Van de Walle & Hammerschmid, 2019; Nevado Gil et al., 2020; Sell et al., 2020), ainda que outros divirjam desse entendimento (Avellaneda & Gomes, 2017). De acordo com Greenwood e Hinings (1976), deve-se levar em consideração os representantes eleitos na realização de pesquisas em organizações públicas. Portanto, a hipótese 5 pode ser formulada da seguinte forma:

Hipótese 5: Fatores contingenciais interno, liderança organizacional, influenciam positivamente no nível de governança pública dos municípios do Estado do Paraná.

O penúltimo fator interno, tecnologia, atribui duas variáveis independentes para o estudo sendo: IRRO e IEOC. De acordo com Fiirst e Beuren (2021) processos internos orçamentários refletem o fluxo de operações diante das atividades, sendo assim alinham-se ao fator tecnologia.

O IRRO tem na sua fórmula de cálculo a receita total realizada dividida pela receita total orçada, verifica-se assim o grau de acerto do planejamento das receitas realizado pelo corpo técnico do município e espera-se que quanto maior o IRRO, maior o nível de governança pública municipal, visto que uma expectativa de receita menor do que a prevista inicialmente condiciona-se na postergação, ou até mesmo, na anulação de projetos que estariam previstos referentes a receita que não foi realizada, trazendo externalidades negativas para a qualidade de vida dos cidadãos. Os resultados verificados através do orçamento contribuem com o conhecimento de pontos sensíveis na execução das políticas públicas, podendo realizar os reajustes necessários para o seu melhor desenvolvimento (Pace, Basso & Silva, 2003).

Já o IEOC apresenta em seu cálculo a receita corrente realizada dividida pela despesa corrente realizada, logo essa variável leva em consideração não o orçamento total, já que não

inclui na conta as receitas e despesas de capital, mais sim a capacidade de manter a “máquina administrativa” em funcionamento, visto que as despesas correntes são os gastos necessários para que os atendimentos e as políticas públicas sejam realizados, sem paralizações inesperadas, em benefício da população. Devido a isso, quando maior o IEOC espera-se um maior nível de governança pública municipal.

De acordo com Araujo, Shikida e Silva (2003) em municípios mineiros o cenário fiscal positivo, ou seja, receitas maiores que despesas, aumenta a probabilidade de reeleição, consequentemente a manutenção do gestor no poder. A capacidade do governo em maximizar suas receitas e minimizar seus gastos é definido como eficiência da despesa pública (Chan & Karim, 2012). Portanto, a hipótese 6 pode ser formulada da seguinte forma:

Hipótese 6: Fatores contingenciais interno, tecnologia, influenciam positivamente no nível de governança pública dos municípios do Estado do Paraná.

Para concluir temos o fator interno, estratégia, composto por quatro variáveis independentes sendo: IDEB, RCLpc; IPTUpc e BF-M. A primeira variável verifica se quanto maior o IDEB, maior o nível de governança pública municipal, visto que é um índice de mensuração da qualidade do ensino na educação básica, que vai de encontro com a ideologia de eficiência dos conceitos de governança pública apresentados por vários autores. Investimentos realizados na área da educação contribuem com a diminuição da desigualdade social, tanto em relação a renda como em relação ao bem-estar social (Santos & Rover, 2019) e promovem o desenvolvimento do local (Araújo-Júnior, Justo, Rocha & Gomes, 2017).

Já a variável RCLpc utiliza-se da fórmula Receita Corrente Líquida Ajustada dividida pela população, visa-se que quanto maior for a RCLpc, maior será o nível de governança pública municipal, já que o município possui mais recursos, por pessoa, para aplicar em ferramentas e políticas públicas que contribuirão com o desenvolvimento de uma boa governança pública municipal. A variável já foi utilizada como mensuração de desempenho municipal, visto que o planejamento de arrecadação e a destreza na aplicação desses recursos pelo gestor, converterá em externalidades positivas para a sociedade (Sell et al., 2020).

A variável independente IPTUpc verifica o valor arrecadado do IPTU dividido pela população. O IPTU é um tributo muitas vezes menosprezado pelos municípios e utilizado para fins de campanha eleitoral com a típica frase “não vou aumentar o IPTU”, porém o gestor, ou candidato a prefeito, esquece que a inflação corrói o poder do dinheiro no tempo e não realizar o reajuste é uma atitude que não visa o equilíbrio fiscal do município, mas sim a promoção

eleitoral, ou a não rejeição, do candidato no pleito (Cavalcante, 2016). De acordo com Lindbeck (1985), grupos poucos organizados, como proprietários de imóveis, tendem a ser beneficiados pelas políticas governamentais.

Assim espera-se que quanto maior o IPTUp_c, maior o nível de governança pública municipal, visto o comprometimento da administração pública com a responsabilidade fiscal do município.

Por fim, a variável BF-M verifica a média recebida pelos beneficiários do programa Bolsa Família, e tem o intuito de medir a benevolência na boa governança pública (Frederickson, 1991; Frederickson & Hart, 1985; Graaf & Asperen, 2018; Vieira, 2009). Já que o programa objetiva distribuir renda a famílias pobres, visando diminuir a desigualdade social existente, e prover necessidades básicas aos seus beneficiários. Sendo assim, espera-se que quanto maior o BF-M, maior será a benevolência e, conseqüentemente, maior o nível de governança pública municipal.

As variáveis RCLp_c e IPTUp_c contribuem com a preocupação de analisar a política fiscal referente a arrecadação própria dos municípios, que não são levadas em consideração em alguns estudos (Cavalcante, 2016). Portanto, a hipótese 7 pode ser formulada da seguinte forma:

Hipótese 7: Fatores contingenciais interno, estratégia, influenciam positivamente no nível de governança pública dos municípios do Estado do Paraná.

Aspectos de caráter socioeconômico e demográficos podem influenciar na gestão fiscal (Cavalcante, 2016), sendo assim, incluímos variáveis de controle como a região (Baldissera, 2018; Rabito et al., 2022), RMESO, perfazendo 10 no total, e a RMICRO, sendo 39 no total, relativas à localização do município. Para a variável DIRPART (Avellaneda & Gomes, 2015; Sell et al., 2020), recorreu-se ao entendimento de Carreirão (2006), sendo esquerda, centro, direita ou indefinido. E por fim o PIB dividido pela população (PIBp_c) (Avellaneda & Gomes, 2015; Cavalcante, 2016; Sell et al., 2020).

RMESO, RMICRO e DIRPART são variáveis não métricas e utilizou-se a escala nominal, classificadas em relação à característica representada e possuem mais do que duas categorias, classificadas como variáveis policotômicas (Fávero & Belfiore, 2021). É pressuposto para uma regressão linear múltipla que as variáveis categorias sejam transformadas em variáveis dicotômicas, logo, as variáveis de controle foram transformadas em variáveis *dummy*, sendo estatisticamente significativas no teste de correlação. A Figura 12 demonstra de forma simplificada as hipóteses da pesquisa e os cálculos das variáveis utilizadas.

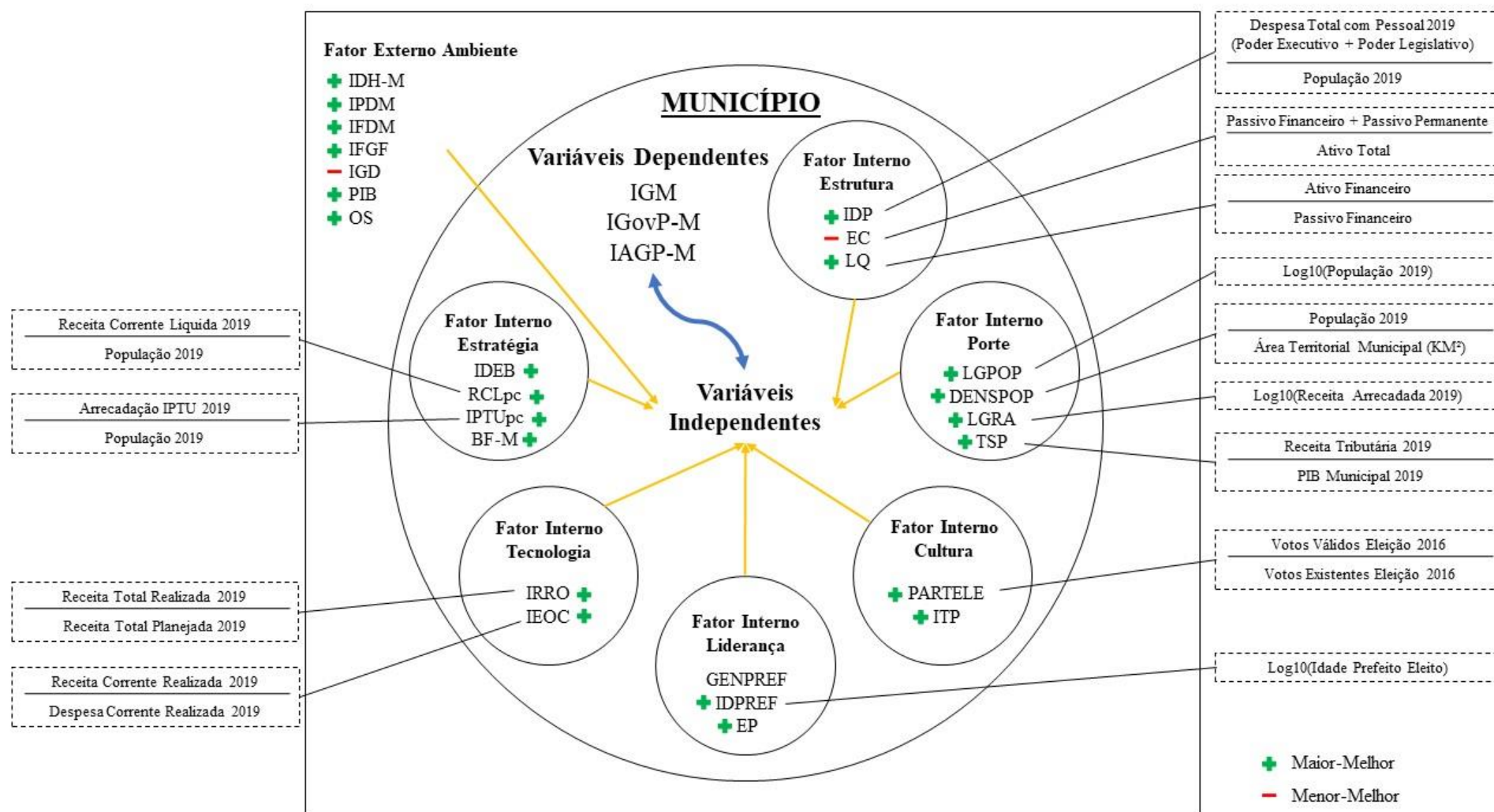


Figura 12. Hipóteses da Pesquisa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este estudo teve como objetivo analisar a influência dos fatores contingenciais nos índices de avaliação da governança pública nos municípios do Estado do Paraná e, a partir dos resultados apresentados, identificar quais fatores explicam o aumento da governança pública municipal.

Para esse fim, foram selecionados os 399 municípios do Estado do Paraná, representando 7,16% do total de municípios existentes no Brasil (5.570). Já referente a região sul do país, representa 33,50% (1.191). Sendo assim, o estudo utiliza-se da totalidade de sua amostra, visto que não foi realizada a exclusão de nenhum município paranaense.

Neste capítulo serão apresentadas as análises e discussões dos resultados encontrados. Lembra-se que o presente estudo utilizou na pesquisa as variáveis dependentes: Índice de Governança Municipal (IGM) (2021), elaborado pelo Conselho Federal de Administração (CFA), o Índice de Avaliação da Governança Pública – Municipal (IGovP-M), elaborado por Aquino et al. (2021) adaptado de Oliveira e Pisa (2015) e o Índice Agregado de Avaliação da Governança Pública – Municipal (IAGP-M), já comentado no referencial teórico.

Já para as variáveis independentes foram utilizados no fator contingencial ambiente: Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal (IDH-M), Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM), Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), Indicador de Grau de Dependência (IGD), Produto Interno Bruto (PIB) e Observatório Social (OS). Já para a variável independente no fator contingencial estrutura: Indicador de Despesa Líquida com Pessoal (IDP), Estrutura de Capital (EC) e Liquidez (LQ).

Em relação ao fator contingencial porte, foram utilizadas as variáveis independentes: Logaritmo da População (LGPOP); Densidade Populacional (DENSPOP), Logaritmo da Receita Arrecadada (LGRA) e Tamanho do Setor Público (TSP). Já como variável independente para o fator contingencial cultura: Participação nas Eleições de 2016 (PARTELE), Índice de Transparência da Administração Pública (ITP). Em relação ao fator contingencial liderança, foram utilizadas as variáveis independentes: Gênero do Prefeito Eleito em 2016 (GENPREF); Logaritmo da Idade do Prefeito (IDPREF), Escolaridade do Prefeito (EP).

O Indicador de Realização da Receita Orçamentária (IRRO) e Indicador da Execução Orçamentária Corrente (IEOC) são as variáveis independentes apresentadas no fator contingencial tecnologia. Já o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do 5º ano (IDEB), Receita Corrente Líquida Ajustada *per capita* (RCLpc), IPTU arrecadado *per capita*

(IPTUp_c) e Bolsa Família – Média Valor Pago por Beneficiário (BF-M) foram utilizados como variável independente no fator contingencial estratégia.

Como variável de controle o estudo utilizou quatro variáveis: região (mesorregião – RMESO e microrregião – RMICRO), Direção Partidária (DIRPART) e PIB *per capita* (PIB_{pc}). Para exemplificar e facilitar o entendimento, os resultados serão apresentados em etapas, sendo a primeira a análise descritiva das variáveis (dependentes, independentes e de controle), municípios destacados na estatística descritiva, teste de normalidade e de homogeneidade.

Na segunda etapa, serão apresentados os testes de diferencial de médias da variável dependente IGM, em relação ao porte do município (grande porte *versus* pequeno porte), correlação e regressão linear múltipla, verificando os fatores contingenciais que influenciam esse índice de avaliação da governança pública municipal. Já na terceira etapa serão apresentados os testes de diferencial de médias da variável dependente IGovP-M, em relação ao porte do município (grande porte *versus* pequeno porte), correlação e regressão linear múltipla, verificando os fatores contingenciais que influenciam esse índice de avaliação da governança pública municipal.

Na quarta etapa, será realizada uma correlação da variável dependente IGM e IGovP-M com a variável dependente IAGP-M, com o objetivo de demonstrar estatisticamente a singularidade das duas variáveis, justificando assim a possibilidade de junção dos dois índices para criação do novo índice proposto pelo estudo. Em seguida serão apresentados os testes de diferencial de médias da variável dependente IAGP-M, em relação ao porte do município (grande porte *versus* pequeno porte), correlação e regressão linear múltipla, verificando os fatores contingenciais que influenciam esse índice de avaliação da governança pública municipal. Por fim, na quinta etapa demonstra-se um resumo consolidado de todos os resultados encontrados na pesquisa com as devidas discussões.

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA, TESTE DE NORMALIDADE E HOMOGENEIDADE

4.1.1 Análise Descritiva e Municípios Destacados

A análise descritiva compõe os resultados referentes ao número de observações da pesquisa bibliográfica realizada contendo valores mínimo, máximo, média e desvio padrão. A Tabela 5 demonstra estes resultados relacionados das variáveis dependentes (IGM, IGovP-M e IAGP-M) e independente (IDH-M, IPDM, IFDM, IFGF, IGD, PIB, IDP, EC, LQ, LGPOP,

DENSPOP, LGRA, TSP, PARTELE, ITP, IDPREF, IRRO, IEOC, IDEB, RCLpc, IPTUp, BF-M) e a variável de controle (PIBpc).

Tabela 5

Análise Descritiva das Variáveis

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
IGM	2,40	8,18	5,38	1,10
IGovP-M	0,5230	0,8563	0,7012	0,0648
IAGP-M	0,4476	0,8421	0,6399	0,0619
IDH-M	0,546	0,823	0,702	0,039
IPDM	0,5017	0,8784	0,7235	0,0555
IFDM	0,5613	0,8806	0,7321	0,0586
IFGF	0,1997	0,9877	0,6062	0,1472
IGD	0,2678	0,9688	0,7971	0,1224
PIB	39.892.612,21	96.088.154.317,20	1.168.410.644,80	5.488.200.810,38
IDP	732,72	4.922,03	2.013,77	717,18
EC	0,0035	3,0115	0,3416	0,4128
LQ	0,2274	1.092,5980	19,3385	83,2802
LGPOP	3,1242	6,2863	4,0385	0,4812
DENSPOP	2,83	4.443,51	68,05	268,64
LGRA	7,1299	9,9333	7,6509	0,4071
TSP	0,0022	0,0843	0,0129	0,0077
PARTELE	0,2003	0,9438	0,7823	0,1259
ITP	0,00000	0,94477	0,63818	0,11223
IDPREF	1,3979	1,8865	1,6849	0,0909
IRRO	0,4654	1,4840	0,9818	0,1365
IEOC	0,9855	2,2682	1,1812	0,1163
IDEB	4,3	8,8	6,4	0,7
RCLpc	1.507,35	14.842,54	3.926,42	1.568,42
IPTUp	0,35	1.134,05	92,70	118,68
BF-M	1.026,80	2.644,47	1.609,92	262,25
PIBpc	12.385,52	161.582,88	32.449,04	16.185,85

Em relação as variáveis dependentes do estudo (IGM, IGovP-M e IAGP-M) verifica-se que a média ficou estável nos três métodos de mensuração da governança pública municipal, IGM com 5,38, IGovP-M com 0,7012 e IAGP-M com 0,6399. Ressalta-se que para fins de análise o IGM vai de 10 até 0, IGovP-M de 1 até 0 e o IAGP-M de 1 até 0. Em relação ao desvio padrão, que é o grau de dispersão de um conjunto de dados, demonstra que os dados apresentados não são homogêneos, ou seja, dentro da amostra de 399 municípios do Estado do Paraná, existem várias realidades quando o assunto é governança pública municipal, têm-se municípios com alto grau de governança pública municipal enquanto outros ainda não consolidaram a boa governança através das políticas públicas executadas.

A Tabela 6 demonstra os municípios destacados mínimo, máximo e os três municípios mais próximos da média referentes as variáveis dependentes de mensuração da governança pública municipal. Destaca-se o município de Curitiba, capital do Estado do Paraná, que nos três índices de avaliação da governança pública municipal colocou-se como o melhor do Estado.

Tabela 6

Apresentação dos Municípios Destacados das Variáveis Dependentes

Variáveis		Mínimo	Máximo	Média
Governança Pública	IGM	Santa Inês	Curitiba	Ourizona
				Amaporã
				Indianópolis
	IGovP-M	Santa Cruz de Monte Castelo	Curitiba	Assis Chateaubriand
				São Jorge D'Oeste
				Janiópolis
	IAGP-M	Godoy Moreira	Curitiba	Anahy
				Marquinho
				Santa Lúcia

Entre as variáveis independentes o município de Curitiba foi destaque positivo em relação ao IDH-M, IPDM, PIB, LGPOP, DENSPOP e LGRA. Demonstra-se assim que o aumento populacional e a densidade demográfica do município geram externalidades positivas como melhor desenvolvimento humano, produção interna e arrecadação.

Em relação as variáveis dependentes (IGM, IGovP-M e IAGP-M), os destaques negativos ficaram com os municípios de Santa Inês (IGM), Santa Cruz de Monte Castelo (IGovP-M) e Godoy Moreira (IAGP-M), ambos com baixo nível de LGPOP, porém com índices de desenvolvimento humano (IDH-M, IPDM) acima da média.

Em relação as variáveis independentes referentes ao fator contingencial ambiente (IDH-M, IPDM, IFDM, IFGF, IGD e PIB), os destaques negativos ficaram com os municípios de Doutor Ulysses para o IDH-M (0,546), Antonina para o IPDM (0,5017), Imbaú para o IFDM (0,5613), Agudos do Sul para o IFGF (0,1997), Itaipulândia para o IGD (0,2678) e Jardim Olinda para o PIB (R\$ 39.892.612,21). Destaca-se positivamente o município de Curitiba, conforme já mencionado, para as variáveis IDH-M (0,823), IPDM (0,8784) e PIB (R\$ 96.088.154.317,20), Apucarana para o IFDM (0,8806), Saudade do Iguaçu para o IFGF (0,9877) e Manfrinópolis para o IGD (0,9688), conforme demonstra a Tabela 7. A variável OS não foi selecionada na análise descritiva por ser uma variável *dummy*.

Tabela 7

Apresentação dos Municípios Destacados do Fator Contingencial Ambiente

Apresentação dos Municípios Destacados do Fator Conjugencial Ambiente				
	Variáveis	Mínimo	Máximo	Média
Ambiente	IDH-M	Doutor Ulysses	Curitiba	Guapirama
				Pitanga
				Vitorino
	IPDM	Antonina	Curitiba	Rio Branco do Ivaí
				São José da Boa Vista
				Maria Helena
	IFDM	Imbaú	Apucarana	Bom Sucesso
				Janiópolis
				Marmeleiro
	IFGF	Agudos do Sul	Saudade do Iguaçu	Barracão
				Lobato
				Nova Tebas
	IGD	Itaipulândia	Manfrinópolis	Chopinzinho
				Atalaia
				Palmital
PIB	Jardim Olinda	Curitiba	Assis Chateaubriand	
			Palmas	
			São Miguel do Iguaçu	

Analisando as variáveis IDH-M, IPDM e IFDM, verifica-se que os valores mínimos apresentados estão acima de 0,500 o que demonstra um bom nível de desenvolvimento social dos municípios do Estado do Paraná, que possuem níveis de extrema pobreza menores do que os encontrados em outras regiões do país, como norte e nordeste. As três variáveis apresentaram média de 0,702 (IDH-M), 0,7235 (IPDM) e 0,7321 (IFDM), valores considerados altos. Já em relação ao desvio padrão, os dados apresentaram pouca variação, principalmente na variável IDH-M (0,0390) demonstrando assim a linearidade dos municípios paranaenses no quesito desenvolvimento social.

Já em relação a variável independente IFGF os valores apresentados são mais discrepantes, visto que o destaque negativo ficou com o município de Agudos do Sul (0,1997) e o destaque positivo com o município de Saudade do Iguaçu (0,9877), com média de 0,6062 e desvio padrão de 0,1472, demonstra-se a falta de homogeneidade dos dados em relação a essa variável. Esta leva em questão o controle fiscal do município e o fator PIB contribui com a classificação do município Saudade do Iguaçu, que também é destaque positivo na variável PIBpc, visto que a produção interna do município favorece a arrecadação, contribuindo assim

com um maior controle fiscal, autonomia, gasto com pessoal, investimento e liquidez do município.

A mesma discrepância encontrada na variável IFGF pode ser verificada na variável IGD, com destaque mínimo de 0,2678 (Itaipulândia) e máximo de 0,9688 (Manfrinópolis), com média de 0,7971 e desvio padrão de 0,1224. Lembra-se que, quanto maior for o IGD, maior será a dependência do município em relação a transferência de órgãos externos, ou seja, Itaipulândia depende menos de recursos externos em relação a sua receita total arrecadada do que Manfrinópolis, que possui quase 100% de suas receitas advindas de transferências. Destaque para o valor elevado da média de 0,7971, ou seja, em média 79,71% dos recursos recebidos pelos municípios do Estado do Paraná são referentes de transferências, demonstrando a alta dependências dos municípios com essa qualidade de receita.

A última variável do fator contingencial ambiente, PIB, vem contribuir com o entendimento da diversidade encontrada nos 399 municípios que compõem o Estado do Paraná, com destaque mínimo para o município de Jardim Olinda, com PIB de R\$ 39.892.612,21, e destaque máximo para a capital, Curitiba, com PIB de R\$ 96.088.154.317,20. Média de R\$1.168.410.644,80 e desvio padrão de R\$ 5.488.200.810,38. O desvio padrão, bem acima da média, demonstra a pluralidade dos municípios referente a variável, comprovando a existência de cidades com alto grau de desenvolvimento produtivo e municípios que não obtiveram sucesso no desenvolvimento econômico através das políticas públicas implementadas, sendo pela falta de capital para realização de investimento que atraíssem empresa de grande porte, geradoras de alta renda, ou pelo fato da região não propiciar desenvolvimento logístico ou estrutural para o desenvolvimento de atividades de valor agregado, ficando restrita a *commodity*. O município de Jardim Olinda também é destaque mínimo na variável LGPOP.

Em relação as variáveis independentes referentes ao fator contingencial estrutura (IDP, EC e LQ), os destaques mínimos ficaram com os municípios de Almirante Tamandaré para o IDP (R\$ 732,72), Santa Terezinha de Itaipu para a EC (0,0035) e Bom Sucesso para a LQ (0,2274). Já os destaques máximos temos o município de Alto Paraíso para o IDP (R\$ 4.922,03), Jataizinho para a EC (3,0115) e Mauá da Serra (1.092,5980), conforme demonstra a Tabela 8.

A variável IDP apresenta média de R\$ 2.013,77, ou seja, em média cada habitante pagaria esse valor em relação a despesa total com pessoal no município, incluindo o Poder Executivo e Poder Legislativo, juntamente com os encargos. O município com o destaque máximo apresentou um valor um pouco acima do dobro da média (R\$ 4.922,03). O desvio padrão de R\$ 717,18 demonstra uma variação pequena, mas considerando a discrepância entre

o valor máximo e o valor mínimo, que foi de R\$ 732,72, apresenta-se novamente a pluralidade da realidade financeira dos municípios do Estado do Paraná.

Tabela 8

Apresentação dos Municípios Destacados do Fator Contingencial Estrutura

	Variáveis	Mínimo	Máximo	Média
Estrutura	IDP	Almirante Tamandaré	Alto Paraíso	Boa Vista da Aparecida
				Floresta
				Formosa do Oeste
	EC	Santa Terezinha de Itaipu	Jataizinho	Palmital
				São Jorge do Patrocínio
				Itaúna do Sul
	LQ	Bom Sucesso	Mauá da Serra	Amaporã
				São Pedro do Ivaí
				Terra Rica

Em relação a EC, quanto mais próximo de 1, mais próxima à paridade entre ativo total e capital de terceiros no balanço do município, ou seja, quanto maior a EC, maior o endividamento do município, em outras palavras, seu balanço compõe mais capital de terceiros do que ativo próprio. Sendo assim, o município de Jataizinho está com um alto grau de endividamento, enquanto o município de Santa Terezinha de Itaipu possui capital de terceiros abaixo do capital próprio. A EC teve média de 0,3416 e desvio padrão de 0,4128, o que demonstra a não homogeneidade dos dados, mas demonstra que em média os municípios estão com os níveis de capital de terceiros abaixo do capital próprio em seus balanços.

Já em relação a variável independente LQ os valores apresentados são discrepantes, com média de 19,3385 e desvio padrão de 83,2802, demonstrando a falta de homogeneidade dos dados em relação a essa variável. O ponto positivo dos dados apresentado é que em média os municípios paranaenses estão com Ativo Financeiro 19 vezes acima do Passivo Financeiro.

Em relação as variáveis independentes referentes ao fator contingencial porte (LGPOP, DENSPOP, LGRA e TSP), os destaques mínimos ficaram com os municípios de Jardim Olinda para LGPOP (3,1242), Alto Paraíso para a DENSPOP (2,83), Uniflor para LGRA (7,1299) e Indianópolis para o TSP (0,0022). Já os destaques máximos temos o município de Curitiba para LGPOP (6,2863), DENSPOP (4.443,51) e LGRA (9,9333) e Guaratuba para o TSP (0,0843), conforme demonstra a Tabela 9.

A LGPOP apresenta média de 4,0385 e desvio padrão de 0,4812, já a DENSPOP apresenta média de 68,05 e desvio padrão de 268,64. Interessante que, tanto em relação a população como em relação a densidade demográfica, a capital do Estado apareceu em

destaque. Caso não fosse levada em consideração a capital, o município com destaque positivo para a densidade demográfica seria o município de Pinhais (2.171,14), que pertence a microrregião de Curitiba e faz fronteira com a capital. Nota-se, novamente, que o desvio padrão apresentou variação acima da média, demonstrando novamente a pluralidade dos municípios do Estado do Paraná em relação a densidade demográfica.

Tabela 9

Apresentação dos Municípios Destacados do Fator Contingencial Porte

	Variáveis	Mínimo	Máximo	Média
Porte	LGPOP	Jardim Olinda	Curitiba	Centenário do Sul
				Primeiro de Maio
				São Pedro do Ivaí
				Cafelândia
	DENSPOP	Alto Paraíso	Curitiba	Cambará
				Paraíso do Norte
				Moreira Sales
				Iretama
	LGRA	Uniflor	Curitiba	Nova Londrina
				Faxinal
				Pérola
				Terra Rica
	TSP	Indianópolis	Guaratuba	

Enquanto as duas primeiras variáveis são referentes ao porte populacional, as outras duas são referentes ao porte financeiro, LGRA e TSP. A LGRA demonstra média de 7,6509 e desvio padrão de 0,4071 e TSP demonstra média de 0,0129 e desvio padrão de 0,0077. Fato relevante da variável TSP é a não dependência municipal ao setor público dos municípios do Estado do Paraná, com valores mínimo, máximo, média e desvio padrão muito próximos, sendo assim, apresenta-se dados homogêneos.

Em relação as variáveis independentes referentes ao fator contingencial cultura (PARTELE e ITP), os destaques mínimos ficaram com os municípios de Cambará para a PARTELE (0,2003) e Cafeara para o ITP (0,0000). Já como destaques máximos temos o município de Novo Itacolomi para a PARTELE (0,9438) e Candói para o ITP (0,94477), conforme demonstra Tabela 10.

A *accountability* é apresentada na literatura como um conceito importante da governança pública. A variável PARTELE é o principal mecanismo democrático para a população averbar a continuação de uma política pública ou solicitar a sua alteração para outro gestor, com novas ideias e projetos a serem implementados. A variável PARTELE apresenta

média de 0,7823 e desvio padrão de 0,1259. Ponto positivo é que em média 78,23% da população dos municípios paranaenses comparece e efetiva seu voto nas eleições.

Tabela 10

Apresentação dos Municípios Destacados do Fator Contingencial Cultura

Presentação dos Dados por Estados do Fator Conjugação Cultural				
Variáveis		Mínimo	Máximo	Média
Cultura	PARTELE	Cambará	Novo Itacolomi	Imbaú
				Borrazópolis
				São Mateus do Sul
	ITP	Cafeara	Candói	Cantagalo
				Tamboara
				Corumbataí do Sul

Já em relação ao ITP, temos a questão da transparência, item de suma importância para que haja participação e fiscalização dos atos públicos. O ITP tem média de 0,63818 e desvio padrão de 0,11223. Obviamente que o ideal seria uma transparência de 100% por parte de todos os municípios do Estado do Paraná. Entretanto, como o ITP foi implementado em 2019, sendo os dados coletados os da primeira verificação realizada, alguns municípios podem ter apresentados problemas tecnológicos em relação a implementação de portais eletrônicos de transparência, o que pode ter possivelmente ocorrido com o município de Cafeara, que obteve a nota zero. Mesmo assim a variação do desvio padrão não foi muito elevada, desta forma demonstra-se que o problema ocorreu em poucos municípios, considerando que apenas 13 municípios apresentaram pontuação abaixo de 0,40000.

Em relação as variáveis independentes referentes ao fator contingencial liderança (IDPREF), em destaque com valor mínimo aparece o município de Ribeirão do Pinhal (1,3979), tendo o prefeito eleito com 25 anos de idade e destaque com valor máximo o município de Guamiranga (1,8865), seu prefeito sendo eleito com 77 anos de idade. O IDPREF apresentou média de 1,6849 (próximo a 48 anos, 16 municípios tem o prefeito eleito com essa faixa etária) e desvio padrão de 0,0909, diante disso, apresenta-se certa homogeneidade dos dados coletados.

As variáveis GENPREF e EP não foram apresentadas na análise descritiva pela irrelevância da informação, visto a forma nominal e ordinal com que foram coletadas, porém a título de informação, dos 399 municípios do Estado do Paraná, 369 (92,48%) dos prefeitos eleitos são do gênero masculino e somente 30 (7,52%) são do gênero feminino. Já em relação a EP a maioria dos prefeitos eleitos possuem ensino superior completo, 233 (58,40%). A Tabela 11 demonstra os municípios destacados mínimo, máximo e os três municípios mais próximos da média referente ao fator contingencial liderança.

Tabela 11

Apresentação dos Municípios Destacados do Fator Contingencial Liderança

	Variável	Mínimo	Máximo	Média
Liderança	IDPREF	Ribeirão do Pinhal	Guamiranga	Vários Municípios

Em relação as variáveis independentes referentes ao penúltimo fator contingencial, tecnologia (IRRO e IEOC), os destaques mínimos ficaram com os municípios de Palmas para o IRRO (0,4654) e Manguoeirinha para o IEOC (0,9855). Nos destaques máximos temos o município de São Miguel do Iguaçu para o IRRO (1,4840) e São José das Palmeiras para o IEOC (2,2682). A Tabela 12 demonstra os municípios destacados mínimo, máximo e os três municípios mais próximos da média referente ao fator contingencial tecnologia.

Tabela 12

Apresentação dos Municípios Destacados do Fator Contingencial Tecnologia

	Variáveis	Mínimo	Máximo	Média
Tecnologia	IRRO	Palmas	São Miguel do Iguaçu	Lobato
				Mato Rico
				Arapoti
	IEOC	Manguoeirinha	São José das Palmeiras	Astorga
				Luiziana
				Primeiro de Maio

A variável IRRO apresentou média de 0,9818 e desvio padrão de 0,1365. Quanto mais próximo de 1, maior o acerto da receita planejada inicialmente com a receita executada no ano. Logo, o município de Palmas arrecadou apenas 46,54% da receita planejada inicialmente, ou seja, menos da metade do que estava previsto, o que demonstra nitidamente que o planejamento da receita foi equivocando ou superestimado em relação a realidade do município. Em contrapartida, o município de São Miguel do Iguaçu arrecadou 48,40% a mais do que estava planejado, uma situação bem melhor ao do outro município, mas também demonstra um planejamento equivocando, neste caso subestimado, em relação a receita arrecadada. Um ponto positivo da variável IRRO é que em média os municípios do Estado do Paraná apresentaram arrecadação de 98,18% do que foi planejado inicialmente.

Já a variável IEOC apresentou média de 1,1812 e desvio padrão de 0,1163. O propósito da variável é verificar quanto da receita corrente do município é necessária para bancar as despesas correntes. O município de Manguaçu utiliza quase que na totalidade suas receitas correntes, 98,55%, para pagamento de despesas correntes, o que deixa o município sem caixa para realização de investimentos. Já o município de São José das Palmeiras paga suas despesas correntes com as receitas correntes e ainda sobra recursos para execução de outros projetos. A variável também retratou o ponto positivo apresentado na variável anterior, em média, os municípios do Estado do Paraná têm receitas correntes suficiente para pagar suas despesas correntes com sobra de recursos para realização de possíveis investimentos.

Em relação as variáveis independentes referentes ao último fator contingencial, estratégia (IDEB, RCLpc, IPTUp e BF-M), os destaques mínimos ficaram com os municípios de Lupionópolis para o IDEB (4,3), Almirante Tamandaré para a RCLpc (R\$ 1.507,35), Mato Rico para o IPTUp (R\$ 0,35) e São Jorge D'Oeste para o BF-M (R\$ 1.026,80). Já os destaques máximos abrangem o município de Janiópolis para o IDEB (8,8), Porto Rico para a RCLpc (R\$ 14.842,54), Guaratuba para o IPTUp (R\$ 1.134,05) e Guaraqueçaba para o BF-M (R\$ 2.644,47). A Tabela 13 demonstra os municípios destacados mínimo, máximo e os três municípios mais próximos da média referente ao fator contingencial estratégia.

A variável IDEB apresentou média de 6,4 e desvio padrão de 0,7. Como o IDEB não tem uma variação de nota muito extensa, indo de 0 a 10, sendo o resultado apresentado somente com uma casa decimal, 23 municípios paranaenses apresentaram a nota média 6,4. O desvio padrão demonstra não ocorrer uma grande variação nos dados. A maioria dos municípios do Estado do Paraná apresentaram nota superior a 5, ou seja, metade da nota total, com exceção dos casos de Lupionópolis (4,3) e do município de Itaguajé (4,8).

Já em relação a variável RCLpc, com média de R\$ 3.926,42 e desvio padrão de R\$ 1.568,42, além da diferença discrepante entre o máximo e o mínimo, o desvio padrão demonstra a existência de não homogeneidade dos dados dessa variável, visto a diversidade dos municípios no Estado do Paraná, com receitas oriundas de várias atividades econômicas, como agricultura, turismo, serviços, indústria, tecnologia entre outros, favorecendo assim alguns municípios em detrimento de outros.

Tabela 13

Apresentação dos Municípios Destacados do Fator Contingencial Estratégia

	Variáveis	Mínimo	Máximo	Média
Estratégia	IDEB	Lupionópolis	Janiópolis	Vários Municípios
	RCLpc	Almirante Tamandaré	Porto Rico	Palotina Cafelândia São Tomé Figueira
	IPTUp	Mato Rico	Guaratuba	Lapa Ouro Verde do Oeste Mandirituba
	BF-M	São Jorge D'Oeste	Guaraqueçaba	Turvo Peabiru

A média da variável IPTUp foi de R\$ 92,70 e desvio padrão de R\$ 118,68, e destacando-se a discrepância do valor mínimo, encontrado no município de Mato Rico (R\$ 0,35) e do máximo, no município de Guaratuba (R\$ 1.134,05). O valor médio apresentado está muito longe do que foi encontrado no município com destaque máximo, ressaltando assim a ideia de que o tributo, IPTU, ainda é menosprezado pelos gestores municipais em relação a sua capacidade arrecadatória em contrapartida à sua carga de rejeição eleitoral. O desvio padrão acima do valor da média contribui para a comprovação da não homogeneidade dos dados coletados.

Finalizando, o fator contingencial estratégia, BF-M, demonstrou média de R\$ 1.609,92 e desvio padrão de R\$ 262,25, não sendo considerado um valor extremo, mantendo assim uma alteração leve na homogeneidade dos dados coletados para essa variável, que tem por objetivo a mensuração do nível de benevolência dos municípios paranaenses.

Referente as variáveis de controle (RMESO, RMICRO, DIRPART e PIBpc), somente a PIBpc teve seus dados elencados na análise descritiva, visto que os outros possuem apenas informações nominais, dos quais as regiões já foram mencionadas e demonstradas nas Figuras 9 e 10. A título de informação, para a variável DIRPART, 94 municípios tiveram prefeitos eleitos com direção partidária para a esquerda (1), 147 municípios para a direção partidária de direita (2), 151 municípios para direção partidária de centro (3) e 7 municípios para direção partidária indefinida (4).

Em relação a variável de controle PIBpc, o destaque mínimo ficou com município de Doutor Ulysses (R\$ 12.385,52), que também foi destaque mínimo da variável independente IDH-M. Já o destaque máximo ficou para o município de Saudade do Iguaçu (R\$ 161.582,88), que também foi destaque máximo da variável independente IFGF. A variável de controle PIBpc apresentou média de R\$ 32.449,04, com desvio padrão de R\$ 16.185,85. Essas informações contribuem novamente com o ideal de pluralidade econômica, financeira e social existente dentro dos 399 municípios do Estado do Paraná. A Tabela 14 demonstra os municípios destacados mínimo, máximo e os três municípios mais próximos da média referente a variável de controle.

Tabela 14

Apresentação dos Municípios Destacados da Variável de Controle

	Variável	Mínimo	Máximo	Média
Controle	PIBpc	Doutor Ulysses	Saudade do Iguaçu	Coronel Vivida
				Jacarezinho
				Tapejara

Finalizada a análise descritiva da pesquisa bibliográfica realizada, seguimos agora para os testes de normalidade (*Kolmogorov-Smirnov* e *Shapiro-Wilk*) e homogeneidade (*Levene*), para verificar quais testes, paramétricos ou não paramétricos, deverão ser realizados nos testes de diferencial de médias (porte municipal) e correlação, antes de finalizarmos com a regressão linear múltipla através do modelo econométrico apresentado.

4.1.2 Teste de Normalidade e Homogeneidade

As variáveis dependentes IGM e IAGP-M apresentaram normalidade nos dados coletados na pesquisa bibliográfica, sendo que a variável dependente IGM apresentou teste de normalidade com significância de 0,200 (*Kolmogorov-Smirnov*) e 0,122 (*Shapiro-Wilk*), e a variável dependente IAGP-M apresentou teste de normalidade com significância de 0,200 (*Kolmogorov-Smirnov*) e 0,913 (*Shapiro-Wilk*).

A variável dependente IGovP-M não apresentou normalidade nos dados coletados na pesquisa bibliográfica, apresentando teste de normalidade com significância de 0,001 (*Kolmogorov-Smirnov*) e 0,000 (*Shapiro-Wilk*).

Em relação ao teste de homogeneidade (*Levene*) em relação ao porte do município (grande porte *versus* pequeno porte), todas as variáveis dependentes (IGM, IGovP-M e IAGP-

M) apresentaram homogeneidade dos dados coletados na pesquisa bibliográfica, sendo IGM com significância de 0,077, IGovP-M com significância de 0,549 e IAGP-M com significância de 0,385. Os dados são apresentados de forma resumida na Tabela 15.

Tabela 15

Teste de Normalidade e Homogeneidade

Variáveis Dependentes	Teste de Normalidade				Teste de Homogeneidade (Levene)	
	Kolmogorov-Smirnov		Shapiro-Wilk		Porte	
	Estatístico	Sig.	Estatístico	Sig.	Estatístico	Sig.
IGM	0,036	0,200*	0,994	0,122	3,141	0,077
IGovP-M	0,063	0,001	0,985	0,000	0,360	0,549
IAGP-M	0,032	0,200*	0,998	0,931	0,756	0,385

* Este é um limite inferior do verdadeiro significado.

Sendo assim, conforme a apresentação dos resultados, foram utilizados os seguintes testes de diferencial de médias e correlação: para as variáveis dependentes IGM e IAGP-M foram utilizados o teste t de *Student* de amostras independentes para o porte do município, em contrapartida para a variável IGovP-M utilizou-se do teste U de *Mann-Whitney*.

Utilizou-se da correlação de *Pearson* para as variáveis dependentes IGM e IAGP-M, enquanto que para a variável IGovP-M empreendeu-se a correlação de *Spearman*. Conforme já mencionado no referencial teórico, a correlação demonstra possíveis variáveis explicativas que não irão agregar aos resultados da regressão linear múltipla, devido a isso a necessidade de realizar-se o teste conforme a normalidade ou não dos dados.

A Figura 13 demonstra um Histograma e Normal Q-Q Plot representando os testes de normalidades das variáveis dependentes, podendo-se notar a normalidade, no caso das variáveis dependentes IGM e IAGP-M, e a não normalidade da variável dependente IGovP-M, através de um atributo gráfico e não somente através dos testes empíricos realizados.

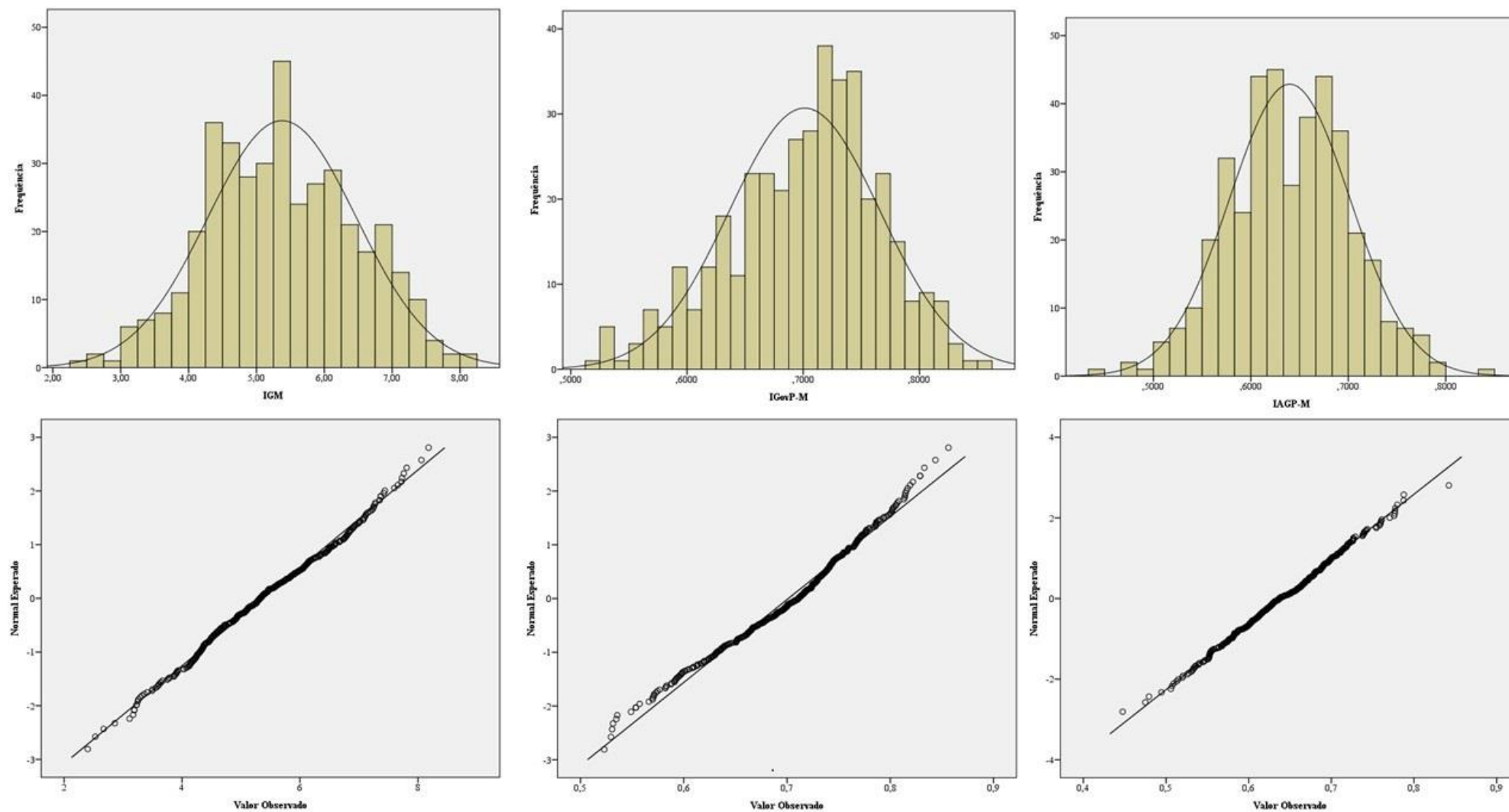


Figura 13. Histograma e Normal Q-Q Plot do Teste de Normalidade das Variáveis Dependentes.

4.2 IGM

Nesta segunda etapa da análise dos resultados apresenta-se o teste de diferencial de médias por porte municipal (teste t de amostra independente) da variável dependente IGM. Já para fins de correlação, utiliza-se da correlação de *Pearson*, e por fim realiza-se a regressão linear múltipla. Em todas as subetapas procedeu-se comentários pertinentes referentes aos resultados obtidos.

Antes de adentrar-se aos testes estatísticos dos dados coletados na pesquisa bibliográfica, segue uma demonstração, específica da variável dependente IGM, referente aos resultados apresentados pelos municípios do Estado do Paraná. Como informado no referencial teórico, a pontuação do IGM vai de 0 a 10, sendo muito alto (10 a 8), alto (7,999 a 7), médio (6,999 a 6), baixo (5,999 a 5) e muito baixo (4,999 a 0). Relembra-se que o município de Curitiba obteve a maior nota desse índice (8,18), seguida de Francisco Beltrão (8,06), Palmeira (7,81), Palotina (7,76) e Dois Vizinhos (7,73). Entre as piores pontuações temos o município de Santa Inês (2,40), seguido por Ariranha do Ivaí (2,53), Arapuã (2,67), Nova América da Colina (2,86) e Godoy Moreira (3,11). O índice apresentou média de 5,38 e desvio padrão de 1,10. Na Figura 14 é possível verificar um panorama geral da pontuação obtida pelos municípios paranaenses.

Dos 399 municípios analisados, 2 (0,50%) apresentaram nível muito alto de governança pública municipal, Curitiba e Francisco Beltrão. Em seguida, tem-se 30 municípios (7,52%) com nível alto de governança pública municipal. Já com nível médio de governança pública municipal tem-se 88 municípios (22,06%).

Levando em consideração a parte inferior da avaliação tem-se 126 municípios (31,58%) com nível baixo de governança pública municipal e no nível muito baixo tem-se 153 (38,34%). Ou seja, a maioria dos municípios do Estado do Paraná, 279 ou 69,92% do total, estão com nível de governança pública municipal abaixo do grau médio, demonstrando que o tema governança pública, em relação ao IGM, ainda está muito longe do ideal, nos municípios do Estado do Paraná.

A Figura 15 apresenta, de forma global, o quantitativo de municípios por faixa de resultado do IGM, destacando a mesorregião, onde se vê que os municípios das mesorregiões Norte Central (37), Norte Pioneiro e Noroeste (20 cada) e Sudoeste (18) foram destaque no nível muito baixo.

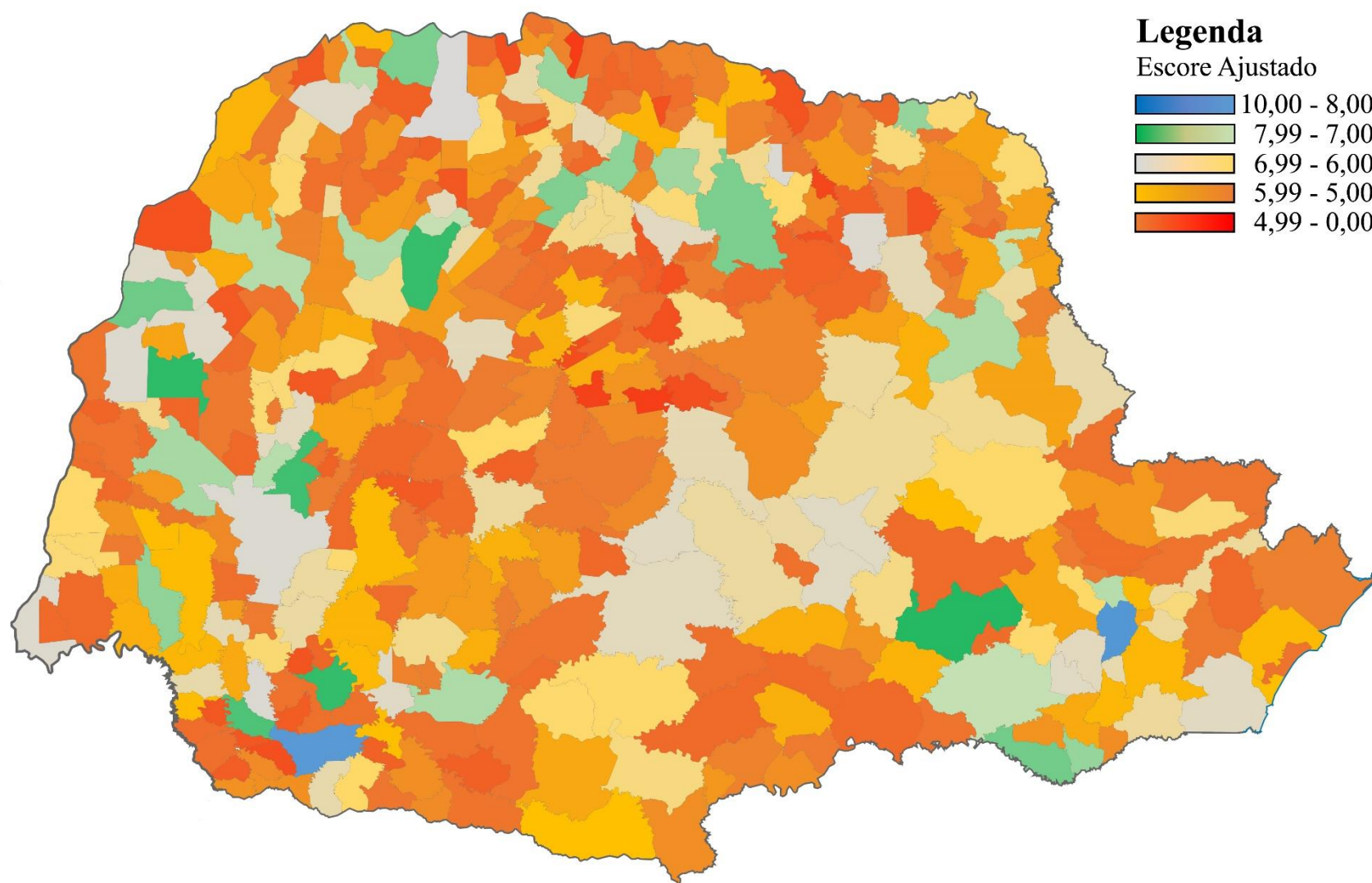


Figura 14. Panorama Geral da Pontuação do IGM.

4.2.1 Teste de Diferencial de Médias por Porte do Município

A Tabela 16 apresenta a estatística descritiva e o teste de diferencial de médias (teste t de *Student*) do IGM observado por porte do município, sendo pequeno porte para os municípios com população abaixo ou igual a 100.000 habitantes e grande porte para municípios com população acima de 100.000 habitantes. O teste t independente mostrou que, em média, os municípios de grande porte apresentaram nota superior aos de pequeno porte, com nível de significância estatística de 1%.

Tabela 16

Estatística Descritiva e Teste de Diferencial de Médias do IGM versus Porte do Município

Variável Dependente	Grupo	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	T de Student p-valor
IGM	Grande	21	4,35	8,18	6,54	0,81	0,000***
	Pequeno	378	2,40	8,06	5,31	1,08	

***Significância ao nível de 0,01.

O resultado demonstra que externalidades positivas são provenientes de uma população mais numerosa, pelo menos em relação aos conceitos da governança pública aplicados pela metodologia do índice em análise, ou seja, quanto maior a população do município, maior será sua pontuação do IGM em relação aos municípios com população menor.

Conforme já demonstrado, o destaque positivo para municípios de grande porte fica com a capital do Estado, Curitiba (1.933.105 habitantes), tanto para esse índice como para os outros analisados. O município de grande porte com menor pontuação é Ponta Grossa (351.736 habitantes). Comentando dentre os municípios de pequeno porte, que somam 378 (94,74% do total), o melhor qualificado foi Francisco Beltrão (91.093 habitantes) e ao final da tabela aparece o município de Santa Inês (1.596 habitantes). Curioso verificar que o município melhor qualificado, entre os de pequeno porte, está muito próximo dos 100.000 habitantes.

Nota-se que dos 399 municípios existentes no Estado do Paraná, somente 21 (5,26%) possuem a característica de grande porte utilizada nesse estudo, em outras palavras, com população acima de 100.000 habitantes. Interessante atentar que em 2019 a população do Estado do Paraná era de 11.425.787 habitantes, e que se levarmos em consideração somente os municípios classificados como grande porte nessa análise, temos uma população de 6.125.350 habitantes. Isto significa que 53,61% da população paranaense vive nesses 21 municípios, mais da metade da população do Estado. Se levarmos em consideração o lado econômico, esses 21 municípios foram responsáveis por R\$ 271.293.169.098,46 do PIB do Estado em 2019, de um

total de R\$ 446.195.847.276,40, correspondendo assim a 60,80% do total, superior ao valor encontrado em relação à população. Diante disso, pode-se concluir que instituir medidas de fusão entre municípios menores contribuiria com a governança pública municipal, de acordo com a metodologia do IGM. Essa discussão sobre fusão ou não de municípios pequenos, não é uma novidade, já foram protocolados projetos de lei em relação a esse assunto, como exemplo o Projeto de Lei nº. 195 de 2019 (Senado Federal, 2019).

4.2.2 Correlação

Para a realização da correlação foram utilizadas todas as variáveis independentes e de controle conforme apresentado na Tabela 4, totalizando 29 variáveis. Dessas, 25 tiveram correlação ao nível de significância estatística de 1% ou 5% em relação a variável dependente IGM, sendo: IDH-M (0,240), IPDM (0,210), IFDM (0,277), IFGF (0,346), IGD (-0,493), PIB (0,238), OS (0,300), IDP (-0,508), EC (0,248), LGPOP (0,612), DENSPOP (0,215), LGRA (0,579), TSP (0,219), PARTELE (-0,111), ITP (0,137), IDPREF (0,099), EP (0,121), IEOC (0,157), IDEB (0,142), RCLpc (-0,412), IPTUpc (0,244), BF-M (-0,159), RMICRO (0,141), DIRPART (0,103) e PIBpc (0,132), conforme demonstra-se na Tabela 17.

Dentre as 25 variáveis estatisticamente significativas, quatro chamaram atenção pela correlação inversa à expectativa, ou seja, as variáveis EC, PARTELE, RCLpc e BF-M, demonstraram correlação antagônica em relação ao IGM, isso quer dizer que quanto maior o endividamento do município, quanto menor a participação nas eleições, quanto menor a receita do município por habitante e quanto menor o valor médio pago pelo benefício social, chamado Bolsa Família, maior será a pontuação dos municípios no índice, contrariando assim os conceitos de governança pública na área de eficiência, *accountability*, eficácia e benevolência. A correlação inversa referente a variável IDP já era esperada, visto o caráter mais *New Public Management* (NPM) aplicado na metodologia do índice.

Todos os fatores contingenciais do estudo (ambiente, estrutura, porte, cultura, liderança, tecnologia e estratégia) apresentaram correlação estatisticamente significativa com esse índice de avaliação da governança pública municipal. A correlação positiva e estatisticamente significativa ao nível de 1% das variáveis LGPOP e DENSPOP corroboram com os resultados encontrados no teste de diferencial de médias por porte municipal, ou seja, quanto maior o município, maior tenderá a ser sua pontuação no IGM.

Tabela 17

Correlação de Pearson Variável Dependente IGM – Parte 1

Variáveis	IGM	IDH-M	IPDM	IFDM	IFGF	IGD	PIB	OS	IDP	EC	LQ	LGPOP	DENSPOP	LGRA	TSP	PARTELE
IGM	1															
IDH-M	0,240**	1														
IPDM	0,210**	0,664**	1													
IFDM	0,277**	0,646**	0,630**	1												
IFGF	0,346**	0,290**	0,307**	0,297**	1											
IGD	-0,493**	-0,461**	-0,270**	-0,437**	-0,374**	1										
PIB	0,238**	0,300**	0,244**	0,255**	0,125*	-0,377**	1									
OS	0,300**	0,381**	0,286**	0,424**	0,232**	-0,478**	0,419**	1								
IDP	-0,508**	0,020	0,144**	-0,028	-0,161**	0,289**	-0,105*	-0,210**	1							
EC	0,248**	0,037	0,017	0,055	-0,047	-0,228**	0,068	0,090	-0,088	1						
LQ	0,030	-0,013	0,056	0,116*	0,115*	-0,041	-0,010	-0,043	-0,031	0,005	1					
LGPOP	0,612**	0,333**	0,187**	0,381**	0,294**	-0,719**	0,509**	0,609**	-0,657**	0,139**	0,010	1				
DENSPOP	0,215**	0,261**	0,171**	0,211**	0,119*	-0,367**	0,834**	0,241**	-0,145**	0,063	0,000	0,460**	1			
LGRA	0,579**	0,419**	0,295**	0,460**	0,356**	-0,798**	0,579**	0,655**	-0,452**	0,134**	0,011	0,962**	0,502**	1		
TSP	0,219**	0,250**	-0,017	0,177**	0,107*	-0,580**	0,214**	0,302**	-0,134**	0,169**	-0,003	0,402**	0,266**	0,432**	1	
PARTELE	-0,111*	-0,020	0,054	-0,030	-0,062	0,219**	-0,072	-0,105*	0,192**	-0,050	-0,077	-0,237**	-0,063	-0,213**	-0,142**	1
ITP	0,137**	0,138**	0,152**	0,179**	0,254**	-0,165**	0,094	0,166**	-0,088	-0,143**	-0,078	0,206**	0,087	0,229**	0,055	-0,009
GENPREF	-0,029	-0,103*	-0,049	-0,087	0,029	0,086	-0,024	-0,091	0,088	0,047	-0,026	-0,086	0,070	-0,071	-0,090	-0,003
IDPREF	0,099*	0,043	0,002	0,049	0,115*	-0,068	0,080	0,048	-0,081	0,047	0,025	0,119*	0,090	0,107*	0,039	-0,003
EP	0,121*	0,167**	0,128*	0,098*	0,073	-0,119*	0,037	-0,004	-0,017	0,041	0,022	0,109*	0,069	0,133**	0,099*	-0,027
IRRO	0,086	-0,023	0,035	0,024	0,150**	-0,172**	0,020	-0,030	-0,018	-0,049	0,027	0,059	0,032	0,101*	0,029	-0,015
IEOC	0,157**	-0,027	-0,009	0,024	0,082	-0,310**	0,051	0,063	-0,007	0,101*	-0,018	0,129**	0,090	0,181**	0,079	-0,068
IDEB	0,142**	0,434**	0,483**	0,430**	0,216**	-0,100*	0,035	0,116*	-0,037	-0,057	0,049	0,028	0,022	0,068	-0,017	0,082
RCLpc	-0,412**	0,078	0,192**	0,010	-0,008	0,137**	-0,074	-0,175**	0,936**	-0,062	-0,027	-0,574**	-0,110*	-0,354**	-0,033	0,158**
IPU _{pc}	0,244**	0,431**	0,176**	0,346**	0,162**	-0,580**	0,288**	0,369**	-0,075	0,125*	-0,001	0,431**	0,299**	0,489**	0,831**	-0,170**
BF-M	-0,159**	-0,199**	-0,223**	-0,188**	-0,286**	0,170**	0,019	-0,076	0,120*	0,099*	-0,048	-0,121*	-0,005	-0,124*	-0,061	0,002
RMESO	-0,015	-0,162**	0,140**	0,137**	0,207**	0,087	-0,069	-0,025	0,044	-0,081	0,050	-0,092	-0,068	-0,080	-0,095	0,110*
RMICRO	0,141**	-0,195**	-0,209**	-0,096	0,088	-0,148**	0,145**	0,099*	-0,215**	-0,104*	-0,041	0,304**	0,160**	0,290**	0,097	0,058
DIRPART	0,103*	-0,044	-0,025	-0,012	0,059	0,036	-0,104*	-0,081	-0,083	-0,078	0,046	-0,017	-0,076	-0,036	-0,059	-0,040
PIB _{pc}	0,132**	0,331**	0,446**	0,317**	0,302**	-0,189**	0,226**	0,188**	-0,208**	-0,035	0,051	0,183**	0,086	0,299**	-0,176**	0,017

Continua

Legenda: ** p<0,01; * p<0,05.

Tabela 17

Correlação de Pearson Variável Dependente IGM – Parte 2

Variáveis	ITP	GENPREF	IDPREF	EP	IRRO	IEOC	IDEB	RCLpc	IPTUp	BF-M	RMESO	RMICRO	DIRPART	PIBpc
IGM														
IDH-M														
IPDM														
IFDM														
IFGF														
IGD														
PIB														
OS														
IDP														
EC														
LQ														
LGPOP														
DENSPOP														
LGRA														
TSP														
PARTELE														
ITP	1													
GENPREF	-0,019	1												
IDPREF	0,058	0,064	1											
EP	-0,058	0,063	-0,259**	1										
IRRO	0,054	-0,032	-0,093	0,065	1									
IEOC	0,085	0,019	-0,003	0,029	0,087	1								
IDEB	0,126*	-0,034	-0,047	0,096	0,036	-0,061	1							
RCLpc	-0,054	0,100*	-0,077	0,025	0,014	0,093	0,072	1						
IPTUp	0,079	-0,071	0,053	0,122*	0,022	0,031	0,090	0,009	1					
BF-M	-0,071	0,045	-0,009	-0,099*	-0,026	-0,014	-0,217**	0,074	-0,100*	1				
RMESO	0,092	-0,129**	-0,003	0,065	0,013	-0,152**	0,163**	0,073	-0,036	-0,148**	1			
RMICRO	0,127*	-0,019	0,049	-0,040	0,160**	0,198**	-0,148**	-0,188**	0,066	-0,001	0,275**	1		
DIRPART	-0,070	0,090	-0,011	0,008	0,019	0,018	-0,016	-0,059	-0,027	0,017	0,095	0,115*	1	
PIBpc	-0,104*	0,025	0,020	0,029	0,081	0,031	0,182**	0,223**	0,109*	-0,073	0,025	0,071	-0,081	1

Legenda: ** p<0,01; * p<0,05.

4.2.3 Regressão Linear Múltipla

Conforme mencionado na metodologia, a regressão linear múltipla realiza-se em até três modelos, sendo o primeiro modelo contendo todas as variáveis que apresentaram significância estatística de 1% ou 5% na correlação. No caso do IGM, 25 variáveis apresentaram significância estatística nesses moldes na correlação realizada. Já no segundo modelo foi verificado o nível de significância estatística de previsão das variáveis de 1%, 5% ou 10%, excluindo as outras variáveis que não obtiveram esse nível de significância estatística, chegando assim ao terceiro e último, caso necessário, somente com variáveis previsoras ao nível de significância estatística de 1%, excluindo-se as outras, sendo esse o modelo econométrico utilizado para verificação do nível de influência dos fatores contingenciais no nível de governança pública dos municípios do Estado do Paraná. Lembra-se que foi levado em consideração o tamanho da amostra para a realização do método de alimentação dos dados, por *enter* ou *stepwise*.

Conforme demonstra a Tabela 18, o primeiro modelo apresenta-se estatisticamente significativo ao nível de 0,000, com R^2 ajustado de 0,473, ou seja, as variáveis do modelo preveem 47,30% do nível de governança pública municipal obtido pelo município no IGM. O modelo não apresentou problema de autocorrelação, com *Durbin-Watson* no valor de 1,846, sendo maior que 1 e menor que 3 (Field, 2020). Também não apresentou problema de multicolinearidade, teste VIF ($2,549 < 10$), o que indica o aumento da variância de um coeficiente de regressão (Fávero, Belfiore, Silva & Chan, 2009). O teste de *Breusch-Pagan/Cook-Weisberg* (Teste BP/CW) apresentou problema de heterocedasticidade, porém o teste de *White* (Teste *White*) indicou não ter esse problema nos resíduos. Esse problema de heterocedasticidade apresentado no Teste BP/CW (0,031) deve-se a correlação dos resíduos com alguma variável explicativa, visto que o modelo apresentou somente um *outliers*, e acredita-se que o mesmo não é a causa da heterocedasticidade. O problema não foi apresentado no teste de *White* (0,188), podendo assim, através do gráfico verificar a homocedasticidade dos dados, conforme demonstra-se na Figura 16. Já os resíduos não apresentaram normalidade nos dados com *Kolmogorov-Smirnov* (0,017), porém apresentaram normalidade no *Shapiro-Wilk* (0,101). Através dos gráficos Histograma e Normal P-P Plot é possível verificar a normalidade dos resíduos, conforme demonstrado na Figura 17. Dentre as variáveis que obtiveram correlação estatisticamente significativa ao nível de 1% ou 5%, somente quatro obtiveram significância previsoras ao nível de 1%, 5% ou 10% nesse primeiro modelo de regressão linear múltipla, sendo IPDM (0,072), IDP (0,000), EC (0,000) e LGRA (0,024). Mesmo sendo

estatisticamente significativas na correlação as variáveis IFGF e IDEB foram retiradas do modelo, visto que são utilizadas na metodologia de cálculo do índice.

Tabela 18

Regressão Linear Múltipla IGM – Primeiro Modelo

ANÁLISE DOS PRESSUPOSTOS						
Prob>F	R² Ajustado	Durbin-Watson	Mean VIF	Teste BP/CW	Teste White	Nº Observações
0,000	0,473	1,846	2,549	0,031	0,188	399
ANÁLISES DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES E DE CONTROLE						
Variável Independentes / Controle	Aleatório					
Coefficiente	Erro Padrão	T	P-Value	Interv. Conf. 95%		
IDH-M	0,391	2,033	0,192	0,848	-3,609	4,391
IPDM	2,432	1,346	1,807	0,072*	-0,215	5,080
IFDM	-0,717	1,123	-0,638	0,524	-2,926	1,493
IGD	0,720	0,875	0,823	0,411	-1,001	2,442
PIB	-0,000	0,000	-0,547	0,585	0,000	0,000
OS	-0,211	0,222	-0,950	0,343	-0,647	0,226
IDP	-0,001	0,000	-3,781	0,000***	-0,001	0,000
EC	0,430	0,115	3,742	0,000***	0,204	0,656
LGPOP	-1,513	1,066	-1,419	0,157	-3,609	0,584
DENSPop	-0,000	0,000	-0,212	0,832	-0,001	0,001
LGRA	2,769	1,223	2,265	0,024**	0,364	5,175
TSP	4,206	13,306	0,316	0,752	-21,967	30,378
PARTELE	0,197	0,371	0,531	0,596	-0,533	0,927
ITP	0,250	0,403	0,620	0,535	-0,543	1,042
IDPREF	0,217	0,504	0,431	0,667	-0,774	1,208
EP	0,032	0,033	0,961	0,337	-0,033	0,097
IEOC	0,507	0,423	1,198	0,232	-0,325	1,338
RCLpc	0,000	0,000	0,442	0,658	0,000	0,000
IPTUp	0,000	0,001	0,113	0,910	-0,001	0,002
BF-M	0,000	0,000	-0,730	0,466	0,000	0,000
RMICRO	-	-	-	0,265	-	-
DIRPART	-	-	-	0,158	-	-
PIBpc	0,000	0,000	0,908	0,365	0,000	0,000
CONS	-10,716	5,580	-1,921	0,056*	-21,691	0,259

***Significância ao nível de 0,01 - ** Significância ao nível de 0,05 - * Significância ao nível de 0,10.

O tamanho da amostra do primeiro modelo ficou em 17:1 (23 variáveis com 399 observações), dentro do desejável, (entre 15 e 20), devido a isso a regressão linear múltipla utilizou-se do procedimento *enter*.

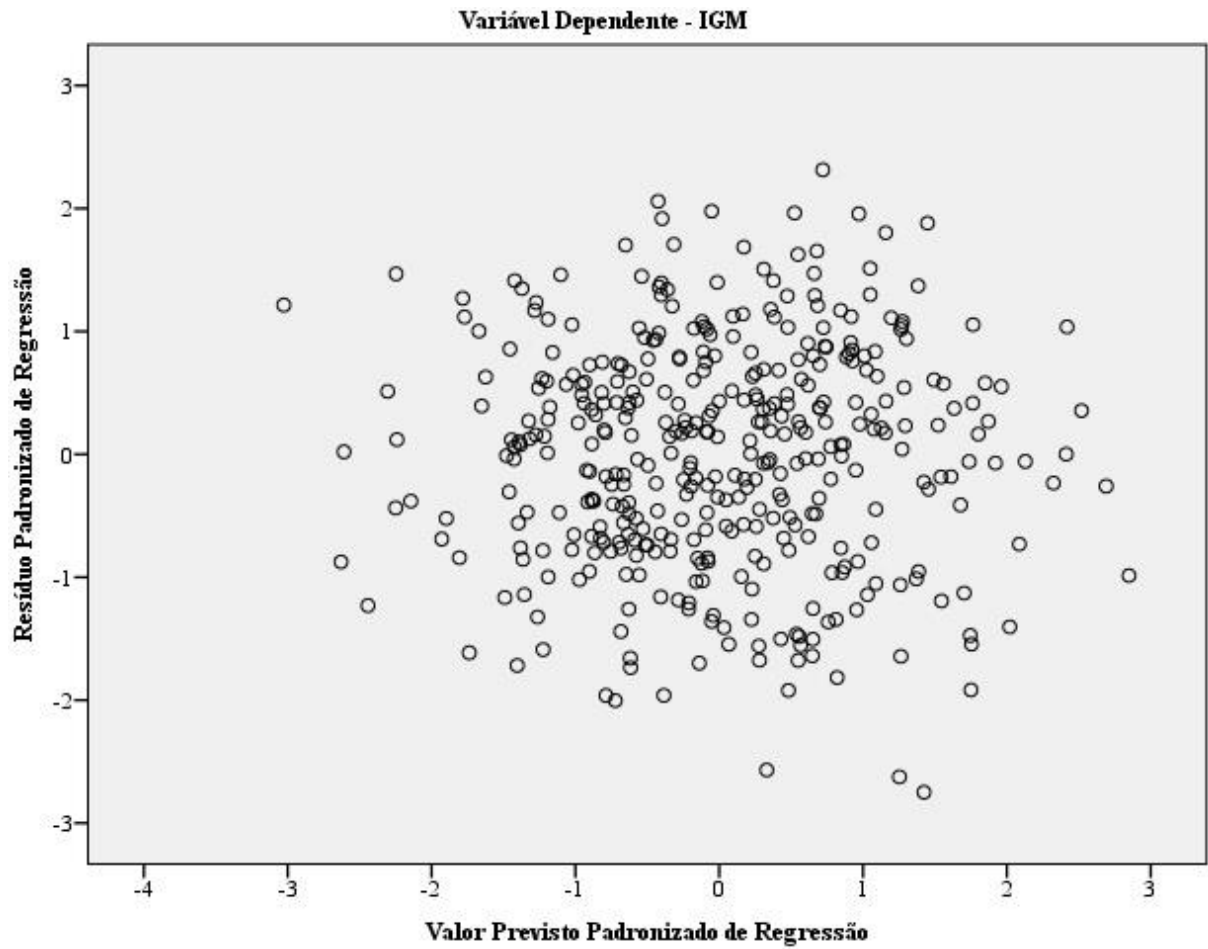


Figura 16. Scatterplot – Verificação de *Outliers* e Homocedasticidade dos dados – IGM – Primeiro Modelo.

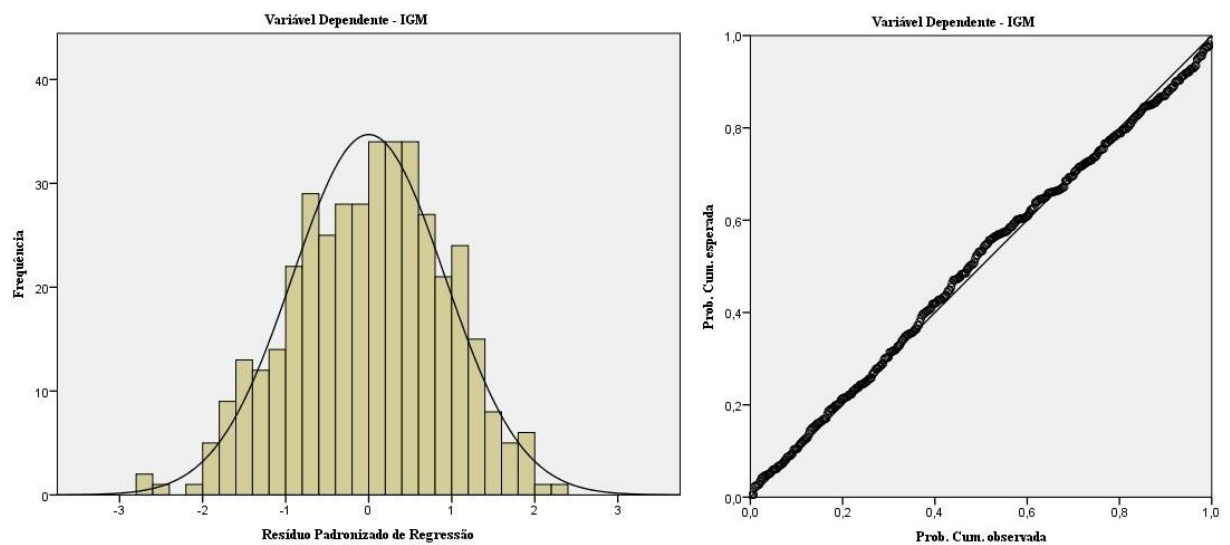


Figura 17. Histograma e gráfico P-P de normalidade para os resíduos do primeiro modelo (IGM).

Destaque-se os fatores contingenciais ambiente, estrutura (que teve duas variáveis estatisticamente significativas) e porte, que apresentaram variáveis independentes previsoras com significância estatística em relação ao nível de governança pública municipal de acordo com o IGM.

Na Tabela 19, tem-se o segundo modelo de regressão linear múltipla, estatisticamente significativo ao nível de 0,000, com R^2 ajustado de 0,453, ou seja, as variáveis do modelo preveem 45,30% do nível de governança pública municipal obtido pelo município no IGM. O modelo não apresentou problema de autocorrelação, com *Durbin-Watson* no valor de 1,893, sendo maior que 1 e menor que 3 (Field, 2020). Não apresentou problema de multicolinearidade, teste VIF ($1,226 < 10$), já os resíduos apresentaram normalidade nos dados com *Kolmogorov-Smirnov* (0,200) e *Shapiro-Wilk* (0,077). Nos gráficos Histograma e Normal P-P Plot é possível verificar a normalidade dos resíduos, conforme demonstrado na Figura 18.

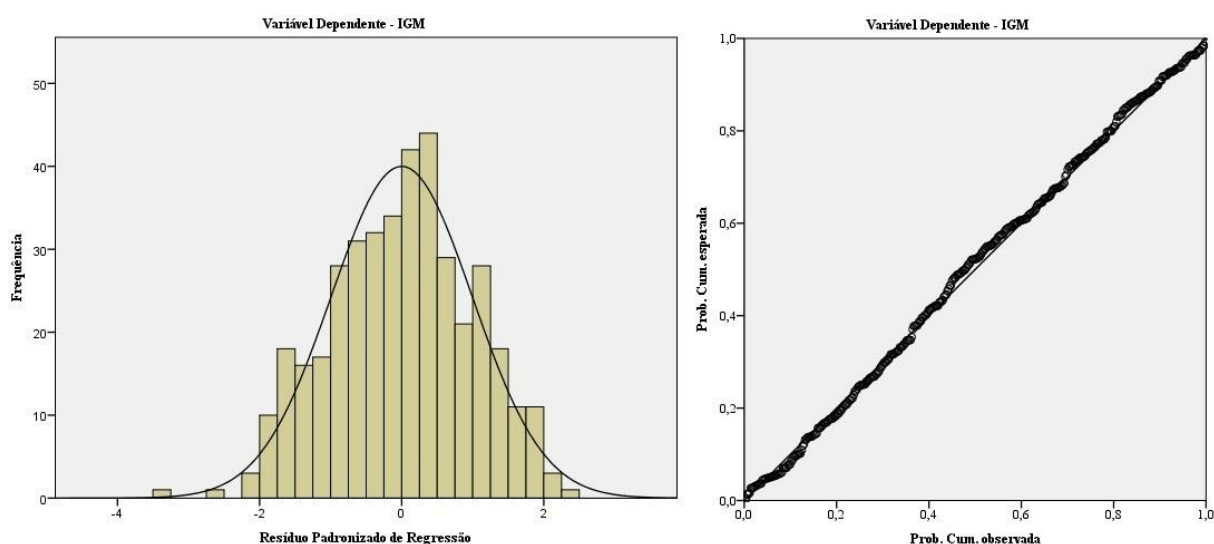


Figura 18. Histograma e gráfico P-P de normalidade para os resíduos do segundo modelo (IGM).

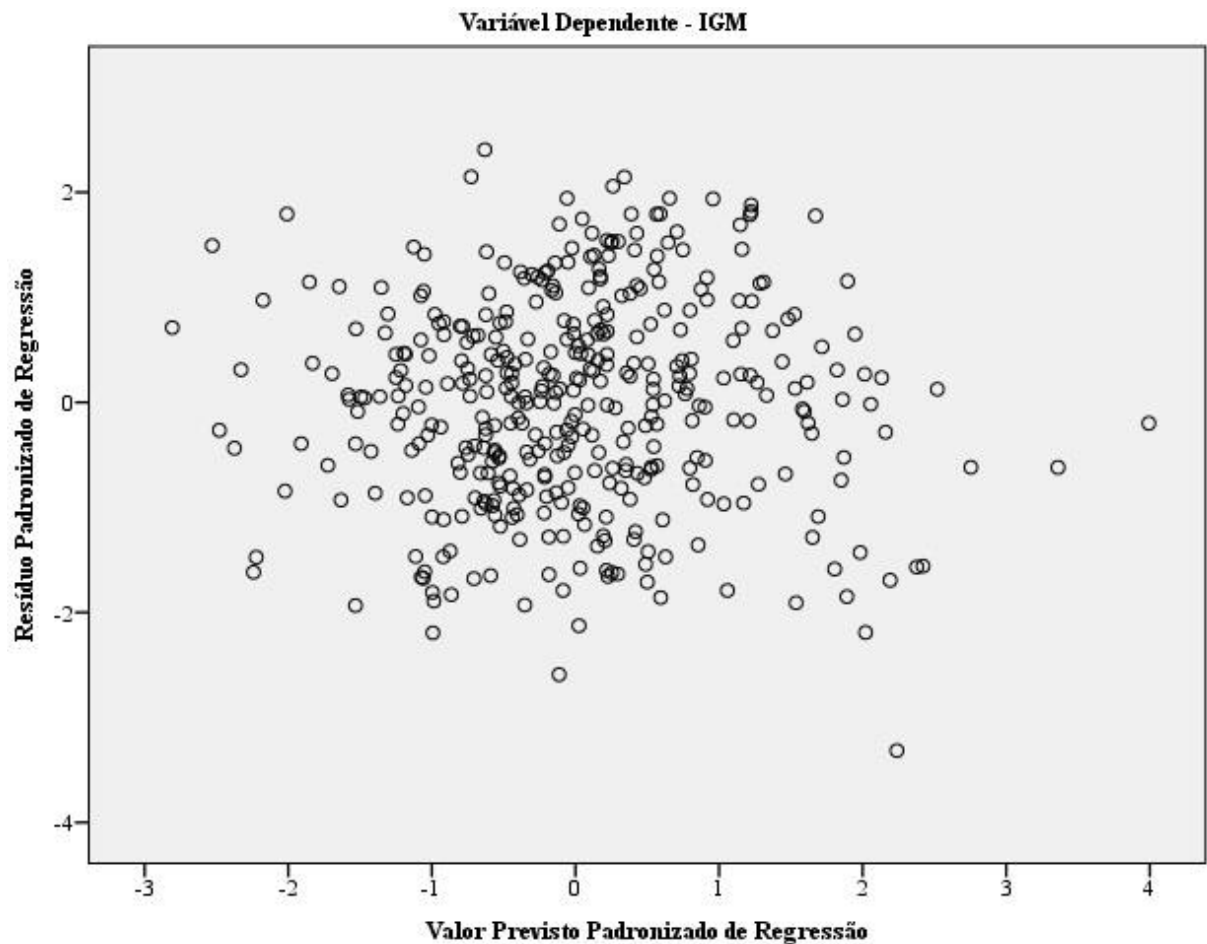
O teste de *Breusch-Pagan/Cook-Weisberg* (Teste BP/CW) não apresentou problema de heterocedasticidade (0,130), o mesmo ocorreu com o teste de *White* (0,113). O modelo apresentou dois *outliers*, conforme demonstrado na Figura 19. O tamanho da amostra do segundo modelo ficou em 100:1 (4 variáveis com 399 observações), acima do desejável para o método utilizado, devido a isso a regressão linear múltipla utilizou-se do procedimento *stepwise*.

Tabela 19

Regressão Linear Múltipla IGM – Segundo Modelo

ANÁLISE DOS PRESSUPOSTOS						
Prob>F	R ² Ajustado	Durbin-Watson	Mean VIF	Teste BP/CW	Teste White	Nº Observações
0,000	0,453	1,893	1,226	0,130	0,113	399
ANÁLISES DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES						
Variável Independentes / Controle	Aleatório					
	Coefficiente	Erro Padrão	T	P-Value	Interv. Conf. 95%	
LGRA	0,942	0,123	7,638	0,000***	0,699	1,184
IDP	-0,001	0,000	-8,136	0,000***	-0,001	0,000
EC	0,445	0,099	4,471	0,000***	0,249	0,640
IPDM	3,072	0,811	3,789	0,000***	1,478	4,666
CONS	-3,100	0,937	-3,307	0,001***	-4,943	-1,257

***Significância ao nível de 0,01.

**Figura 19.** Scatterplot – Verificação de Outliers e Homocedasticidade dos dados – IGM – Segundo Modelo.

Dentro dos resultados obtidos, as variáveis EC (0,000) e IDP (0,000) do fator contingencial estrutura, LGRA (0,000) do fator contingencial porte e IPDM (0,000) do fator

contingencial ambiente, obtiveram significância estatística previsora ao nível de 1%, ou seja, todas as variáveis que passaram do primeiro para o segundo modelo apresentaram significância estatística ao nível de 1%, consequentemente, esse é o último modelo apresentado. Conclui-se que podemos afirmar que os fatores contingenciais: ambiente, estrutura e porte influenciam no nível de governança pública dos municípios do Estado do Paraná, levando em consideração o IGM.

Porém, ressalta-se que a expectativa com as variáveis IDP fora inversa ao estipulado na metodologia, visto que de acordo com a regressão, quanto menor o gasto com pessoal *per capita*, maior será sua nota no IGM. Essa característica já era prevista, visto a metodologia mais NPM do índice, entretanto, o impacto que a variável causa na nota foi bem menor do que o esperado, sendo quase zero. Já a variável EC teve uma representatividade significativa, contribuindo com a ideia do não endividamento (Macedo & Corbari, 2009), idealizando o senso de responsabilidade fiscal aplicada na boa governança pública municipal, podendo assim implementar políticas públicas que produzirão benefícios aos cidadãos.

Com os resultados obtidos, o modelo econométrico no modelo de regressão linear múltiplo para a variável dependente IGM é:

$$IGMi = -3,100 + 0,942(LGRAi) - 0,001(IDPi) + 0,445(ECi) + 3,072(IPDMi) + ei$$

Onde, “ e_i ” é o termo de erro.

Os resultados demonstraram a importância do fator contingencial ambiente, visto a sua imprecisão, menor controle por parte das organizações e a influência que exerce sobre os fatores internos (Cadez & Guilding, 2008; Covaleski et al., 2003; Prajogo, 2016; Wadongo & Abdel-Kader, 2014). Os achados referentes ao IGM corroboram artigos anteriores que estudaram o desempenho, onde os fatores contingenciais ambiente, estrutura e porte influenciaram o desempenho dos municípios, nesse estudo de Sell et al. (2020) o fator desempenho era a Receita Corrente Líquida *per capita*. Já em outro estudo que também procurou a influência dos fatores contingenciais no desempenho, a semelhança ficou para os fatores contingenciais ambiente e porte (Fiirst & Beuren, 2021), nesse, a métrica de estudo para desempenho foi o IFDM. Já para o estudo de Macedo e Corbari (2009) os fatores contingenciais equivalentes ao presente estudo foram ambiente e estrutura.

4.3 IGovP-M

Nesta terceira etapa da análise dos resultados apresenta-se o teste de diferencial de médias por porte municipal (teste de *Mann-Whitney*) da variável dependente IGovP-M. Já para fins de correlação, utiliza-se da correlação de *Spearman*, por fim realiza-se a regressão linear múltipla. Em todas as subetapas procedeu-se comentários pertinentes referentes aos resultados obtidos.

Antes de adentrar-se aos testes estatísticos dos dados coletados na pesquisa bibliográfica, segue uma demonstração, específica da variável dependente IGovP-M, referente aos resultados apresentados pelos municípios do Estado do Paraná. Como informado no referencial teórico a pontuação do IGovP-M vai de 0 a 1, sendo muito alto (1 a 0,8000), alto (0,7999 a 0,7000), médio (0,6999 a 0,6000), baixo (0,5999 a 0,5000) e muito baixo (0,4999 a 0). Relembra-se que o município de Curitiba obteve a maior nota desse índice também (0,8563), seguida de Quatro Pontes (0,8437), Mercedes (0,8330), Cascavel (0,8289) e Bom Sucesso do Sul (0,8289). Entre as piores pontuações temos o município de Santa Cruz de Monte Castelo (0,5230), seguido por Godoy Moreira (0,5295), Cruzeiro do Oeste (0,5306), Morretes (0,5315) e Quatiguá (0,5347). O índice apresentou média de 0,7012 e desvio padrão de 0,0648. Na Figura 20 é possível verificar um panorama geral da pontuação obtida pelos municípios paranaenses.

Dos 399 municípios analisados, 22 (5,51%) apresentaram nível muito alto e 201 (50,38%) apresentaram nível alto de governança pública municipal, demonstra-se assim, que em relação ao IGovP-M, os municípios paranaenses estão ainda mais próximos da boa governança em comparação ao índice apresentado anteriormente (IGM). Já com nível médio de governança pública municipal tem-se 142 (35,59%) municípios. No nível baixo, 34 (8,52%). Por fim, nenhum município apresentou nível muito baixo de governança pública municipal.

A grande maioria dos municípios do Estado do Paraná, 223 (55,89%), estão no nível de classificação superior do índice IGovP-M, corroborando a análise realizada pelo estudo de Aquino et al. (2021) que verificou notas maiores nos municípios da região sul do país. Conclui-se que a diferença de metodologia apresentada pelo IGovP-M e IGM demonstraram situação completamente diferente, mesmo tratando do mesmo tema. A Figura 20 apresenta, de forma global, o quantitativo de municípios por faixa de resultado do IGovP-M, destacando a mesorregião. A mesorregião Norte Central apresentou 50 municípios com nível alto, enquanto o Norte Pioneiro teve 9 municípios no nível baixo.

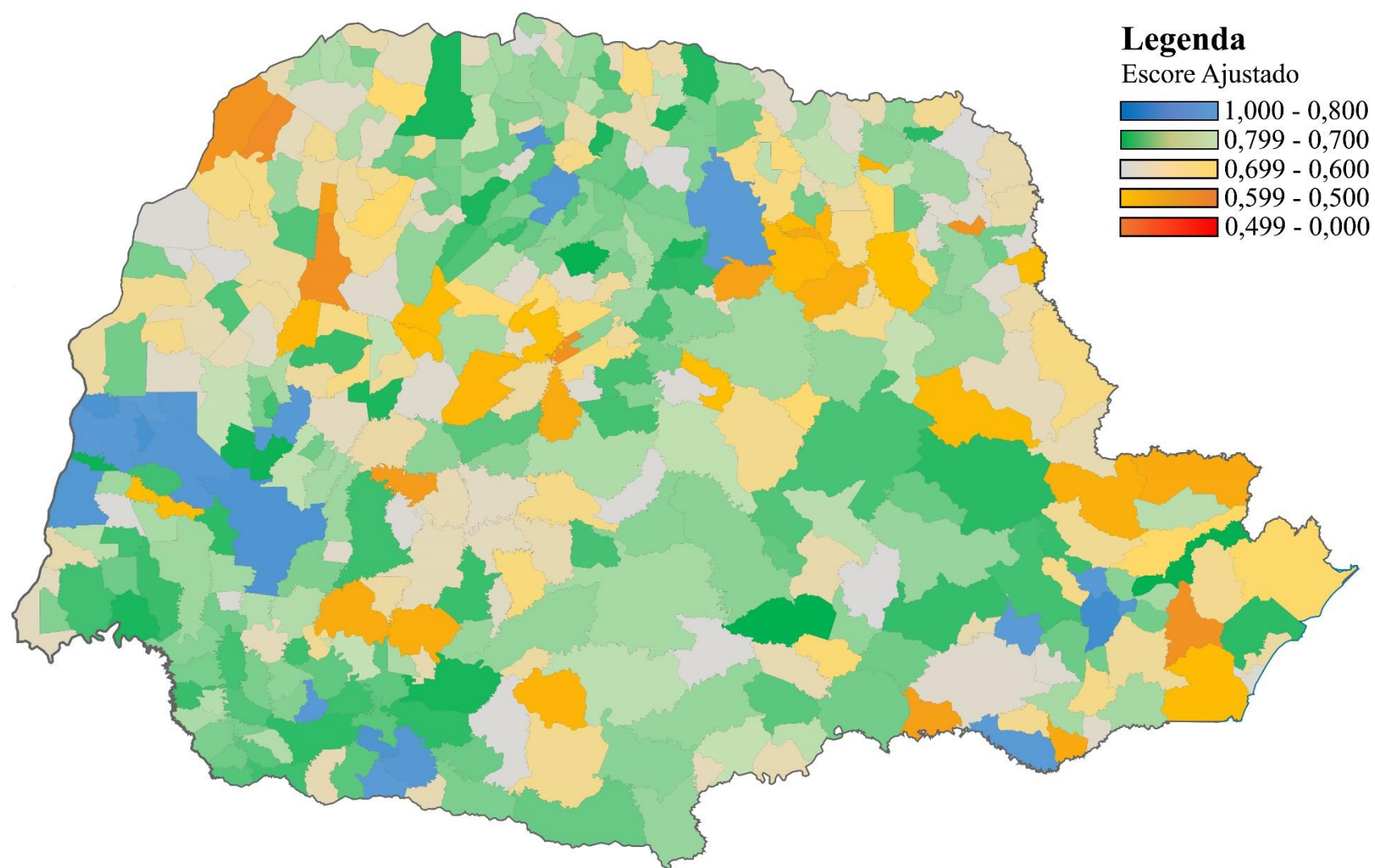


Figura 20. Panorama Geral da Pontuação do IGovP-M.

Nível de Governança Pública Municipal - IGovP-M

■ Muito Alto (22) ■ Alto (201) ■ Médio (142) ■ Baixo (34)



Figura 21. Nível de Governança Pública Municipal – IGovP-M.

4.3.1 Teste de Diferencial de Médias por Porte do Município

A tabela 20 apresenta a estatística descritiva e o teste de diferencial de médias (teste U de *Mann-Whitney*) do IGovP-M observado por porte do município, sendo pequeno porte para os municípios com população abaixo ou igual a 100.000 habitantes e grande porte para municípios com população acima de 100.000 habitantes. O teste de diferencial de média mostrou que, os municípios de grande porte, apresentaram nota superior aos municípios de pequeno porte, com nível de significância estatística de 1%.

Tabela 20

Estatística Descritiva e Teste de Diferencial de Médias do IGovP-M versus Porte do Município

Variável Dependente	Grupo	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Mann-Whitney p-valor
IGovP-M	Grande	21	0,6441	0,8563	0,7554	0,0577	0,000***
	Pequeno	378	0,5230	0,8437	0,6982	0,0639	

***Significância ao nível de 0,01.

Em relação aos municípios de grande porte, o destaque positivo fica novamente com de Curitiba (1.933.105 habitantes), já o município de grande porte que recebeu a menor pontuação no IGovP-M foi São José dos Pinhás (323.340 habitantes). Porém, vale lembrar que, mesmo sendo o município com pior pontuação, 0,6441, está enquadrado no nível médio de governança pública municipal do IGovP-M, não sendo assim um resultado negativo.

Já em relação aos municípios de pequeno porte, o destaque positivo ficou com Quatro Pontes (4.015 habitantes) e com a pior nota Santa Cruz de Monte Castelo (7.800 habitantes). Interessante notar que a nota obtida pelo município de Quatro Pontes é próxima a nota obtida pelo município de Curitiba, logo, não ocorreu a proximidade do número de habitantes do primeiro colocado, em relação ao pequeno porte, no IGovP-M, como ocorreu no IGM, muito pelo contrário, o município de Quatro Pontes figura entre os menores do Estado.

Contudo os resultados demonstram que quanto maior a população, maior a probabilidade de se obter boa governança pública municipal de acordo com a métricas aplicadas pelo IGovP-M, mesmo resultado encontrado por Aquino et al. (2021).

4.3.2 Correlação

Para a realização da correlação, seguiu-se os mesmos parâmetros do índice anterior, porém na variável dependente IGovP-M utilizou-se da correlação de *Spearman*, visto a não normalidade dos dados coletados na pesquisa bibliográfica. Na Tabela 21 é possível notar as 29 variáveis utilizadas no estudo. Dessas, 21 variáveis tiveram correlação ao nível de significância estatística de 1% ou 5% em relação a variável dependente IGovP-M, sendo: IDH-M (0,370), IPDM (0,367), IFDM (0,326), IFGF (0,406), IGD (-0,219), PIB (0,210), OS (0,244), EC (-0,059), LQ (0,191), LGPOP (0,134), DENSPOP (0,243), LGRA (0,199), TSP (0,108), PARTELE (0,267), ITP (0,193), IRRO (0,130), IDEB (0,257), IPTUp_c (0,201), RMESO (0,286), RMICRO (0,142) e PIB_{pc} (0,263).

Os fatores contingenciais do estudo (ambiente, estrutura, porte, cultura, tecnologia e estratégia) apresentaram correlação estatisticamente significativa com o índice de avaliação da governança pública municipal, com exceção do fator contingencial liderança. A correlação também demonstrou expectativa esperada em todas as variáveis que foram significativamente estatísticas. Porém, esperava-se que a variável IDP fosse apresentar significância estatística com o índice devido a sua relação, ou seja, gasto com pessoal *per capita*, e para demonstrar a característica mais *New Public Governance* (NPG) do índice, entretanto isto não ocorreu, visto que a variável não apresentou significância estatística. Ou seja, voltada mais para processos do que para eficiência e controle dos custos. Contraria-se assim o estudo de Sell et al. (2020) e Rabito et al. (2022), onde a variável apresentou correlação positiva em relação ao desempenho e ao desenvolvimento de *smart cities*, respectivamente. Todavia, a correlação do IGovP-M em comparação com o IGM apresentou a variável PARTELE com viés positivo e as variáveis ITP e OS contribuem com as características da NPG no índice.

4.3.3 Regressão Linear Múltipla

Levando-se em consideração a metodologia aplicada, já mencionada nesse trabalho, em relação a execução da regressão linear múltipla, conforme demonstra a Tabela 22, o primeiro modelo apresenta-se estatisticamente significativo ao nível de 0,000, com R² ajustado de 0,331, ou seja, as variáveis do modelo preveem 33,10% do nível de governança pública municipal obtido pelo município no IGovP-M.

Tabela 21
Correlação de Spearman Variável Dependente IGovP-M – Parte 1

Variáveis	IGovP-M	IDH-M	IPDM	IFDM	IFGF	IGD	PIB	OS	IDP	EC	LQ	LGPOP	DENSPOP	LGRA	TSP	PARTELE
IGovP-M	1															
IDH-M	0,370**	1														
IPDM	0,367**	0,641**	1													
IFDM	0,326**	0,623**	0,614**	1												
IFGF	0,406**	0,299**	0,291**	0,298**	1											
IGD	-0,219**	-0,441**	-0,285**	-0,417**	-0,427**	1										
PIB	0,210**	0,391**	0,297**	0,395**	0,420**	-0,691**	1									
OS	0,244**	0,377**	0,305**	0,383**	0,245**	-0,406**	0,462**	1								
IDP	-0,037	-0,003	0,103*	-0,025	-0,217**	0,405**	-0,637**	-0,261**	1							
EC	-0,059*	0,050	0,018	0,075	-0,089	-0,367**	0,166**	0,150**	-0,204*	1						
LQ	0,191**	0,094	0,201**	0,168**	0,355**	-0,267**	0,104*	0,088	-0,083	0,112*	1					
LGPOP	0,134*	0,257**	0,135**	0,289**	0,334**	-0,684**	0,934**	0,469**	-0,793**	0,216**	0,083	1				
DENSPOP	0,243**	0,545**	0,309**	0,455**	0,256**	-0,575**	0,599**	0,403**	-0,514**	0,140**	0,153**	0,616**	1			
LGRA	0,199**	0,323**	0,236**	0,372**	0,444**	-0,773**	0,946**	0,466**	-0,630**	0,203**	0,120*	0,948**	0,568**	1		
TSP	0,108*	0,303**	0,074	0,236**	0,188**	-0,606**	0,319**	0,343**	-0,324**	0,155**	0,041	0,449**	0,464**	0,461**	1	
PARTELE	0,267**	-0,091	0,026	-0,102*	-0,104*	0,359**	-0,425**	-0,255**	0,430**	-0,184**	0,016	-0,498**	-0,261**	-0,447**	-0,285**	1
ITP	0,193**	0,125*	0,156**	0,164**	0,238**	-0,128*	0,204**	0,160**	-0,051	-0,107*	0,045	0,169**	0,098	0,198**	0,043	-0,005
GENPREF	0,006	-0,090	-0,041	-0,083	0,047	0,104*	-0,088	-0,091	0,060	0,021	0,020	-0,100*	0,128*	-0,091	-0,137**	0,031
IDPREF	0,011	0,060	0,018	0,069	0,100*	-0,076	0,114*	0,055	-0,122*	0,017	0,065	0,127*	0,082	0,096	0,015	-0,052
EP	0,089	0,163**	0,135**	0,121*	0,074	-0,145**	0,134**	-0,004	-0,034	0,118*	-0,006	0,112*	0,093	0,143**	0,122*	-0,060
IRRO	0,130**	-0,003	0,058	0,035	0,151**	-0,170**	0,096	-0,020	0,004	-0,046	0,064	0,089	0,033	0,164**	0,042	0,012
IEOC	0,066	0,015	-0,022	0,034	0,130**	-0,336**	0,131**	0,095	-0,054	0,310**	0,148**	0,140**	0,066	0,196**	0,087	-0,068
IDEB	0,257**	0,433**	0,478**	0,418**	0,218**	-0,128*	0,122*	0,129**	0,037	-0,075	0,143**	0,027	0,194**	0,072	0,053	0,047
RCLpc	0,067	0,050	0,154**	0,014	-0,060	0,335*	-0,588**	-0,216**	0,960**	-0,230**	-0,035	-0,752**	-0,477**	-0,567**	-0,282**	0,415**
IPU _{pc}	0,201**	0,627**	0,375**	0,500**	0,308**	-0,610**	0,526**	0,406**	-0,223**	0,125*	0,095	0,481**	0,584**	0,528**	0,596**	-0,333**
BF-M	-0,097	-0,161**	-0,194**	-0,162**	-0,254**	0,194**	-0,190**	-0,076	0,131**	0,049	-0,082	-0,160**	-0,115*	-0,192**	-0,078	0,057
RMESO	0,286**	0,135**	0,141**	0,126*	0,206**	0,112*	-0,037	-0,024	0,078	-0,220**	0,070	-0,085	0,137**	-0,065	-0,060	0,146**
RMICRO	0,142**	-0,170**	-0,158**	-0,083	0,094	-0,081	0,273**	0,093	-0,198**	-0,074	0,017	0,300**	0,105*	0,298**	0,011	0,070
DIRPART	0,005	-0,048	-0,038	0,004	0,089	0,024	0,013	-0,084	-0,041	-0,062	-0,027	0,012	0,015	0,008	-0,057	-0,004
PIB _{pc}	0,263**	0,500**	0,549**	0,415**	0,341**	-0,275**	0,477**	0,227**	0,186**	-0,037	0,110*	0,171**	0,134**	0,308**	-0,183**	0,000

Continua

Legenda: ** p<0,01; * p<0,05.

Tabela 21

Correlação de Spearman Variável Dependente IGovP-M – Parte 2

Variáveis	ITP	GENPREF	IDPREF	EP	IRRO	IEOC	IDEB	RCLpc	IPTUp	BF-M	RMESO	RMICRO	DIRPART	PIBpc
IGovP-M														
IDH-M														
IPDM														
IFDM														
IFGF														
IGD														
PIB														
OS														
IDP														
EC														
LQ														
LGPOP														
DENSPOP														
LGRA														
TSP														
PARTELE														
ITP	1													
GENPREF	-0,035	1												
IDPREF	0,097	0,057	1											
EP	-0,092	0,077	-0,237**	1										
IRRO	0,044	-0,034	-0,112*	0,069	1									
IEOC	0,074	0,027	0,006	0,082	0,083	1								
IDEB	0,141**	-0,043	-0,007	0,065	0,029	-0,033	1							
RCLpc	-0,028	0,069	-0,122*	0,002	0,043	-0,008	0,075	1						
IPTUp	0,083	-0,116*	0,022	0,219**	0,030	0,022	0,224**	-0,178**	1					
BF-M	-0,019	0,039	0,016	-0,113*	-0,046	-0,023	-0,196**	0,086	-0,116*	1				
RMESO	0,064	-0,135**	-0,015	0,057	0,053	-0,193**	0,194**	0,115*	0,079	-0,172**	1			
RMICRO	0,112*	-0,027	0,008	-0,031	0,189**	0,171**	-0,121*	-0,187**	-0,074	-0,019	0,282**	1		
DIRPART	-0,090	0,098*	0,004	-0,004	0,019	0,043	-0,016	-0,019	0,007	-0,001	0,088	0,118*	1	
PIBpc	0,176**	0,029	0,018	0,089	0,050	0,027	0,270**	0,230**	0,321**	-0,098	0,074	0,024	-0,013	1

Legenda: ** p<0,01; * p<0,05.

Tabela 22

Regressão Linear Múltipla IGovP-M – Primeiro Modelo

ANÁLISE DOS PRESSUPOSTOS						
Prob>F	R² Ajustado	Durbin-Watson	Mean VIF	Teste BP/CW	Teste White	Nº Observações
0,000	0,331	1,962	2,531	0,475	0,045	399
ANÁLISES DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES E DE CONTROLE						
Variável Independentes / Controle	Coefficiente	Erro Padrão	T	P-Value	Interv. Conf. 95%	
IPDM	0,146	0,084	1,736	0,084*	-0,019	0,311
IFDM	0,014	0,075	0,189	0,850	-0,133	0,161
IFGF	0,085	0,024	3,583	0,000***	0,038	0,132
IGD	-0,038	0,051	-0,736	0,462	-0,139	0,063
PIB	-0,000	0,000	-1,130	0,259	0,000	0,000
OS	0,025	0,014	1,753	0,081*	-0,003	0,054
EC	0,003	0,007	0,392	0,695	-0,012	0,017
LQ	0,000	0,000	0,287	0,774	0,000	0,000
LGPOP	-0,045	0,029	-1,576	0,116	-0,102	0,011
DENSPOP	0,000	0,000	1,959	0,051*	0,000	0,000
LGRA	0,053	0,045	1,175	0,241	-0,036	0,141
TSP	0,036	0,853	0,042	0,967	-1,642	1,713
ITP	0,020	0,027	0,731	0,466	-0,033	0,072
IRRO	0,016	0,022	0,698	0,486	-0,028	0,059
IDEB	0,009	0,005	1,616	0,107	-0,002	0,019
IPTUp _c	-0,000	0,000	-1,161	0,246	0,000	0,000
RMESO	-	-	-	0,750	-	-
RMICRO	-	-	-	0,163	-	-
PIB _{pc}	-0,000	0,000	-1,218	0,224	0,000	0,000
CONS	0,278	0,261	1,065	0,288	-0,235	0,790

***Significância ao nível de 0,01 - * Significância ao nível de 0,10.

O modelo não apresentou problema de autocorrelação, com *Durbin-Watson* no valor de 1,962, sendo maior que 1 e menor que 3 (Field, 2020). Não apresentou problema de multicolinearidade, teste VIF ($2,531 < 10$), que indica o aumento da variância de um coeficiente de regressão (Fávero et al., 2009).

O teste de *Breusch-Pagan/Cook-Weisberg* (Teste BP/CW) indicou não ter problema de heterocedasticidade (0,475), mas o teste de *White* (Teste *White*) indica haver este problema nos resíduos (0,045), é possível, através da Figura 22, verificar a homocedasticidade dos resíduos e a presença de um *outliers*.

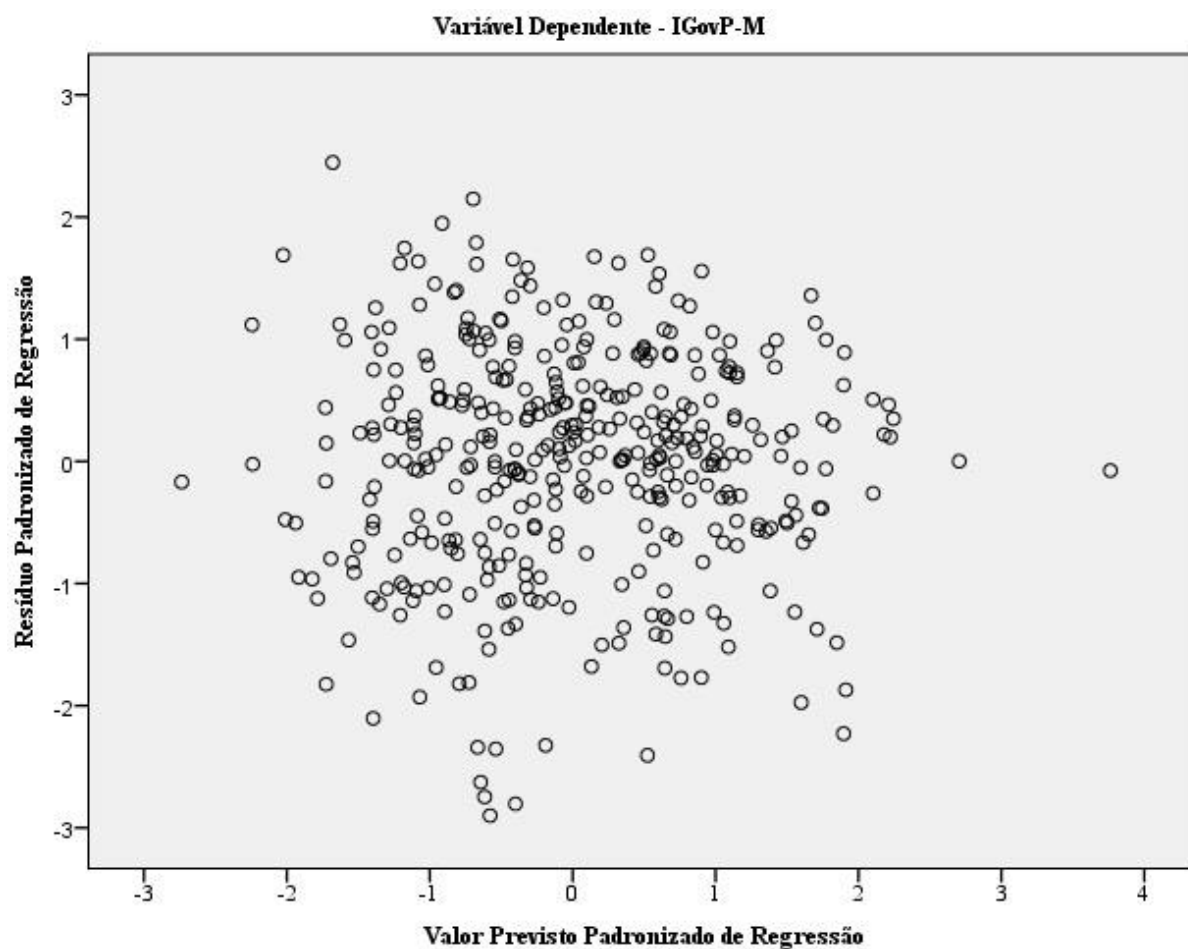


Figura 22. Scatterplot – Verificação de *Outliers* e Homocedasticidade dos dados – IGovP-M – Primeiro Modelo.

Os resíduos não apresentaram normalidade nos dados com *Kolmogorov-Smirnov* (0,000) e *Shapiro-Wilk* (0,001). Através dos gráficos Histograma e Normal P-P Plot é possível verificar a não normalidade dos resíduos, conforme demonstrado na Figura 23. As variáveis IDH-M e PARTELE foram retiradas do modelo, mesmo tendo apresentado significância estatística no nível de 1% na correlação, visto que compõem o cálculo do IGovP-M, conforme demonstrado no referencial teórico.

Dentre as variáveis que obtiveram correlação estatisticamente significativa ao nível de 1% ou 5%, somente quatro obtiveram significância estatística previsora ao nível de 1%, 5% ou 10% nesse primeiro modelo de regressão linear múltipla, sendo IPDM (0,084), IFGF (0,000), OS (0,081) e DENSPOP (0,051). Destaque-se o fator contingencial ambiente, que apresentou três variáveis independentes como previsoras com significância estatística em relação ao nível de governança pública municipal de acordo com o IGovP-M. Todas as variáveis que obtiveram significância estatística apresentaram a polaridade de avaliação conforme a expectativa apresentada na metodologia desse estudo.

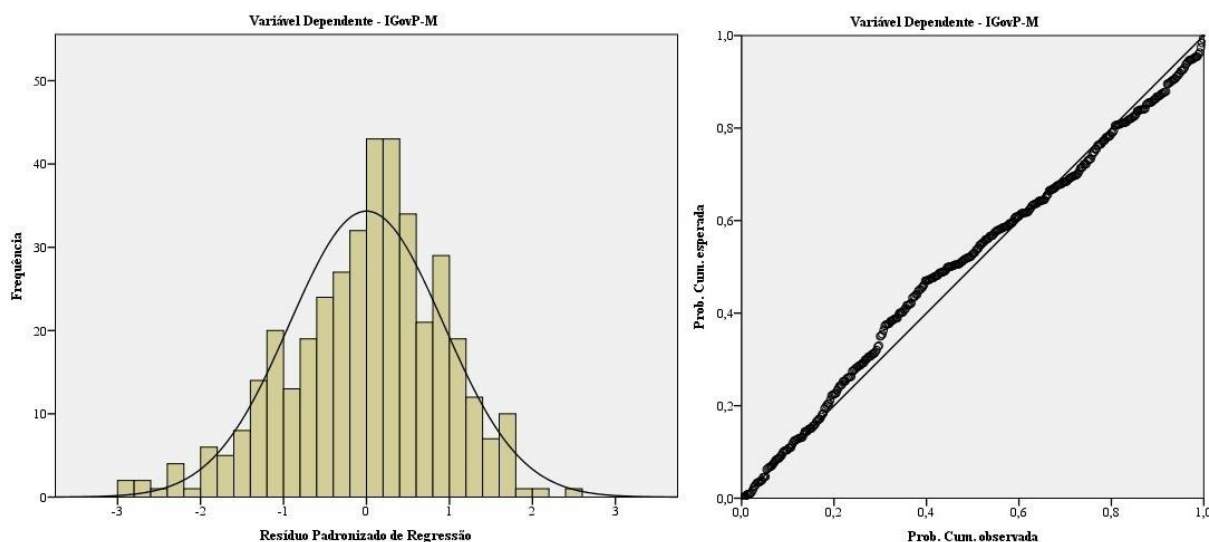


Figura 23. Histograma e gráfico P-P de normalidade para os resíduos do primeiro modelo (IGovP-M).

O tamanho da amostra do primeiro modelo ficou em 21:1 (19 variáveis com 399 observações), acima do desejável, ou seja, entre 15 e 20, devido a isso a regressão linear múltipla utilizou-se do procedimento *enter*.

Na Tabela 23, tem-se o segundo modelo de regressão linear múltipla, estatisticamente significativo ao nível de 0,000, com R^2 ajustado de 0,230, ou seja, as variáveis do modelo preveem 23,00% do nível de governança pública municipal obtido pelo município no IGovP-M. O modelo não apresentou problema de autocorrelação, com *Durbin-Watson* no valor de 2,000, sendo maior que 1 e menor que 3 (Field, 2020). Não apresentou problema de multicolinearidade, teste VIF ($1,035 < 10$).

Tabela 23

Regressão Linear Múltipla IGovP-M – Segundo Modelo

ANÁLISE DOS PRESSUPOSTOS						
Prob>F	R ² Ajustado	Durbin-Watson	Mean VIF	Teste BP/CW	Teste White	Nº Observações
0,000	0,230	2,000	1,035	0,376	0,190	399
ANÁLISES DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES						
Variável Independentes	Aleatório					
	Coefficiente	Erro Padrão	T	P-Value	Interv. Conf. 95%	
IFGF	0,130	0,020	6,373	0,000***	0,090	0,170
IPDM	0,303	0,054	5,556	0,000***	0,196	0,410
DENSPOP	0,000	0,000	2,757	0,006***	0,000	0,000
CONS	0,401	0,038	10,648	0,000***	0,327	0,475

***Significância ao nível de 0,01.

O teste de *Breusch-Pagan/Cook-Weisberg* (Teste BP/CW) e o teste de *White* (Teste White) indicam não ter problema de heterocedasticidade nos resíduos, porém o modelo apresenta dois *outliers*, conforme demonstra a Figura 24.

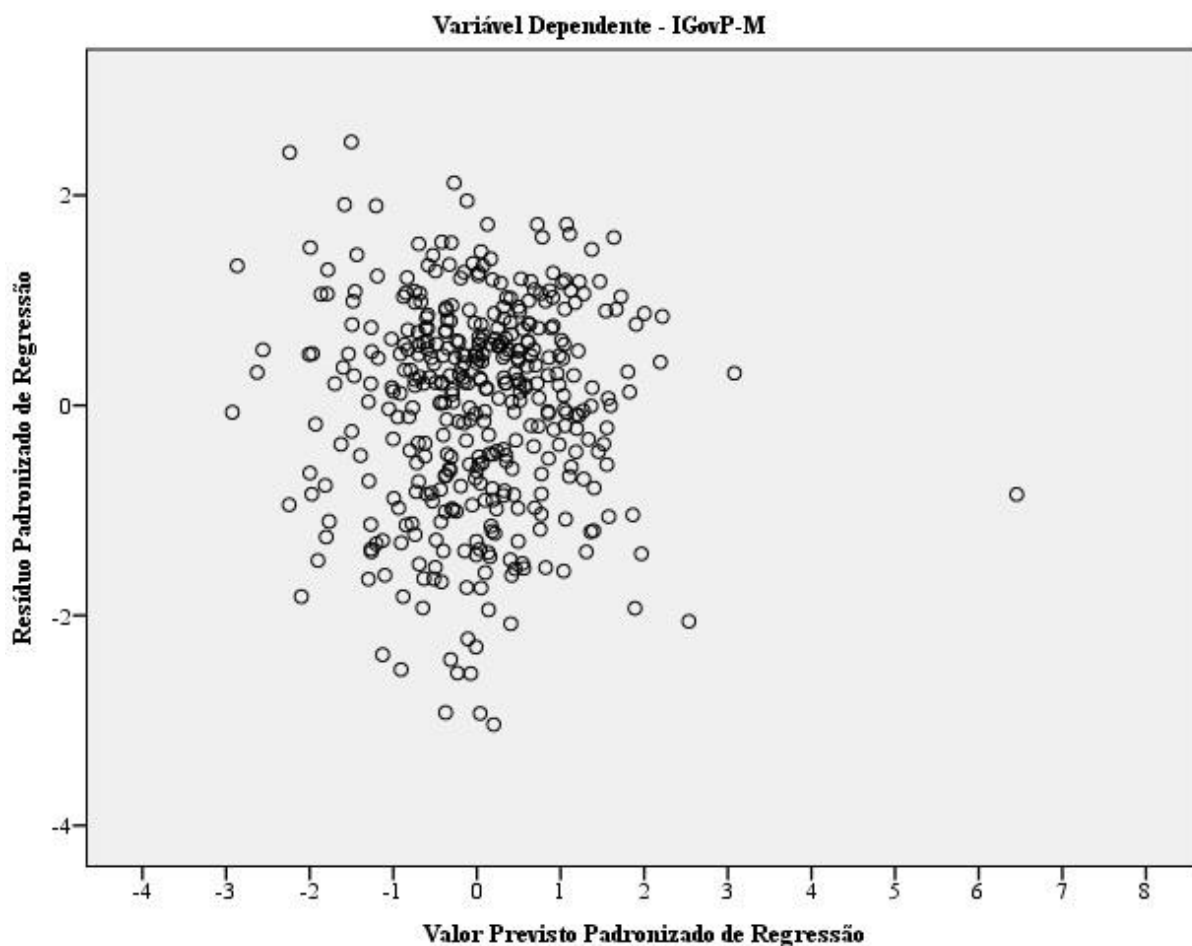


Figura 24. Scatterplot – Verificação de *Outliers* e Homocedasticidade dos dados – IGovP-M – Segundo Modelo.

Já os resíduos não apresentaram normalidade nos dados com *Kolmogorov-Smirnov* (0,000) e *Shapiro-Wilk* (0,000), conforme demonstra a Figura 25. O tamanho da amostra do segundo modelo ficou em 100:1 (4 variáveis com 399 observações), acima do desejável para o método utilizado, devido a isso a regressão linear múltipla utilizou-se do procedimento *stepwise*.

Dentro dos resultados obtidos, as variáveis IPDM (0,000) e IFGF (0,000) do fator contingencial ambiente e DENSPOP (0,006) do fator contingencial porte, obtiveram significância estatística previsoras ao nível de 1%. Todas as variáveis que obtiveram significância estatística apresentaram a polaridade de avaliação conforme a expectativa apresentada na metodologia desse estudo.

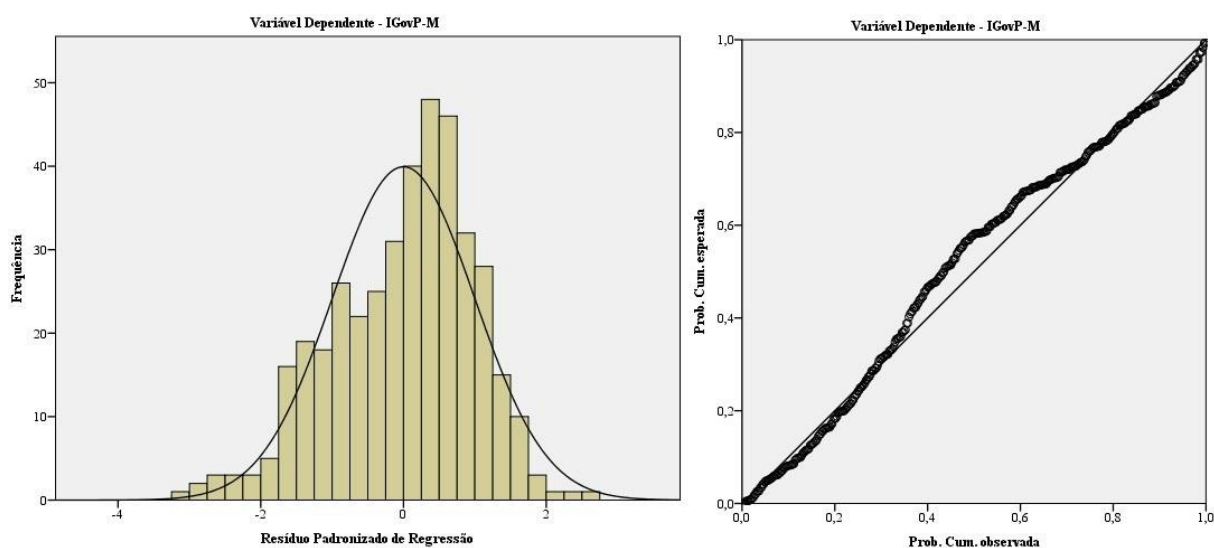


Figura 25. Histograma e gráfico P-P de normalidade para os resíduos do segundo modelo (IGovP-M).

Vale destacar que a variável OS foi excluída do modelo pelo método *stepwise*, por não ser estatisticamente significativa. Sendo assim, como todas as variáveis apresentaram significância estatística ao nível de 1%, esse é o último modelo dessa variável dependente. Assim como ocorreu com o IGM, foram executados somente dois modelos. Com os resultados obtidos, o modelo econométrico no modelo de regressão linear múltiplo para a variável dependente IGovP-M é:

$$IGovP - Mi = 0,401 + 0,130(IFGFi) + 0,303(IPDMi) + 0,000(DENSPOPi) + ei$$

Onde, “ e_i ” é o termo de erro.

O resultado demonstra a importância do IPDM como previsor na nota do IGovP-M, um índice exclusivo para o Estado do Paraná que leva em consideração três dimensões: renda, emprego e produção agropecuária; saúde e educação. Já a variável IFGF também contribuiu positivamente para o nível de governança, sendo esse índice uma demonstração do desempenho fiscal dos municípios, ou seja, a ideia de controle dos gastos com possível menor gasto com pessoal em relação a receita corrente líquida (métrica utilizada pelo IFGF), corrobora com as convicções da NPM, o que é novamente curioso visto que a expectativa era que esse índice tivesse diretrizes mais focadas na NPG devido a sua metodologia, com temas como equidade e

participação. Mas lembre-se que a NPG não exclui totalmente as características da NPM, buscase um equilíbrio com novos fundamentos básicos (Wiesel & Modell, 2014).

Destaque-se que novamente o fator contingencial ambiente obteve êxito como previsor da pontuação desse índice, assim como ocorreu com o IGM, ficando evidente a sua importância (Cadez & Guilding, 2008; Covaleski et al., 2003; Prajogo, 2016; Wadongo & Abdel-Kader, 2014). O fator contingencial porte também foi previsor da pontuação do IGovP-M, corroborando com resultado de outros estudos realizados (Aquino et al., 2021; Fiirst & Beuren, 2021; Rabito et al., 2022; Sell et al., 2020).

4.4 IAGP-M

Nesta quarta etapa da análise dos resultados apresenta-se o teste de correlação entre as variáveis IGM e IGovP-M para demonstrar a viabilidade de incorporar os dois índices em um só, criando assim o IAGP-M. Em seguida, realiza-se o teste de diferencial de médias por porte municipal (teste t de amostra independente) da variável dependente IAGP-M. Já para fins de correlação, utiliza-se da correlação de *Pearson*, por fim realiza-se a regressão linear múltipla. Em todas as subetapas procedeu-se comentários pertinentes referentes aos resultados obtidos.

Antes de adentrar-se aos testes estatísticos dos dados coletados na pesquisa bibliográfica, segue uma demonstração, específica da variável dependente IAGP-M, referente aos resultados apresentados pelos municípios do Estado do Paraná. Como informado no referencial teórico a pontuação do IAGP-M segue a mesma pontuação do IGovP-M, ou seja, vai de 0 a 1, com os níveis muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo. Na Figura 26 é possível verificar um panorama geral da pontuação obtida pelos municípios paranaenses.

Dos 399 municípios analisados, somente 1 (0,25%) apresentou nível muito alto de governança pública municipal, Curitiba. Lembra-se que a capital do Estado obteve nível muito alto referente ao IGM e IGovP-M. Já com nível alto de governança pública municipal tem-se 61 municípios (15,29%). No nível médio de governança pública municipal aparecem 235 (58,90%) mais da metade dos municípios paranaenses. No nível baixo de governança pública municipal, 98 (24,56%). Por fim, 4 (1%), classificaram-se com nível muito baixo de governança pública municipal. A grande maioria dos municípios do Estado do Paraná, 235 (58,90%), estão no nível de classificação médio do índice, IAGP-M, demonstrando uma análise não tão positiva como a encontrada no IGovP-M, mas também, não tão negativa como a encontrada no IGM. A Figura 27 apresenta, de forma global, o quantitativo de municípios por faixa de resultado do IAGP-M, destacando a mesorregião.

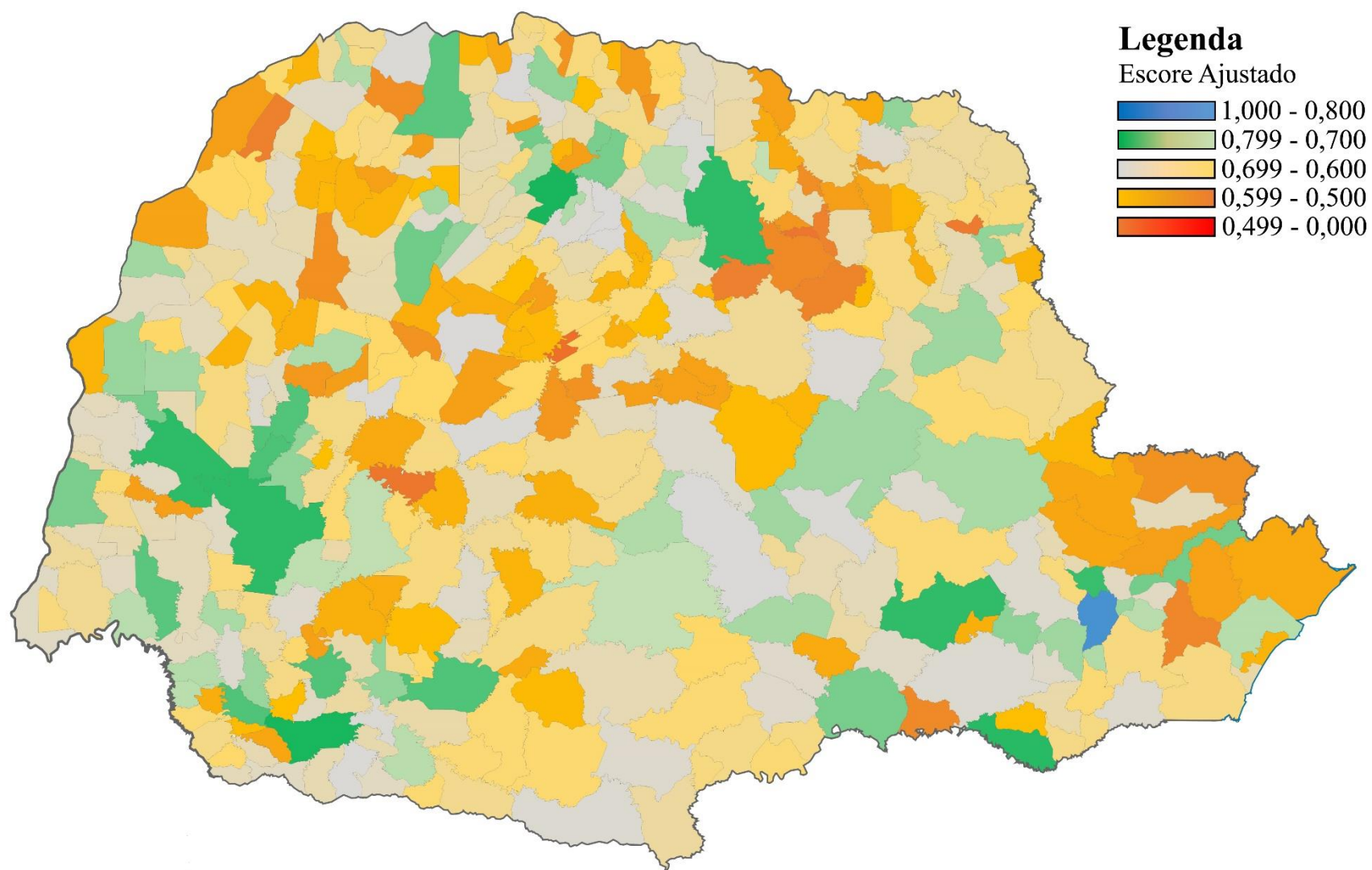


Figura 26. Panorama Geral da Pontuação do IAGP-M.

Nível de Governança Pública Municipal - IAGP-M

■ Muito Alto (1) ■ Alto (61) ■ Médio (235) ■ Baixo (98) ■ Muito Baixo (4)

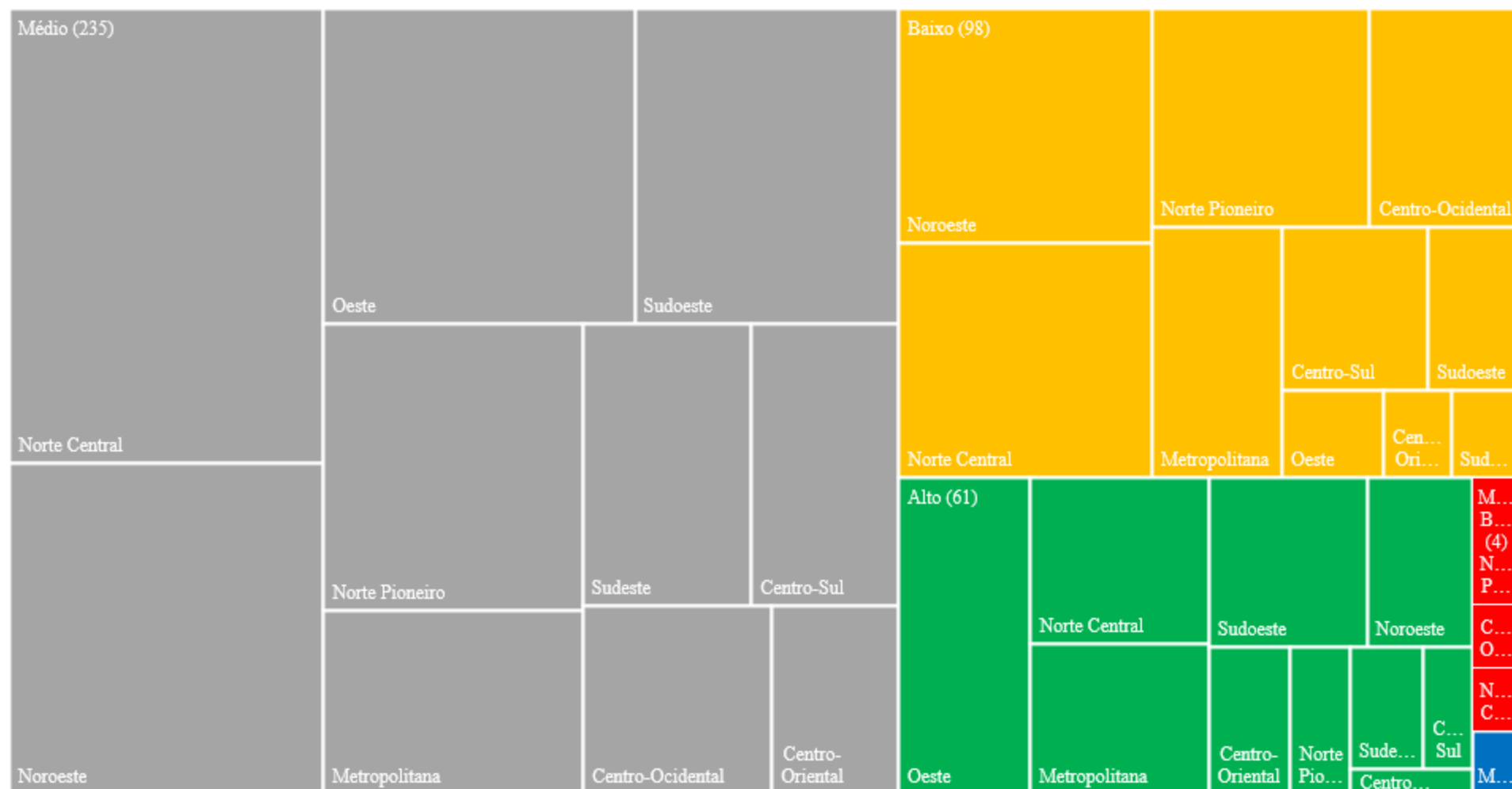


Figura 27. Nível de Governança Pública Municipal – IAGP-M.

4.4.1 Correlação dos Índices de Avaliação da Governança Pública Municipal

O objetivo da realização da correlação entre os índices de avaliação da governança pública municipal se faz necessário para comprovar, de forma empírica, a possibilidade da fusão dos dois índices, IGM e IGovP-M. A tabela 24 demonstra correlação com significância estatística ao nível de 1% entre o índice criado, IAGP-M com o IGM, o mesmo ocorre com o IGovP-M. Os resultados demonstraram correlação de 0,762 do IGM e 0,754 do IGovP-M, essa informação é importante pois demonstra que nenhum índice foi favorecido em relação ao outro na realização do IAGP-M, ficando os dois índices com correlação praticamente similares. Foi aplicado a correlação de *Pearson*, visto a normalidade dos dados do IAGP-M conforme já demonstrado.

Tabela 24

Matriz de Correlação de *Pearson* dos Índices de Avaliação da Governança Pública Municipal

Variáveis Dependentes		IAGP-M	IGM	IGovP-M
IAGP-M	Correlação	1	0,762***	0,754***
	Sig.	-	0,000	0,000
IGM	Correlação	0,762***	1	0,149***
	Sig.	0,000	-	0,003
IGovP-M	Correlação	0,754***	0,149***	1
	Sig.	0,000	0,003	-

***Significância ao nível de 0,01.

Importante notar que a correlação entre o IGM e o IGovP-M também teve significância estatística ao nível de 1%, com correlação fraca de 0,149. Demonstra-se assim não haver muita similaridade na metodologia aplicada pelos dois índices, validando ainda mais sua fusão para a criação de um índice novo.

4.4.2 Teste de Diferencial de Médias por Porte do Município

A tabela 25 apresenta a estatística descritiva e o teste de diferencial de médias (teste t de *Student*) do IAGP-M observado por porte do município, sendo pequeno porte para os municípios com população abaixo ou igual a 100.000 habitantes e grande porte para municípios com população acima de 100.000 habitantes. O teste t independente mostrou que, em média, os

municípios de grande porte apresentaram nota superior aos de pequeno porte, com nível de significância estatística de 1%. Mesmo resultado encontrado no IGM e IGovP-M.

Tabela 25

Estatística Descritiva e Teste de Diferencial de Médias do IAGP-M versus Porte do Município

Variável Dependente	Grupo	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	T de Student p-valor
IAGP-M	Grande	21	0,6155	0,8421	0,7173	0,0550	0,000***
	Pequeno	378	0,4476	0,7874	0,6356	0,0594	

***Significância ao nível de 0,01.

Em relação aos municípios de grande porte temos novamente, conforme já fora comentado, o município de Curitiba (1.933.105 habitantes) e o município de grande porte com a pior pontuação no IAGP-M foi Ponta Grossa (351.736 habitantes). Essas mesmas colocações foram encontradas na análise do IGM para o teste de diferencial de média dos municípios de grande porte. Já em relação aos municípios de pequeno porte, o com maior pontuação foi Francisco Beltrão (91.093 habitantes), novamente a mesma colocação encontrada no IGM, e a população está próxima ao nível de ser considerada uma cidade de grande porte, ou seja, acima de 100.000 habitantes. Em relação ao município com a pior pontuação no IAGP-M temos Godoy Moreira (2.946 habitantes), diferentemente do que foi apresentado nos outros dois índices.

4.4.3 Correlação

Para a realização da correlação, seguiu-se os mesmos parâmetros do IGM, correlação de *Pearson*, visto a normalidade dos dados coletados na pesquisa bibliográfica. Na Tabela 26 é possível notar as 29 variáveis utilizadas no estudo. Dessas, 25 variáveis tiveram correlação ao nível de significância estatística de 1% ou 5% em relação a variável dependente IAGP-M, mesmo número apresentado pela variável dependente IGM.

As variáveis independentes e de controle com significância estatística foram: IDH-M (0,413), IPDM (0,382), IFDM (0,404), IFGF (0,485), IGD (-0,498), PIB (0,276), OS (0,359), IDP (-0,364), EC (0,146), LGPOP (0,535), DENSPOP (0,276), LGRA (0,558), TSP (0,181), PARTELE (0,153), ITP (0,230), EP (0,124), IRRO (0,125), IEOC (0,137), IDEB (0,260), RCLpc (-0,243), IPTUpC (0,222), BF-M (-0,167), RMESO (0,172), RMICRO (0,181) e PIBpc (0,201), conforme demonstra-se na Tabela 26.

Tabela 26

Correlação de Pearson Variável Dependente IAGP-M – Parte 1

Variáveis	IAGP-M	IDH-M	IPDM	IFDM	IFGF	IGD	PIB	OS	IDP	EC	LQ	LGPOP	DENSPOP	LGRA	TSP	PARTELE
IAGP-M	1															
IDH-M	0,413**	1														
IPDM	0,382**	0,664**	1													
IFDM	0,404**	0,646**	0,630**	1												
IFGF	0,485**	0,290**	0,307**	0,297**	1											
IGD	-0,498**	-0,461**	-0,270**	-0,437**	-0,374**	1										
PIB	0,276**	0,300**	0,244**	0,255**	0,125*	-0,377**	1									
OS	0,359**	0,381**	0,286**	0,424**	0,232**	-0,478**	0,419**	1								
IDP	-0,364**	0,020	0,144**	-0,028	-0,161**	0,289**	-0,105*	-0,210**	1							
EC	0,146**	0,037	0,017	0,055	-0,047	-0,228**	0,068	0,090	-0,088	1						
LQ	0,051	-0,013	0,056	0,116*	0,115*	-0,041	-0,010	-0,043	-0,031	0,005	1					
LGPOP	0,535**	0,333**	0,187**	0,381**	0,294**	-0,719**	0,509**	0,609**	-0,657**	0,139**	0,010	1				
DENSPOP	0,276**	0,261**	0,171**	0,211**	0,119*	-0,367**	0,834**	0,241**	-0,145**	0,063	0,000	0,460**	1			
LGRA	0,558**	0,419**	0,295**	0,460**	0,356**	-0,798**	0,579**	0,655**	-0,452**	0,134**	0,011	0,962**	0,502**	1		
TSP	0,181**	0,250**	-0,017	0,177**	0,107*	-0,580**	0,214**	0,302**	-0,134**	0,169**	-0,003	0,402**	0,266**	0,432**	1	
PARTELE	0,153**	-0,020	0,054	-0,030	-0,062	0,219**	-0,072	-0,105*	0,192**	-0,050	-0,077	-0,237**	-0,063	-0,213**	-0,142**	1
ITP	0,230**	0,138**	0,152**	0,179**	0,254**	-0,165**	0,094	0,166**	-0,088	-0,143**	-0,078	0,206**	0,087	0,229**	0,055	-0,009
GENPREF	-0,022	-0,103*	-0,049	-0,087	0,029	0,086	-0,024	-0,091	0,088	0,047	-0,026	-0,086	0,070	-0,071	-0,090	-0,003
IDPREF	0,076	0,043	0,002	0,049	0,115*	-0,068	0,080	0,048	-0,081	0,047	0,025	0,119*	0,090	0,107*	0,039	-0,003
EP	0,124*	0,167**	0,128*	0,098*	0,073	-0,119*	0,037	-0,004	-0,017	0,041	0,022	0,109*	0,069	0,133**	0,099*	-0,027
IRRO	0,125**	-0,023	0,035	0,024	0,150**	-0,172**	0,020	-0,030	-0,018	-0,049	0,027	0,059	0,032	0,101*	0,029	-0,015
IEOC	0,137**	-0,027	-0,009	0,024	0,082	-0,310**	0,051	0,063	-0,007	0,101*	-0,018	0,129**	0,090	0,181**	0,079	-0,068
IDEB	0,260**	0,434**	0,483**	0,430**	0,216**	-0,100*	0,035	0,116*	0,037	-0,057	0,049	0,028	0,022	0,068	-0,017	0,082
RCLpc	-0,243**	0,078	0,192**	0,010	-0,008	0,137**	-0,074	-0,175**	0,936**	-0,062	-0,027	-0,574**	-0,110*	-0,354**	-0,033	0,158**
IPTUp	0,222**	0,431**	0,176**	0,346**	0,162**	-0,580**	0,288**	0,369**	-0,075	0,125*	-0,001	0,431**	0,299**	0,489**	0,831**	-0,170**
BF-M	-0,167**	-0,199**	-0,223**	-0,188**	-0,286**	0,170**	0,019	-0,076	0,120*	0,099*	-0,048	-0,121*	-0,005	-0,124*	-0,061	0,002
RMESO	0,172**	0,162**	0,140**	0,137**	0,207**	0,087	-0,069	-0,025	0,044	-0,081	0,050	-0,092	-0,068	-0,080	-0,095	0,110*
RMICRO	0,181**	-0,195**	-0,209**	-0,096	0,088	-0,148**	0,145**	0,099*	-0,215**	-0,104*	-0,041	0,304**	0,160**	0,290**	0,097	0,058
DIRPART	0,062	-0,044	-0,025	-0,012	0,059	0,036	-0,104*	-0,081	-0,083	-0,078	0,046	-0,017	-0,076	-0,036	-0,059	-0,040
PIBpc	0,201**	0,331**	0,446**	0,317**	,302**	-0,189**	0,226**	0,188**	0,208**	-0,035	0,051	0,183**	0,086	0,299**	-0,176**	0,017

Continua

Legenda: ** p<0,01; * p<0,05.

Tabela 26

Correlação de Pearson Variável Dependente IAGP-M – Parte 2

Variáveis	ITP	GENPREF	IDPREF	EP	IRRO	IEOC	IDEB	RCLpc	IPTUp	BF-M	RMESO	RMICRO	DIRPART	PIBpc
IAGP-M														
IDH-M														
IPDM														
IFDM														
IFGF														
IGD														
PIB														
OS														
IDP														
EC														
LQ														
LGPOP														
DENSPOP														
LGRA														
TSP														
PARTELE														
ITP	1													
GENPREF	-0,019	1												
IDPREF	0,058	0,064	1											
EP	-0,058	0,063	-0,259**	1										
IRRO	0,054	-0,032	-0,093	0,065	1									
IEOC	0,085	0,019	-0,003	0,029	0,087	1								
IDEB	0,126*	-0,034	-0,047	0,096	0,036	-0,061	1							
RCLpc	-0,054	0,100*	-0,077	0,025	0,014	0,093	0,072	1						
IPTUp	0,079	-0,071	0,053	0,122*	0,022	0,031	0,090	0,009	1					
BF-M	-0,071	0,045	-0,009	-0,099*	-0,026	-0,014	-0,217**	0,074	-0,100*	1				
RMESO	0,092	-0,129**	-0,003	0,065	0,013	-0,152**	0,163**	0,073	-0,036	-0,148*	1			
RMICRO	0,127*	-0,019	0,049	-0,040	0,160**	0,198**	-0,148**	-0,188**	0,066	-0,001	0,275**	1		
DIRPART	-0,070	0,090	-0,011	0,008	0,019	0,018	-0,016	-0,059	-0,027	0,017	0,095	0,115*	1	
PIBpc	0,104*	0,025	0,020	0,029	0,081	0,031	0,182**	0,223**	0,109*	-0,073	0,025	0,071	-0,054	1

Legenda: ** p<0,01; * p<0,05.

Dentre as 25 variáveis estatisticamente significativas, três chamaram atenção pela correlação inversa à expectativa, sendo EC, RCLpc e BF-M, isso quer dizer que quanto maior o endividamento do município, quanto menor a Receita Corrente Líquida (RCL) do município por habitantes e quanto menor o valor médio pago pelo benefício social, chamado Bolsa Família, maior será a pontuação dos municípios no índice, contrariando assim os conceitos de governança pública na área de eficiência, eficácia e benevolência. Lembra-se também que a variável RCLpc já foi utilizada em outro estudo como fator de desempenho de um município (Sell et al., 2020).

Dos fatores contingenciais do estudo (ambiente, estrutura, porte, cultura, liderança, tecnologia e estratégia), todos apresentaram correlação significativa com o índice de avaliação da governança pública municipal.

4.4.4 Regressão Linear Múltipla

Conforme demonstra a Tabela 27, o primeiro modelo apresenta-se estatisticamente significativo ao nível de 0,000, com R^2 ajustado de 0,493, ou seja, as variáveis do modelo preveem 49,30% do nível de governança pública municipal obtido pelo município no IAGP-M.

O modelo não apresentou problema de autocorrelação, com *Durbin-Watson* no valor de 1,854, sendo maior que 1 e menor que 3 (Field, 2020). Não apresentou problema de multicolinearidade, teste VIF ($2,518 < 10$). O teste de *Breusch-Pagan/Cook-Weisberg* (Teste BP/CW) e o teste de *White* (Teste *White*) indicam não ter problema de heterocedasticidade nos resíduos, o modelo apresentou dois *outliers*, como demonstra a Figura 28.

Já os resíduos apresentaram normalidade nos dados com *Kolmogorov-Smirnov* (0,200) e teste *Shapiro-Wilk* (0,088), a normalidade dos resíduos pode ser confirmada também através dos gráficos apresentados na Figura 29. O tamanho da amostra do primeiro modelo ficou em 19:1 (21 variáveis com 399 observações), dentro do desejável, que é entre 15 e 20, devido a isso a regressão linear múltipla utilizou-se do procedimento *enter* para alimentação dos dados.

As variáveis IDH-M, IFGF, PARTELE e IDEB foram retiradas do modelo, mesmo tendo apresentado significância estatística no nível de 1% na correlação, visto que as variáveis compõem o cálculo dos índices (IGM ou IGovP-M), conforme demonstrado no referencial teórico, não sendo plausível a utilização dessas variáveis no modelo de regressão. O mesmo procedimento foi realizado com os outros índices na realização dos seus modelos.

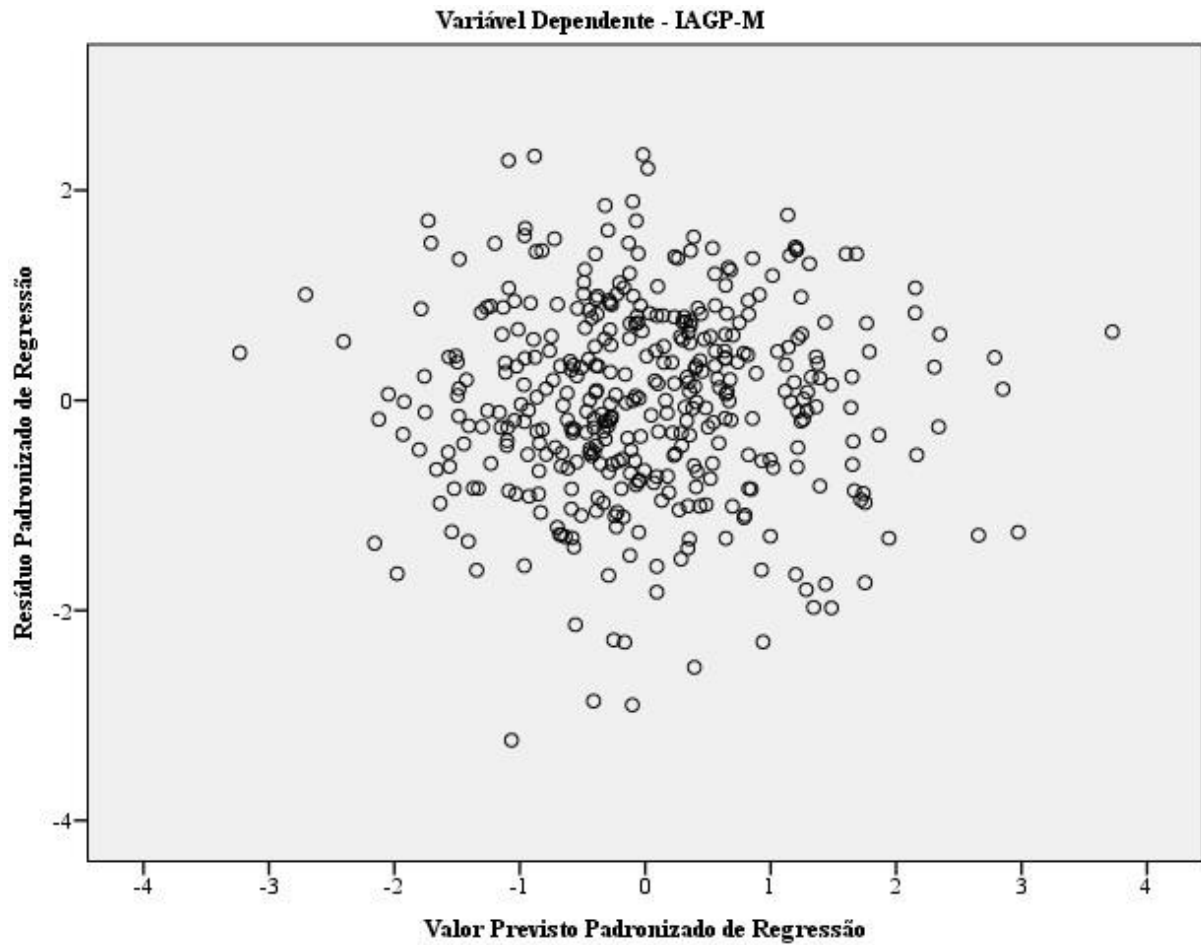


Figura 28. Scatterplot – Verificação de *Outliers* e Homocedasticidade dos dados – IAGP-M – Primeiro Modelo.

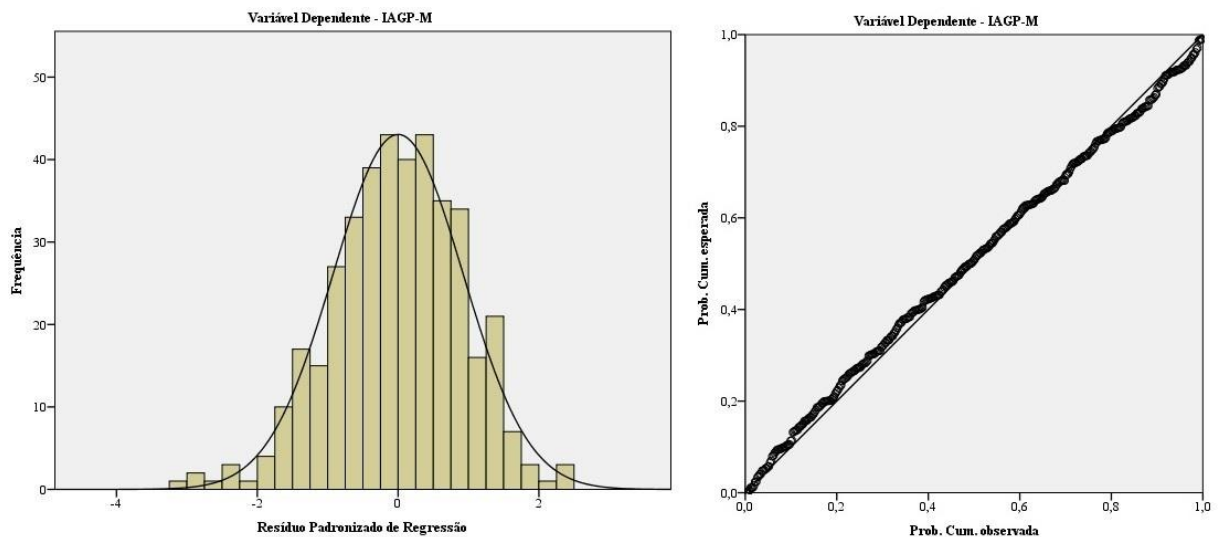


Figura 29. Histograma e gráfico P-P de normalidade para os resíduos do primeiro modelo (IAGP-M).

Dentre as variáveis que obtiveram correlação estatisticamente significativa ao nível de 1% ou 5%, sete obtiveram significância preditora ao nível de 1%, 5% ou 10% nesse primeiro

modelo de regressão linear múltipla, sendo IPDM (0,001), PIB (0,033), IDP (0,000), EC (0,007), LGPOP (0,000); DESNPOP (0,062) e LGRA (0,000).

Tabela 27

Regressão Linear Múltipla IAGP-M – Primeiro Modelo

ANÁLISE DOS PRESSUPOSTOS						
Prob>F	R² Ajustado	Durbin-Watson	Mean VIF	Teste BP/CW	Teste White	Nº Observações
0,000	0,493	1,854	2,518	0,846	0,851	399
ANÁLISES DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES E DE CONTROLE						
Variável Independentes / Controle	Aleatório					
Coefficiente	Erro Padrão	T	P-Value	Interv. Conf. 95%		
IPDM	0,227	0,068	3,314	0,001***	0,092	0,361
IFDM	0,019	0,061	0,307	0,759	-0,102	0,139
IGD	0,052	0,048	1,077	0,282	-0,043	0,146
PIB	-0,000	0,000	-2,136	0,033**	0,000	0,000
OS	0,011	0,012	0,876	0,382	-0,013	0,035
IDP	-0,000	0,000	-6,183	0,000***	0,000	0,000
EC	0,017	0,006	2,699	0,007***	0,005	0,029
LGPOP	-0,246	0,060	-4,112	0,000***	-0,363	-0,128
DENSPPOP	0,000	0,000	1,869	0,062*	0,000	0,000
LGRA	0,306	0,068	4,472	0,000***	0,172	0,441
TSP	0,369	0,731	0,505	0,614	-1,069	1,807
ITP	0,022	0,022	1,007	0,315	-0,021	0,066
EP	0,000	0,002	0,128	0,898	-0,003	0,004
IRRO	0,011	0,019	0,572	0,568	-0,026	0,048
IEOC	-0,008	0,023	-0,356	0,722	-0,054	0,038
RCLpc	0,000	0,000	1,478	0,140	0,000	0,000
IPTUp	-0,000	0,000	-0,857	0,392	0,000	0,000
BF-M	0,000	0,000	0,322	0,748	0,000	0,000
RMESO	-	-	-	0,964	-	-
RMICRO	-	-	-	0,727	-	-
PIBpc	0,000	0,000	0,165	0,869	0,000	0,000
CONS	-0,794	0,300	-2,649	0,008***	-1,384	-0,205

***Significância ao nível de 0,01 - ** Significância ao nível de 0,05 - * Significância ao nível de 0,10.

As variáveis PIB do fator contingencial ambiente, IDP do fato contingencial estrutura e LGPOP do fator contingencial porte, apresentaram significância estatística a nível de 5% ou 1%, porém com resultado inverso ao esperado, visto que as variáveis contribuíram com a diminuição no nível de governança pública municipal referente ao IAGP-M e o esperado era que quanto maior fosse o PIB, maior seria o nível de governança pública municipal considerando a maior disponibilidade de arrecadação disponíveis para a execução de projetos e

políticas públicas que contribuam com o desenvolvimento de uma boa governança, demonstrando também maior crescimento econômico e governança pública (Kormendi & Meguire, 1985). O mesmo ocorre com a variável LGPOP do fator contingencial porte, que apresentou significância estatística ao nível de 1%, mas com resultado inverso ao esperado, ou seja, quanto menor a população do município, maior será sua pontuação no IAGP-M, contradizendo os achados de outros estudos (Aquino et al., 2021; Shapiro, 2006) e do teste de diferencial de médias realizado por esta pesquisa, onde todos os índices demonstraram média superior em municípios de grande porte, ou seja, com população acima de 100.000 habitantes.

Na Tabela 28 tem-se o segundo modelo de regressão linear múltipla, estatisticamente significativo ao nível de 0,000, com R^2 ajustado de 0,461, isto é, as variáveis do modelo preveem 46,10% do nível de governança pública municipal obtido pelo município no IAGP-M. O modelo não apresentou problema de autocorrelação, com *Durbin-Watson* no valor de 1,894, sendo maior que 1 e menor que 3 (Field, 2020). Não apresentou problema de multicolinearidade, teste VIF ($1,020 < 10$).

Tabela 28

Regressão Linear Múltipla IAGP-M – Segundo Modelo

ANÁLISE DOS PRESSUPOSTOS						
Prob>F	R ² Ajustado	<i>Durbin-Watson</i>	Mean VIF	Teste BP/CW	Teste <i>White</i>	Nº Observações
0,000	0,461	1,894	1,020	0,723	0,533	399
ANÁLISES DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES						
Variável Independentes	Aleatório					
	Coefficiente	Erro Padrão	T	P-Value	Interv. Conf. 95 %	
LGRA	0,321	0,043	7,525	0,000***	0,237	0,405
IPDM	0,298	0,046	6,463	0,000***	0,208	0,389
IDP	-0,000	0,000	-8,249	0,000***	0,000	0,000
LGPOP	-0,269	0,042	-6,389	0,000***	-0,352	-0,186
EC	0,012	0,006	2,091	0,037**	0,001	0,023
CONS	-0,807	0,141	-5,738	0,000***	-1,083	-0,530

***Significância ao nível de 0,01 - ** Significância ao nível de 0,05.

O teste de *Breusch-Pagan/Cook-Weisberg* (Teste BP/CW) e o teste de *White* (Teste *White*) indicam não ter problema de heterocedasticidade nos resíduos, porém o modelo apresentou três *outliers*, conforme demonstra a Figura 30. Já os resíduos apresentaram normalidade nos dados com *Kolmogorov-Smirnov* (0,118) e *Shapiro-Wilk* (0,083), conforme pode-se verificar na Figura 31.

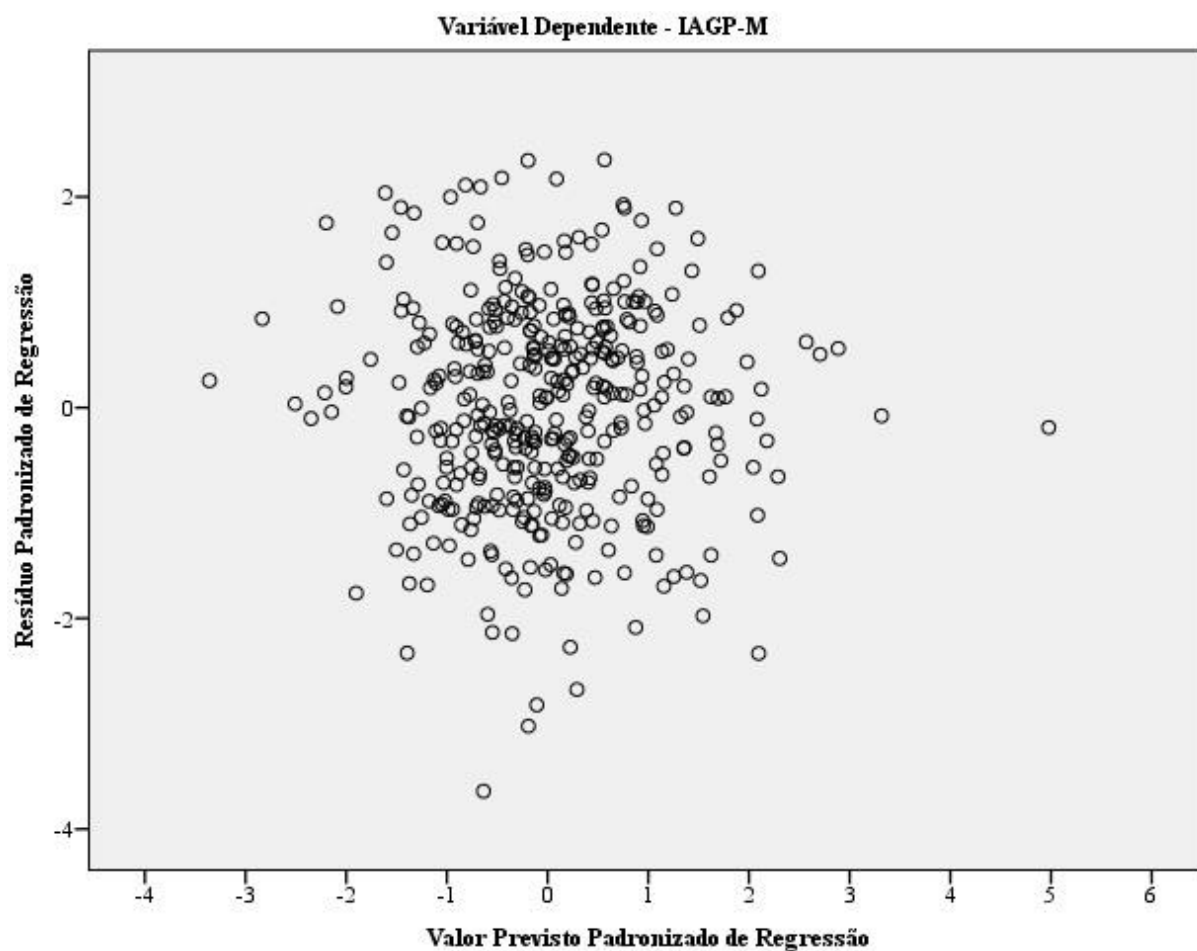


Figura 30. Scatterplot – Verificação de *Outliers* e Homocedasticidade dos dados – IAGP-M – Segundo Modelo.

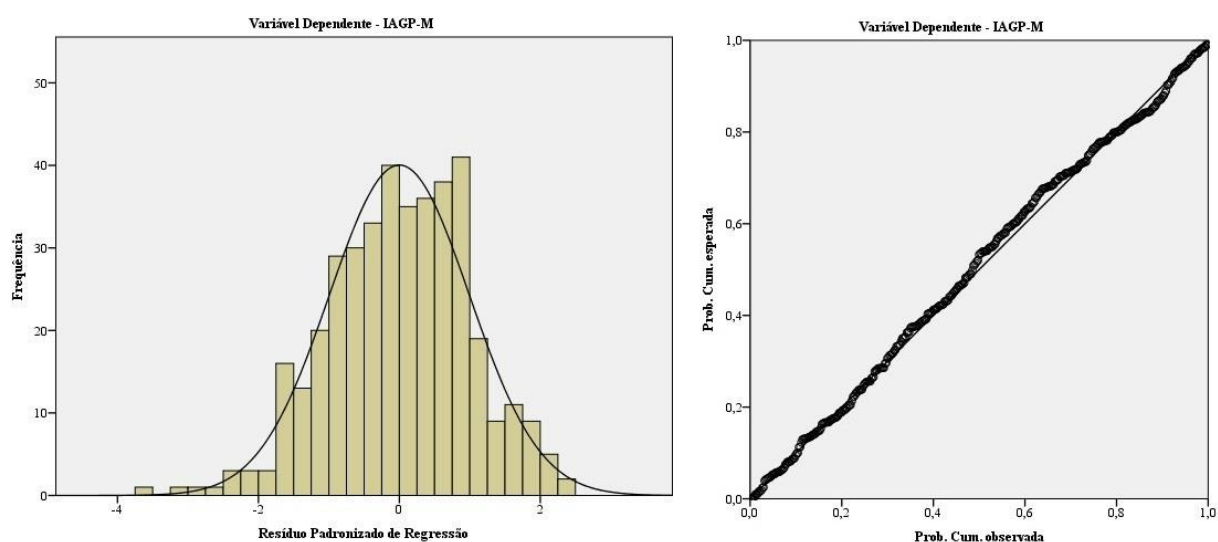


Figura 31. Histograma e gráfico P-P de normalidade para os resíduos do segundo modelo (IAGP-M).

O tamanho da amostra do segundo modelo ficou em 57:1 (7 variáveis com 399 observações), acima do desejável para o método utilizado, devido a isso a regressão linear

múltipla utilizou-se do procedimento *stepwise*. As variáveis PIB, do fator contingencial ambiente, e DENSPOP, do fator contingencial porte, foram excluídas do modelo já que não apresentaram significância estatística.

Dentro dos resultados obtidos, as variáveis IPDM (0,000) do fator contingencial ambiente, IDP (0,000) do fator contingencial estrutura e LGPOP (0,000) e LGRA (0,000) do fator contingencial porte, obtiveram significância previsora ao nível de 1%. Já a variável EC (0,037) do fator contingencial estrutura apresentou nível de significância de 5%, e foi excluída do terceiro e último modelo.

Na Tabela 29, tem-se o terceiro e último modelo de regressão linear múltipla referente a variável dependente IAGP-M, sendo o modelo estatisticamente significativo ao nível de 0,000, com R^2 ajustado de 0,403, ou seja, as variáveis do modelo preveem 40,30% do nível de governança pública municipal obtido pelo município no IAGP-M.

Tabela 29

Regressão Linear Múltipla IAGP-M – Terceiro Modelo

ANÁLISE DOS PRESSUPOSTOS						
Prob>F	R ² Ajustado	Durbin-Watson	Mean VIF	Teste BP/CW	Teste White	Nº Observações
0,000	0,403	1,950	1,405	0,773	0,769	399
ANÁLISES DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES						
Variável Independentes	Aleatório					
	Coefficiente	Erro Padrão	T	P-Value	Interv. Conf. 95 %	
LGRA	0,053	0,007	7,389	0,000***	0,039	0,068
IPDM	0,351	0,048	7,345	0,000***	0,257	0,445
IDP	-0,000	0,000	-5,466	0,000***	0,000	0,000
CONS	0,021	0,055	0,383	0,702	-0,087	0,130

***Significância ao nível de 0,01.

O modelo não apresentou problema de autocorrelação, com *Durbin-Watson* no valor de 1,950, sendo maior que 1 e menor que 3 (Field, 2020). Não apresentou problema de multicolinearidade, teste VIF ($1,405 < 10$). O teste de *Breusch-Pagan/Cook-Weisberg* (Teste BP/CW) e o teste de *White* (Teste *White*) indicam não ter problema de heterocedasticidade nos resíduos, mas o modelo apresentou quatro *outliers*, conforme demonstra a Figura 32. Já os resíduos apresentaram normalidade nos dados com *Kolmogorov-Smirnov* (0,200) e *Shapiro-Wilk* (0,192), como verifica-se também através dos gráficos apresentados na Figura 33.

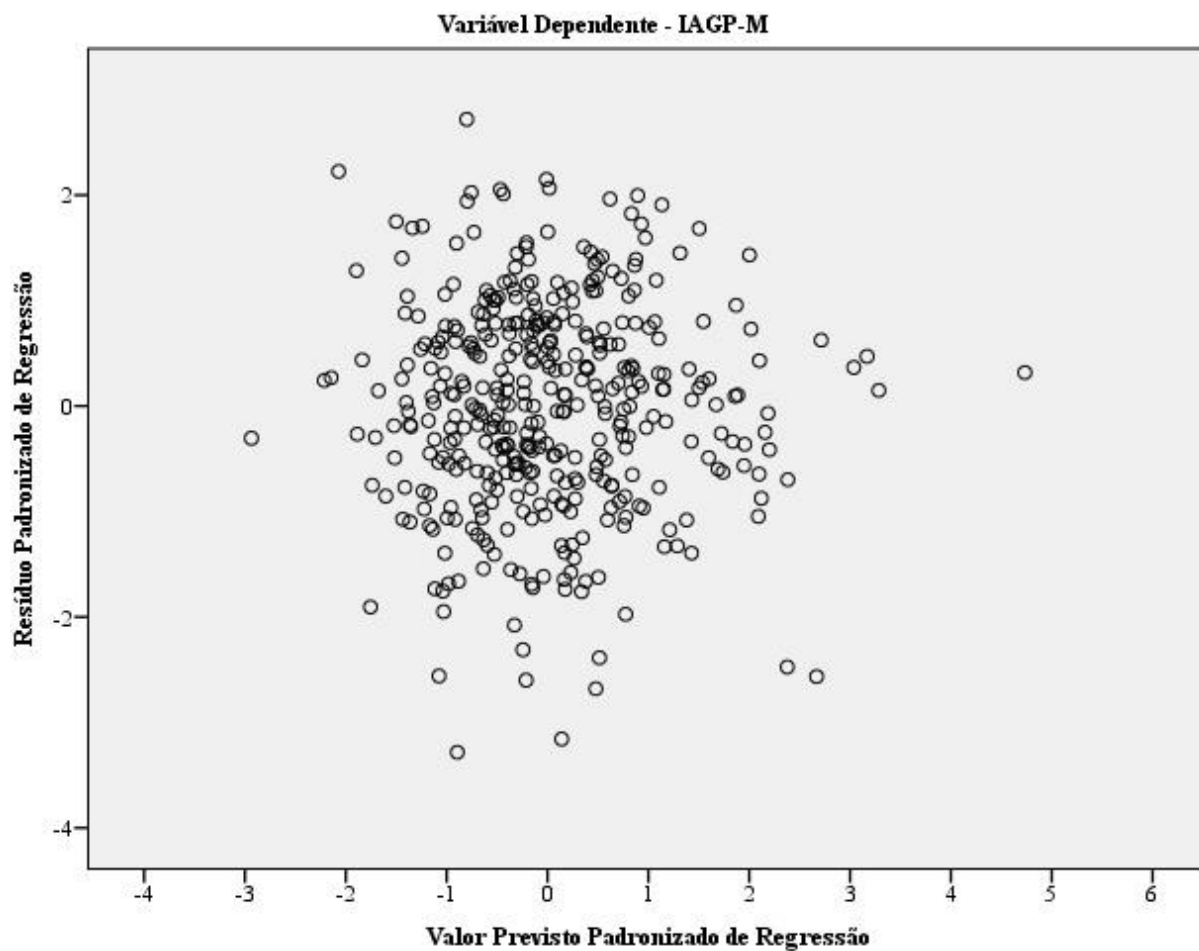


Figura 32. Scatterplot – Verificação de *Outliers* e Homocedasticidade dos dados – IAGP-M – Terceiro Modelo.

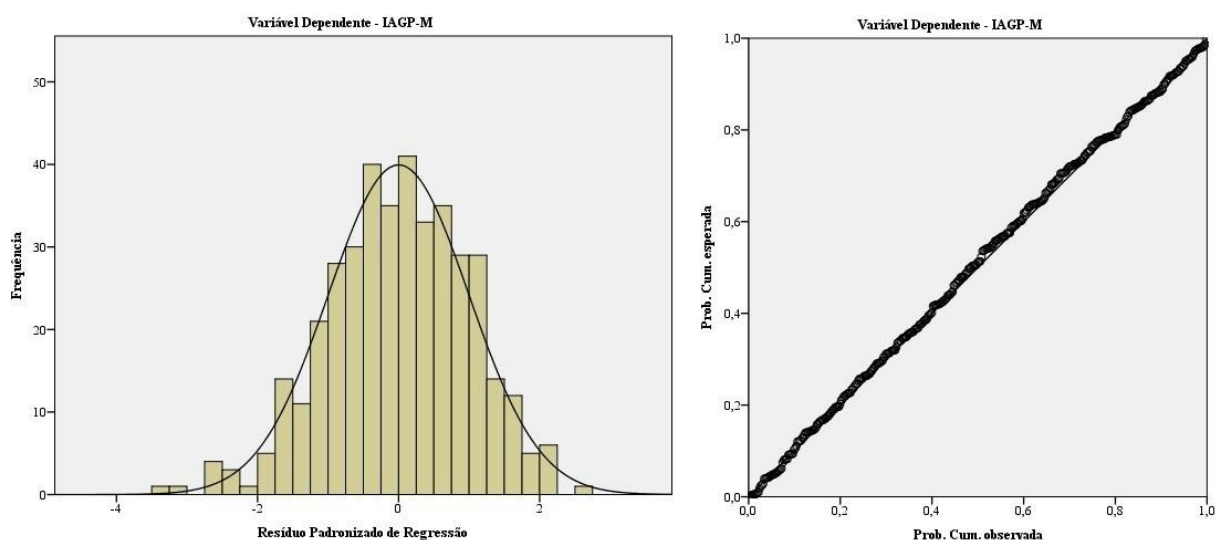


Figura 33. Histograma e gráfico P-P de normalidade para os resíduos do terceiro modelo (IAGP-M).

O tamanho da amostra do terceiro modelo ficou em 133:1 (3 variáveis com 399 observações), acima do desejável para o método utilizado, devido a isso a regressão linear

múltipla utilizou-se do procedimento *stepwise*. A variável LGPOP precisou ser excluída do modelo visto que apresentou problema de multicolinearidade.

De acordo com Gujarati (2011) a presença de elevada correlação entre variáveis explicativas não constitui em estimadores ruins ou fracos, sendo assim a presença de multicolinearidade pode não ser realmente um problema para o modelo. Vasconcellos e Alves (2000) concluem que a existência de multicolinearidade não prejudica o propósito de formulação de previsores. Porém, com o intuito de manter os pressupostos do modelo de regressão por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), conforme orientação de Fávero e Belfiore (2021), optou-se pela retirada da variável do modelo.

Por fim, para análise da variável dependente IAGP-M, verifica-se que as variáveis LGRA (0,000), IPDM (0,000) e IDP (0,000) são previsoras do nível de governança pública municipal ao nível de significância estatística de 1%. Sendo assim, pode-se afirmar que os fatores contingenciais: ambiente, estratégia e porte influenciam no nível de governança pública dos municípios do Estado do Paraná, levando em consideração o IAGP-M.

Com os resultados obtidos, o modelo econométrico no modelo de regressão linear múltiplo para a variável dependente IAGP-M é:

$$IAGP - Mi = 0,021 + 0,053 (LGRAi) + 0,351 (IPDMi) - 0,000 (IDPi) + ei$$

Onde, “ e_i ” é o termo de erro.

Destacamos novamente nos resultados a importância do fator contingencial ambiente, que foi predictor da pontuação de todos os índices de avaliação da governança pública municipal apresentados pelo estudo, com destaque para a variável IPDM. Vale lembrar das características peculiares desse fator, uma vez que o mesmo é imprevisível, conforme já mencionado, e que interfere nos fatores contingenciais internos (Cadez & Guilding, 2008; Covaleski et al., 2003; Prajogo, 2016; Wadongo & Abdel-Kader, 2014). Destaque também para a variável LGRA, que representa o fator contingencial porte, demonstrando que a receita arrecadada é previsora de uma boa pontuação para o IAGP-M, auxiliando assim os futuros gestores na implementação de políticas públicas que visem contribuir com o aumento da arrecadação, essa mesma variável apresentou poder de previsão no índice IGM. Visto isso, negligenciar a política tributária municipal reduz a capacidade de receitas (Mendes et al., 2018) e consequentemente a governança pública municipal.

Por fim, novamente a variável IDP, do fator contingencial estrutura, demonstra ser previsora na pontuação do IAGP-M, porém com o valor inverso ao esperado. O mesmo ocorreu com o IGM, pois acreditava-se que quanto maior o gasto com pessoal em relação a população maior seria a governança pública municipal, considerando a necessidade de pessoal capacitado para implementação de processos eficientes, ideais da NPG. Entretanto, se mostrou mais parecido com os ideais da NPM, ou seja, quanto maior a economia com gasto de pessoal melhor para a governança pública municipal. O resultado pode demonstrar que a trava fiscal realizada pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), referente a limitação do gasto de pessoal em 60% da RCL por município, pode estar atrapalhando o desenvolvimento da governança pública devido ao inchaço de pessoal ou altos salários existentes na administração pública, impedindo assim a contratação de pessoal mais capacitado e engajado com as novas metodologias de gestão pública.

O coeficiente da variável não foi expressivo, mostrando talvez uma tendência de alteração desse pensamento. Mas o resultado apresentado em relação ao IDP contraria o estudo de Sell et al. (2020), onde quanto maior o gasto com pessoal, maior o desempenho municipal, e os achados de Rabito et al. (2022), onde quanto maior o gasto com pessoal, maior a probabilidade de o município ser considerado uma *smart city*. Porém, vale ressaltar que ambos estudos possuem vieses, visto que o estudo de Sell et al. (2020) analisa municípios do Estado de Santa Catarina, um Estado bem desenvolvido comparado aos da região norte e nordeste. Já o estudo de Rabito et al. (2022) pesquisou os 100 melhores municípios do *Ranking Connected Smart Cities* (RCSC) 2020, ou seja, municípios altamente desenvolvidos e com capacidade técnica e financeira de execução bem superior aos municípios de pequeno porte, que como vimos são a maioria no Estado do Paraná.

4.5 RESUMO DOS RESULTADOS

Foram utilizados três índices de avaliação da governança pública municipal, IGM (2021) elaborado pelo Conselho Federal de Administração (CFA), IGovP-M elaborado por Aquino et al. (2021), adaptado de Oliveira e Pisa (2015) e IAGP-M, idealizado por este estudo, que consiste na fusão entre os dois outros índices citados. Resolveu-se por utilizar índices de mensuração municipal, ou seja, de governo local, por esses serem mais completos e capturarem a variação das medidas aplicadas (Gisselquist, 2014; Harttgen & Klasen, 2012; Williams, 2011; Yong & Wenhao, 2012).

O IGM demonstrou uma versão mais pessimista em relação à governança pública municipal, visto que mais da metade dos municípios paranaenses ficaram abaixo da pontuação média (279 ou 69,92%). Já em relação ao IGovP-M a relação é mais otimista, uma vez que mais da metade ficaram acima da pontuação média, totalizando 223 municípios (55,89%). O IAGP-M contribuiu com uma visão mais neutra, ou seja, nem pessimista, nem otimista, mais da metade ficaram na pontuação média do índice, 235 municípios (58,90%), atribuindo assim um caráter mais homogêneo a pontuação. A Figura 34 demonstra de forma simplificada o resultado dos três índices de acordo com o nível de pontuação dos municípios, ou seja, muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo.

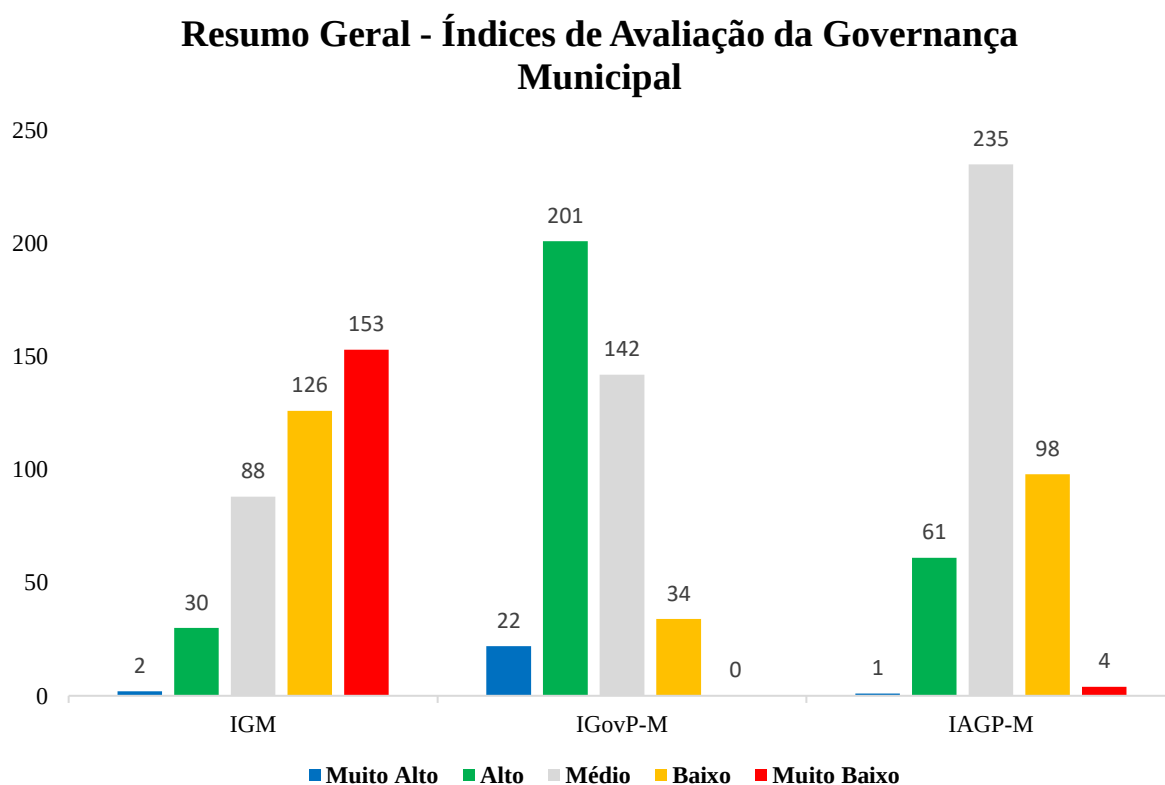


Figura 34. Resumo Geral – Índices de Avaliação da Governança Pública Municipal

O presente estudo utilizou-se de métodos empíricos para análise dos dados, sendo utilizado o teste de diferencial de médias por porte do município para verificar se municípios mais populosos, de grande porte, apresentaram pontuação acima da média de municípios de pequeno porte. Foi considerado pequeno porte municípios com população igual ou abaixo de 100.000 habitantes, para os de grande porte, população acima de 100.000 habitantes, lembrando que esse estudo utiliza-se de dados de 2019.

Todos os índices (IGM, IGovP-M e IAGP-M) demonstraram ocorrer pontuação acima da média entre municípios de grande porte em relação aos municípios de pequeno porte, com nível estatisticamente significativo de 1%. O mesmo resultado foi encontrado por Aquino et al. (2021), demonstrando assim que uma população maior contribui para externalidades positivas, ou seja, uma boa governança pública municipal.

Esse fator positivo, relacionado ao tamanho da população de um município, já foi constatado como relevante em outros estudos (Freitas & Luft, 2014; Rabito et al., 2022; Scarpin & Slomski, 2007; Shapiro, 2006; Varela, Martins & Corrar, 2009), contudo também existe o entendimento de que municípios menores tendem a gerar externalidades positivas para a sociedade (Avellaneda & Gomes, 2015). A tabela 30 demonstra um resumo dos resultados encontrados no estudo.

Tabela 30

Resumo dos Testes de Diferencial de Médias por Porte do Município do Índices de Avaliação da Governança Pública Municipal

Teste de Diferencial de Médias por Porte Municipal (p-valor)	Variáveis Dependentes		
	IGM	IGovP-M	IAGP-M
T de Student	0,000***	-	0,000***
Mann-Whitney	-	0,000***	-

***Significância ao nível de 0,01.

O próximo estudo empírico realizado foi a correlação. De acordo com Wheelan (2016, p. 82) “a correlação mede o grau em que dois fenômenos estão relacionados entre si”. Dessa maneira, o presente estudo utilizou-se de 29 variáveis, sendo 25 variáveis independentes, divididas em sete fatores contingenciais (ambiente, estrutura, porte, cultura, liderança, tecnologia e estratégia) e quatro de controle, correlacionando com as três variáveis dependentes (IGM, IGovP-M, IAGP-M), conforme hipóteses apresentadas na Figura 12.

As variáveis independentes utilizadas foram o IDH-M, IFDM, IFDM, IFGF, IGD, PIB, OS, IDP, EC, LQ, LGPOP, DENSPOP, LGRA, TSP, PARTELE, ITP, GENPREF, IDPREF, EP, IRRO, IEOC, IDEB, RCLpc, IPTUp e BF-M.

Todos os índices demonstraram correlação estatisticamente significativa com pelo menos alguma variável explicativa do estudo. O IGM obteve correlação com 25 variáveis com significância estatística ao nível de 1% ou 5%. Já o índice IGovP-M obteve correlação com 21 variáveis com significância estatística ao nível de 1% ou 5% e o índice IAGP-M obteve correlação com 25 variáveis com significância estatística ao nível de 1% ou 5%. A Tabela 31

apresenta um resumo da expectativa *versus* os resultados encontrados, juntamente com o coeficiente de correlação, referente as variáveis explicativas.

Tabela 31

Resumo Correlação dos Índices de Avaliação da Governança Pública Municipal

Variáveis Independentes	IGM		IGovP-M		IAGP-M	
	Expectativa	Resultado / Correlação	Expectativa	Resultado / Correlação	Expectativa	Resultado / Correlação
IDH-M	+	+ (0,240**)	+	+ (0,370**)	+	+ (0,413**)
IPDM	+	+ (0,210**)	+	+ (0,367**)	+	+ (0,382**)
IFDM	+	+ (0,277**)	+	+ (0,326**)	+	+ (0,404**)
IFGF	+	+ (0,346**)	+	+ (0,406**)	+	+ (0,485**)
IGD	-	- (-0,493**)	-	- (-0,219**)	-	- (-0,498**)
PIB	+	+ (0,238**)	+	+ (0,210**)	+	+ (0,276**)
OS	+	+ (0,300**)	+	+ (0,244**)	+	+ (0,359**)
IDP	+	- (-0,508**)	+	NS (-0,037)	+	- (-0,364**)
EC	-	+ (0,248**)	-	- (-0,059*)	-	+ (0,146**)
LQ	+	NS (0,030)	+	+ (0,191**)	+	NS (0,051)
LGPOP	+	+ (0,612**)	+	+ (0,134*)	+	+ (0,535**)
DENSPOP	+	+ (0,215**)	+	+ (0,243**)	+	+ (0,276**)
LGRA	+	+ (0,579**)	+	+ (0,199**)	+	+ (0,558**)
TSP	+	+ (0,219**)	+	+ (0,108*)	+	+ (0,181**)
PARTELE	+	- (-0,111*)	+	+ (0,267**)	+	+ (0,153**)
ITP	+	+ (0,137**)	+	+ (0,193**)	+	+ (0,230**)
GENPREF	#	NS (-0,029)	#	NS (0,006)	#	NS (-0,022)
IDPREF	+	+ (0,099*)	+	NS (0,011)	+	NS (0,076)
EP	+	+ (0,121*)	+	NS (0,089)	+	+ (0,124*)
IRRO	+	NS (0,086)	+	+ (0,130**)	+	+ (0,125**)
IEOC	+	+ (0,157**)	+	NS (0,066)	+	+ (0,137**)
IDEB	+	+ (0,142**)	+	+ (0,257**)	+	+ (0,260**)
RCLpc	+	- (-0,412**)	+	NS (0,067)	+	- (-0,243**)
IPTUpc	+	+ (0,244**)	+	+ (0,201**)	+	+ (0,222**)
BF-M	+	- (-0,159**)	+	NS (-0,097)	+	- (-0,167**)
RMESO	#	NS (-0,015)	#	+ (0,286**)	#	+ (0,172**)
RMICRO	#	+ (0,141**)	#	+ (0,142**)	#	+ (0,181**)
DIRPART	#	+ (0,103*)	#	NS (0,005)	#	NS (0,062)
PIBpc	#	+ (0,132**)	#	+ (0,263**)	#	+ (0,201**)

**Significância ao nível de 0,01 - * Significância ao nível de 0,05.

+ (Maior- Melhor); - (Menor-Melhor); # (Indiferente); NS (Não Significativo).

O IGM apresentou quatro variáveis com resultado divergente da expectativa do referencial teórico, sendo EC, PARTELE, RCLpc e BF-M, ou seja, de acordo com a correlação realizada, quanto maior a predisposição para o endividamento do município (Macedo & Corbari, 2009), maior a nota. O endividamento do município não faz parte dos princípios da

boa governança pública, mas pode estar sendo usado para fins pessoais como a reeleição (Bairral et al., 2015; Cavalcante, 2016).

A correlação negativa com a PARTELE também vai na contramão dos conceitos elencados sobre governança pública (Buta & Teixeira, 2020; Cruz & Marques, 2013; Mello & Slomski, 2010; Yong & Wenhao, 2012), visto que de acordo com Oliveira e Pisa (2015) a participação nas eleições é o principalmente meio de envolvimento popular.

Em relação a variável RCLpc, a correlação negativa fere os princípios de eficiência e eficácia da governança pública (Gani & Duncan, 2007; Mello & Slomski, 2010; Sell et al., 2020), visto que de acordo com os resultados quanto menor a RCLpc, melhor a nota do município. Em relação a variável BF-M o índice não capta o princípio da benevolência da governança pública municipal (Graaf & Asperen, 2018; Vieira, 2009), uma vez que quanto menor o valor pago em relação ao benefício social, chamado Bolsa Família, melhor a nota do município.

O índice IGovP-M não apresentou variáveis com resultado divergente do esperado, porém o fator contingencial liderança não teve nenhuma variável estatisticamente significativa, entretanto é importante levar em consideração a liderança quando se pesquisa sobre o setor público (Greenwood & Hinings, 1976), divergindo com os resultados encontrado em outros estudos (Avellaneda & Gomes, 2015; Nevado Gil et al., 2020; Sell et al., 2020). Pesquisas futuras devem levar em consideração outras variáveis que atribuem esse fator, como o alinhamento com o governador do Estado ou o deputado que auxilia no envio de emendas estar ou não alinhado com o prefeito, entre outros.

A surpresa nos resultados ficou com a variável IDP, considerando a sua não significância estatística com o índice, pois era esperado que devido a metodologia do índice focar mais em questões sociais, de equidade e transparência, um caráter mais NPG, a variável seria estatisticamente significativa com viés positivo, mas o mesmo não ocorreu, discordando assim de outros estudos que analisaram essa mesma variável em relação a outros temas (Rabito et al., 2022; Sell et al., 2020).

O índice idealizado pelo estudo IAGP-M apresentou três variáveis com resultado divergente da expectativa do referencial teórico, sendo EC, RCLpc e BF-M, desta forma, as mesmas observações realizadas no IGM servem para essas variáveis.

Por fim, chega-se ao objetivo principal desse estudo, descobrir os fatores contingenciais que influenciam no nível de governança pública dos municípios do Estado do Paraná. Foram realizados vários modelos de regressão linear múltipla das variáveis dependentes contra as

variáveis previsoras (independentes e de controle), a Tabela 32 demonstra um resumo geral dos pressupostos das regressões realizadas.

Tabela 32

Resumo Geral das Análises dos Pressupostos das Regressões Realizadas

ANÁLISE DOS PRESSUPOSTOS - RESUMO GERAL					
Variável Dependente - IGM					
Primeiro Modelo		Segundo Modelo		Terceiro Modelo	
Prob>F	0,000	Prob>F	0,000	Prob>F	NR
R ² Ajustado	0,473	R ² Ajustado	0,453	R ² Ajustado	NR
<i>Durbin-Watson</i>	1,846	<i>Durbin-Watson</i>	1,893	<i>Durbin-Watson</i>	NR
Mean VIF	2,549	Mean VIF	1,226	Mean VIF	NR
Teste BP/CW	0,031	Teste BP/CW	0,130	Teste BP/CW	NR
Teste <i>White</i>	0,188	Teste <i>White</i>	0,113	Teste <i>White</i>	NR
<i>Kolmogorov-Smirnov</i>	0,017	<i>Kolmogorov-Smirnov</i>	0,200	<i>Kolmogorov-Smirnov</i>	NR
<i>Shapiro-Wilk</i>	0,101	<i>Shapiro-Wilk</i>	0,077	<i>Shapiro-Wilk</i>	NR
Variável Dependente - IGovP-M					
Primeiro Modelo		Segundo Modelo		Terceiro Modelo	
Prob>F	0,000	Prob>F	0,000	Prob>F	NR
R ² Ajustado	0,331	R ² Ajustado	0,230	R ² Ajustado	NR
<i>Durbin-Watson</i>	1,963	<i>Durbin-Watson</i>	2,000	<i>Durbin-Watson</i>	NR
Mean VIF	2,531	Mean VIF	1,035	Mean VIF	NR
Teste BP/CW	0,475	Teste BP/CW	0,376	Teste BP/CW	NR
Teste <i>White</i>	0,045	Teste <i>White</i>	0,190	Teste <i>White</i>	NR
<i>Kolmogorov-Smirnov</i>	0,000	<i>Kolmogorov-Smirnov</i>	0,000	<i>Kolmogorov-Smirnov</i>	NR
<i>Shapiro-Wilk</i>	0,001	<i>Shapiro-Wilk</i>	0,000	<i>Shapiro-Wilk</i>	NR
Variável Dependente - IAGP-M					
Primeiro Modelo		Segundo Modelo		Terceiro Modelo	
Prob>F	0,000	Prob>F	0,000	Prob>F	0,000
R ² Ajustado	0,493	R ² Ajustado	0,461	R ² Ajustado	0,403
<i>Durbin-Watson</i>	1,854	<i>Durbin-Watson</i>	1,894	<i>Durbin-Watson</i>	1,950
Mean VIF	2,518	Mean VIF	1,020	Mean VIF	1,405
Teste BP/CW	0,846	Teste BP/CW	0,723	Teste BP/CW	0,773
Teste <i>White</i>	0,851	Teste <i>White</i>	0,533	Teste <i>White</i>	0,769
<i>Kolmogorov-Smirnov</i>	0,200	<i>Kolmogorov-Smirnov</i>	0,118	<i>Kolmogorov-Smirnov</i>	0,200
<i>Shapiro-Wilk</i>	0,088	<i>Shapiro-Wilk</i>	0,083	<i>Shapiro-Wilk</i>	0,192

NR - Não realizado.

O objetivo é verificar se os pressupostos para realização dos modelos através do método por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) foram cumpridos, ou seja, distribuição normal dos resíduos, ausência de multicolinearidade, ausência de heterocedasticidade e ausência de autocorrelação (Fávero & Belfiore, 2021). Em relação ao IGM e IAGP-M todos os modelos cumpriram os pressupostos do MQO.

Porém, com o IGovP-M o requisito de normalidade dos resíduos não foi obedecido, sendo assim os estimadores podem ser viesados e não eficientes, e uma das soluções seria a transformação logarítima ou extrair a raiz quadrada de y (Figueiredo Filho et al., 2011). Como o intuito do estudo é verificar os fatores contingenciais que influenciam no IGovP-M desenvolvido por Aquino et al. (2021), adaptado de Oliveira e Pisa (2015), não foi realizado nenhuma alteração na metodologia do índice.

Produzir o Melhor Estimador Linear Não-Viesado (MELNV) é difundido por inúmeros autores (Figueiredo Filho et al., 2011; Kennedy, 2009; Lewis-Beck & Lewis-Beck, 2015) e um dos pressupostos muito comum é a não presença e influência de *outliers*. Entretanto, visto que o objetivo do estudo é verificar os municípios paranaenses em sua totalidade, não foi realizada a exclusão de *outliers*, pois entende-se que esses valores são genuínos e importantes para o modelo (Manly & Alberto, 2019). Contudo realizou-se uma verificação do impacto da não exclusão dos *outliers* dos modelos e constatou-se que a variação com a exclusão não foi altamente relevante para o R^2 ajustado do modelo.

Analisando o primeiro modelo da variável IGM, não houve alteração entre os modelos com ou sem *outliers*, já no segundo modelo o R^2 ajustado passou de 0,453 para 0,440. Referente ao primeiro modelo da variável IGovP-M o R^2 ajustado passou de 0,331 para 0,321 e no segundo modelo de 0,230 para 0,218. Por fim em relação a variável IAGP-M o R^2 ajustado do primeiro modelo passou de 0,493 para 0,478 com a exclusões dos *outliers*, já no segundo modelo passou de 0,461 para 0,442 e no terceiro modelo de 0,403 para 0,362. Sendo assim, devido à baixa variação optou-se pela não exclusão dos *outliers* e também considerando as características significativas deles, a maioria são municípios com destaque populacional, econômico e financeiro como Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel e Pinhais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O autor Shuichi Kato, em sua obra *Tempo e espaço na cultura japonesa*, relata que nas pinturas ocidentais existe uma forte tendência de utilizar a arte como representação de acontecimentos do presente com uma conexão com o futuro (Kato, 2012). Essa concepção se reflete no que ocorreu com a obra de Ambrogio Lorenzetti, *A Alegoria do Bom e Mau Governo*. Conforme exposto na introdução, os afrescos demonstravam o futuro da República de Siena dependendo dos atos realizados pelos nove magistrados que realizavam a gestão do local.

Assim, como a arte foi utilizada como forma de inspiração para um futuro melhor, a ciência também tem essa capacidade, através do estudo, da verificação e da refutação, com o objetivo de proporcionar um futuro melhor para a sociedade. Devido a isso, o objetivo desse estudo, verificar qual a influência de fatores contingenciais nos índices de avaliação da governança pública nos municípios do Estado do Paraná, visa contribuir com a tomada de decisão dos futuros gestores, proporcionando uma boa governança pública municipal e consequentemente uma melhor qualidade de vida para a sociedade.

Os resultados do Índice de Governança Municipal (IGM) (2021) demonstraram que os fatores contingenciais: ambiente (Índice Iparde de Desempenho Municipal [IPDM]), estrutura (Indicador de Despesa Líquida com Pessoal [IDP] e Estrutura de Capital [EC]) e porte (Logaritmo da Receita Arrecadada [LGRA]) influenciam, com significância estatística de 1%, no nível de governança pública dos municípios do Estado do Paraná, tendo o modelo gerado pela regressão linear múltipla apresentado R^2 ajustado de 0,453. Porém, vale destacar que a variável IDP foi estatisticamente significativa, entretanto com valor inverso do esperado, contribuindo assim negativamente com a pontuação do índice, visto isso confirma-se a hipótese referente a esse fator (estrutura) devido ao coeficiente da variável EC ser mais representativo do que da variável IDP. Confirma-se também as hipóteses referentes aos fatores ambiente e porte em relação ao IGM.

Já em relação ao IGovP-M, constatou-se que os fatores contingenciais: ambiente (Índice Firjan de Gestão Fiscal [IFGF] e IPDM) e porte (Densidade Populacional [DENSPOP]) influenciam, com significância estatística de 1%, no nível de governança pública municipal, o modelo gerado pela regressão linear múltipla apresentou R^2 ajustado de 0,230. A variável IFGF verifica a autonomia, gastos com pessoal, liquidez e investimentos, quanto que a variável IPDM analisa a questão da renda, emprego e produção agropecuária; saúde e educação. Encontramos aqui uma questão levantada por Manly e Alberto (2019) onde a utilização de variáveis índices proporcionam a redução na mensuração de um objeto específico, sendo necessários mais

estudos, dissolvendo os índices, para descobrir o preditor mais próspero. Desta forma, estudos futuros poderão desmembrar esses indicadores para verificar qual dessas questões impactam de forma mais abrangente o conceito de governança pública municipal. O fator contingencial ambiente também teve significância estatística em outros estudos realizados (Fiirst & Beuren, 2021; Huther & Shah, 1999; Rabito et al., 2022; Sell et al., 2020).

Já em relação ao fator contingencial porte, estudos anteriores demonstraram que maior agrupamento da população gera externalidades positivas (Huther & Shah, 1999; Rabito et al., 2022; Scarpin & Slomski, 2007; Sell et al., 2020; Varela, 2008) e os resultados demonstram que a boa governança pública municipal é uma delas. Visto isso, confirma-se as hipóteses referentes ao fator contingencial ambiente e porte em relação ao IGovP-M.

Finaliza-se com os resultados apresentado pelo IAGP-M, demonstra-se que os fatores contingenciais: ambiente (IPDM), estratégia (IDP) e porte (LGRA) influenciam, com significância estatística de 1%, no nível de governança pública municipal, o modelo gerado pela regressão linear múltipla apresentou R^2 ajustado de 0,403. Entretanto nesse índice a variável IDP foi estatisticamente significativa com coeficiente negativo, ou seja, a redução da despesa com pessoal em relação a população contribui com o aumento da governança pública municipal.

Já em relação a variável LGRA, demonstra-se que maior dinâmica econômica proporciona melhor capacidade de formação de receitas (Mendes et al., 2018) e também boa governança pública municipal. Por esses motivos, confirma-se as hipóteses referentes aos fatores contingenciais ambiente e porte em relação ao IAGP-M, mas não se confirma o fator contingencial estrutura devido ao seu viés negativo para a pontuação do índice. A Tabela 33 demonstra a decisão para as hipóteses testadas de forma simplificada.

Tabela 33

Decisão para as Hipóteses Testadas

Hipóteses	Relações propostas	Decisões (Modelo Final)		
		IGM	IGovP-M	IAGP-M
H ₁	Fator contingencial ambiente	Confirmada	Confirmada	Confirmada
H ₂	Fator contingencial estrutura	Confirmada	*	Não confirmada
H ₃	Fator contingencial porte	Confirmada	Confirmada	Confirmada
H ₄	Fator contingencial cultura	*	*	*
H ₅	Fator contingencial liderança	*	*	*
H ₆	Fator contingencial tecnologia	*	*	*
H ₇	Fator contingencial estratégia	*	*	*

* Não significativa.

O fator contingencial externo ambiente promove influências nos fatores internos e são de menor controle por parte dos gestores, essa imprecisão faz dele um fator importante a ser analisado (Wadongo & Abdel-Kader, 2014), corroborando outros estudos onde o ambiente foi significativo (Fiirst & Beuren, 2021; Huther & Shah, 1999; Rabito et al., 2022; Sell et al., 2020). Já em relação ao fator contingencial interno, estrutura, o mesmo foi estatisticamente significativo no IGM e IAGP-M, apesar de que no IAGP-M o fator não foi positivo e sim negativo, mas influencia na pontuação do índice. O resultado diverge dos achados de Fiirst e Beuren (2021), mas corroboram com os resultados de outros estudos (Rabito et al., 2022; Sell et al., 2020).

O fator contingencial interno, porte, provoca influências no nível de governança pública dos municípios do Estado do Paraná. Zimmerman e Stevens (2006) comprovaram essa influência do porte em relação ao setor privado e os resultados apresentados neste estudo corroboram essa ideia também no setor público, assim como os achados de outros estudos (Fiirst & Beuren, 2021; Rabito et al., 2022; Sell et al., 2020).

Uma das preocupações do resultado é referente ao fator contingencial interno cultura, onde enquadra-se os princípios transparência e *accountability*, visto que em nenhum dos índices o fator foi estatisticamente significativo ao nível de 1%, 5% ou 10% nos modelos apresentados. Dos conceitos apresentados pelo estudo no referencial teórico, nove citaram características desse fator e o mesmo já foi considerado significativo em outros estudos (Baldiissera, Dall'Asta, Casagrande & Oliveira, 2020; Baldiissera, Walter, Fiirst & Dall'Asta, 2019; Calland & Bentley, 2013; Meijer, 2013).

Sendo assim deve-se elaborar novas métricas nas metodologias aplicadas a fim de melhorar a concepção desse princípio nos índices de avaliação da governança pública municipal, visto que o mesmo é um tema presente em estudos relacionados ao setor público (Cruz, Silva & Santos, 2009; Cucciniello, Porumbescu & Grimmelikhuijsen, 2017; Dias, Aquino, Silva & Albuquerque, 2020; Fox, 2007; Grimmelikhuijsen & Welch, 2012; Heald, 2003; Homercher, 2011; O'Donnell, 1998; Prat, 2005).

O fator contingencial interno liderança, não foi estatisticamente significativo em nenhum modelo de regressão apresentado e é conceituado como princípio de governança pública em sete dos conceitos apresentados na metodologia. Além disso, apresentaram correlação apática em relação aos índices, logo, estes não estão captando a liderança em suas metodologias, sendo necessário a verificação de revisões. Estudos anteriores demonstraram a liderança com significância estatística em relação ao desempenho, o que contempla o escopo de princípios da governança pública (Avallaneda & Gomes, 2015; Sell et al., 2020).

Os fatores contingenciais internos, tecnologia e estratégia, remetem a gestão das entidades públicas, e novamente nenhuma variável desses fatores foi estatisticamente significativa nos modelos de regressão apresentados. Apresentaram correlação estatisticamente significativa em alguns índices, mas com correlação fraca. Logo, se vê necessária a realização de mais estudos referentes a esses fatores em relação à governança pública, visto que com tecnologia e uma boa estratégia o município poderá realizar o crescimento econômico (Kormendi & Meguire, 1985) e crescimento populacional, gerando maior arrecadação (Vieria, 2009) e consequentemente uma boa governança pública municipal.

Conclui-se assim que, os índices atuais discorrem mais sobre a situação econômica e populacional do que sobre os conceitos da governança pública encontrados na literatura, sendo assim, podemos afirmar que as características da *New Public Management* (NPM) ainda são mais predominantes na metodologia dos índices do que as características da *New Public Governance* (NPG). Ressalta-se que a NPG não é um conceito disruptivo da NPM, mas sim busca-se um equilíbrio dos fundamentos da NPM com novos elementos básicos (Wiesel & Modell, 2014). Diante dos resultados apresentados o conceito de Gani e Duncan (2007) é o que mais se enquadra, perante os conceitos descritos na Tabela 1, ou seja, resultado da eficácia das instituições de uma sociedade.

A representação da maioria com pontuação média no IAGP-M pode demonstrar um possível isomorfismo institucional, ou seja, organizações passam a ter a mesma característica que as outras nas condições ambientais que se encontram (Moraes, Slomski & Junqueira, 2007). Estudos futuros podem levantar essa questão e verificar as possíveis resoluções.

Pesquisas futuras podem atribuir novas variáveis com a finalidade de compreender melhor quais os fatores contingências influenciam no nível de governança pública municipal ou até mesmo sugerir alteração na metodologia dos índices, com o intuito de melhorar a previsão sobre o tema. Contribui-se assim com o aumento da boa governança pública municipal e consequentemente com o bem-estar da sociedade, lembrando que a medição da governança pública é um tópico importante na literatura (Hallerberg & Kayser, 2013; Andrews et al., 2010).

REFERÊNCIAS

- Ahmad, N. (2005). Governance, globalisation, and human development in Pakistan. *The Pakistan Development Review*, 44(4), 585-594. <http://dx.doi.org/10.30541/v44i4Ipp.585-594>
- Albuquerque, J. H., Andrade, C. S. D., Monteiro, G. B., & Ribeiro, J. C. (2007). Um estudo sob a óptica da teoria do agenciamento sobre a accountability e a relação Estado-sociedade. *Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil. 7.
- Almeida, A., Silva, J. C. G. L., & Angelo, H. (2013). Importância dos setores primário, secundário e terciário para o desenvolvimento sustentável. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 9(1), 146-162. <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v9i1.874>
- Andrade, A., & Rossetti, J. P. (2009). *Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências*. 2 edição. São Paulo: Atlas.
- Andrews, M. (2008). The Good Governance Agenda: Beyond Indicators without Theory. *Oxford Development Studies*, 36(4), 379-407. <https://doi.org/10.1080/13600810802455120>
- Andrews, M., Hay, R., & Myers, J. (2010). Can Governance Indicators Make Sense? Towards a New Approach to Sector-Specific Measures of Governance. *Oxford Development Studies*, 38(4), 391-410. <https://doi.org/10.1080/13600818.2010.524696>
- Aquino, C. V. M. G., Silva, C. R. M. da, Vasconcelos, L. R. S., & Castelo, J. L. (2021). Governança Pública dos municípios brasileiros. *Gestão & Regionalidade*, 37(110), 203-220. <https://doi.org/10.13037/gr.vol37n110.6542>
- Araujo, A. F. Jr, Shikida, C. D., & Silva, M. C. (2003). Federalismo fiscal, ciclos políticos e reeleição: uma breve análise do caso mineiro. *Perspectiva econômica*, 38(122), 5-19.
- Araújo-Júnior, J. N., Justo, W. R., Rocha, R. M., & Gomes, S. M. F. P. O. (2017). Eficiência técnica das escolas públicas dos estados do Nordeste: uma abordagem em dois estágios. *Revista Econômica do Nordeste*, 47(3), 61-73. Recuperado de <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/409/346>
- Avellaneda, C. N., & Gomes, R. C. (2015). Is small beautiful? Testing the direct and nonlinear effects of size on municipal performance. *Public Administration Review*, 75(1), 137-149. <https://doi.org/10.1111/puar.12307>
- Avellaneda, C. N., & Gomes, R. C. (2017). Mayoral quality and municipal performance in Brazilian local governments. *Organizações & Sociedade*, 24(83), 555-579. <https://doi.org/10.1590/1984-9240831>
- Bairral, M. A. D. C., Coutinho, A. H., & Alves, F. J. S. (2015). Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. *Revista de Administração Pública*, 49(3), 14-23. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612125158>

- Baldissera, J. (2018). *Determinantes da Transparência Pública: um estudo em municípios brasileiros sob a ótica da teoria da escolha pública*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, Brasil.
- Baldissera, J., Dall'Asta, D., Casagrande, L., & Oliveira, A. (2020). Influência dos aspectos socioeconômicos, financeiro-orçamentários e político-eleitorais na transparência dos governos locais. *Revista de Administração Pública*, 54(2), 340-359. <https://doi.org/10.1590/0034-761220190048>
- Baldissera, J., Walter, S. A., Fiirst, C., & Dall'Asta, D. (2019). A Percepção dos Observatórios Sociais sobre a Qualidade, Utilidade e Suficiência da Transparência Pública dos Municípios Brasileiros. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 14(1), 113-134. https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v0i0.18404
- Banco Mundial (2013). *What is Governance?* Washington, D.C.: Banco Mundial.
- Bertot, J. C., Jaeger, P. T., & Grimes, J. M. (2010). Using ICTs to create a culture of transparency: E-government and social media as openness and anti-corruption tools for societies. *Government Information Quarterly*, 27(3), 264-271. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2010.03.001>
- Beuren, I. M., & Fiorentin, M. (2014). Influência de Fatores Contingenciais nos Atributos do Sistema de Contabilidade Gerencial: um estudo em empresas têxteis do Estado do Rio Grande do Sul. *Revista de Ciências da Administração*, 16(38), 196-212. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8077.2014v16n38p195>
- Beuren, I. M., Moura, G. D. de, Kloeppe, N. R. (2013). Práticas de governança eletrônica e eficiência na utilização das receitas: uma análise nos estados brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 47(2), 421-441. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000200007>
- Beuren, I. M., & Söthe, A. (2009). A teoria da legitimidade e o custo político nas evidenciações contábeis dos governos estaduais da região sudeste do Brasil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 3(5), 98-120. <https://doi.org/10.11606/rco.v3i5.34734>
- Borges, A. (2003). Governança e Política Educacional: a agenda recente do Banco Mundial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(52), 125-134. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000200007>
- Borges, L.F. X., & Serrão, C. F. B. (2005). Aspectos de governança corporativa moderna no Brasil. *Revista do BNDES*, 12(24), 111-148. Recuperado de <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/9643>
- Brasil. (1988a). Presidente da Assembleia Nacional Constituinte (1985-1989: Dr. Ulysses Guimarães). Discurso por ocasião da promulgação da Constituição de 1988. Recuperado de <https://www.camara.leg.br/radio/programas/277285-integra-do-discurso-presidente-da-assembleia-nacional-constituente-dr-ulysses-guimaraes-10-23/>
- Brasil. (1988b). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

- Brasil. (2000). Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
- Brasil. (2009). Lei Complementar n. 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm
- Brasil. (2017). Decreto n. 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm
- Brignall, S., & Modell, S. (2000). An institutional perspective on performance measurement and management in the 'new public sector'. *Management Accounting Research*, 11(3), 281-306. <https://doi.org/10.1006/mare.2000.0136>
- Bruton, G. D., Peng, M. W., Ahlstrom, D., Stan, C., & Xu, K. (2015). State-owned enterprises around the world as hybrid organizations. *Academy of Management Perspectives*, 29(1), 92-114. <http://dx.doi.org/10.5465/amp.2013.0069>
- Buduru, B., & Pal, L. A. (2010). The globalized state: Measuring and monitoring governance. *European Journal of Cultural Studies*, 13(4), 511-530. <https://doi.org/10.1177/1367549410377144>
- Buta, B. O., & Teixeira, M. A. C. (2020). Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática. *Revista Organizações & Sociedade*, 27(94), 370-395. <https://doi.org/10.1590/1984-9270941>
- Cadez, S., & Guilding, C. (2008). An exploratory investigation of an integrated contingency model of strategic management accounting. *Accounting, Organizations and Society*, 33(7-8), 836-863. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2008.01.003>
- Calland, R., & Bentley, K. (2013). The impact and effectiveness of transparency and accountability initiatives: freedom of information. *Development Policy Review*, 31, 69-87. <https://doi.org/10.1111/dpr.12020>
- Campello, C. A. G. B. (2003). *Eficiência municipal: um estudo no estado de São Paulo*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Campos, A. M. (1990). Accountability: Quando poderemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, 2(24), 30-50. Recuperado de <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9049>
- Carlsson-Wall, M., Kraus, K., Meidell, A., & Tran, P. (2017). Managing risk in the public sector: The interaction between vernacular and formal risk management systems. *Financial Accountability and Management*, 35(1), 3-19. <https://doi.org/10.1111/faam.12179>
- Carneiro, R., & Menicucci, T. M. G. (2011). Gestão Pública no século XXI: as reformas pendentes. *Textos para Discussão*, 1686, 1-76. Recuperado de <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1066>

- Carreirão, Y. S. (2006). Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opinião Pública*, 12(1), 136-163. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762006000100006>
- Castro, C. J., & Silva, G. V. (2017). Boas práticas de governança aplicadas ao setor público: Uma análise na prestação de contas de cinco universidades públicas federais. *Revista Espacios*, 38(17), 26-48. Recuperado de <https://www.revistaespacios.com/a17v38n17/17381726.html>
- Cavalcante, M. C. N., & Luca, M. M. de M. (2013). Controladoria como instrumento de governança no setor público. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 7(1), 73-90. <https://doi.org/10.17524/repec.v7i1.138>
- Cavalcante, P. (2016). Desempenho fiscal e eleições no Brasil: uma análise comparada dos governos municipais. *Revista de Administração Pública*, 50(2), 307-330. <https://doi.org/10.1590/0034-7612146623>
- Ceneviva, R., & Farah, M. F. S. (2012). Avaliação, informação e responsabilização no setor público. *Revista de Administração Pública*, 46(4), 993-1016. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000400005>
- Cervo, A. L., & Bervian, P. A. (2002). Metodologia científica. 5 edição. São Paulo: Makron Books.
- Comissão de Governança Global. (1995). Our Global neighborhood. Oxford University Press.
- Coutinho, M. J. V. (2000). Administração pública voltada para o cidadão: quadro teórico-conceitual. *Revista do Serviço Público*, 51(3), 40-73. <https://doi.org/10.21874/rsp.v51i3.331>
- Covaleski, M. A., Evans, J. H., Luft, J. L., & Shields, M. D. (2003). Budgeting research: three theoretical perspectives and criteria for selective integration. *Journal of Management Accounting Research*, 15(1), 3-49. [https://doi.org/10.1016/S1751-3243\(06\)02006-2](https://doi.org/10.1016/S1751-3243(06)02006-2)
- Chan, S-G., & Karim, M. A. Z. (2012). Public spending efficiency and political and economic factors: evidence from selected East Asian countries. *Economic Annals*, 57(193), 7-23. <http://dx.doi.org/10.2298/EKA1293007C>
- Chenhall, R. H. (2003). Management control systems design within its organizational context: findings from contingency-based research and directions for the future. *Accounting, Organizations and Society*, 28(2-3), 127-168. [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(01\)00027-7](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(01)00027-7)
- Christensen, M., & Yoshimi, H. (2003). Public sector performance reporting: new public management and contingency theory insights. *Government Auditing Review*, 10(3), 71-83. Recuperado de <https://www.jbaudit.go.jp/english/exchange/pdf/e10d06.pdf>
- Cruz, C. F., Ferreira, A. S., Silva, L. M., & Macedo, M. S. (2012). Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 46(1), 153-176. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000100008>

- Cruz, C. F., Silva, L. M., & Santos, R. (2009). Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 12(3), 102-115. Recuperado de <https://www.revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/86>
- Cruz, N. F., & Marques, R. C. (2013). New development: The challenges of designing municipal governance indicators. *Public Money & Management*, 33(3), 209-212. <http://dx.doi.org/10.1080/09540962.2013.785706>
- Cucciniello, M., Porumbescu, G. A., & Grimmelihijsen, S. (2017). 25 years of transparency research: evidence and future directions. *Public Administration Review*, 77(1), 32-44. <https://doi.org/10.1111/puar.12685>
- Da Costa, R. (2003). Um Espelho de Príncipes artísticos e profano: a representação das virtudes do Bom Governo e os vícios do Mau Governo nos afrescos de Ambrogio Lorenzetti (c. 1.290-1.348?). *Utopía y Praxis Latinoamericana*, 8(23), 55-72.
- De Bona, R. da S., Borba, J. A., & de Miranda, R. G. (2020). Barômetro de Risco da Governança Municipal: Um Modelo de Avaliação com ênfase nas Estruturas e Práticas da Controladoria Interna. *Revista da CGU*, 12(21), 45-63. <http://dx.doi.org/10.36428/revistadacgu.v12i21.170>
- Den Heyer, G. (2011). New public management: A strategy for democratic police reform in transitioning and developing countries. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, 34(3), 419-433. <http://dx.doi.org/10.1108/13639511111157492>
- Dias, L. N. da S., Aquino, A. C. B. de, Silva, P. B. da, & Albuquerque, F. dos S. (2020). Terceirização de portais de transparência fiscal em prefeituras municipais. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 14, e:164383. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2020.164383>
- Dias, T., & Cario, S. A. F. (2014). Governança Pública: ensaiando uma concepção. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 17(3), 89-108. Recuperado de <https://www.revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/621>
- Diefenbach, T. (2009). New public management in public sector organizations: the dark side of managerialistic “enlightenment”. *Public Administration*, 87(4), 892-909. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.2009.01766.x>
- Donaldson, L. (2001). *The contingency theory of organizations*. Thousand Oaks: Sage.
- Erkkilä, T., & Piironen, O. (2014). (De)politicizing good governance: The World Bank Institute, the OECD and the politics of governance indicators. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 27(4), 344-360. <https://doi.org/10.1080/13511610.2013.850020>
- Fabriz, S. M., Gomes, A. R. V., & Mello, G. R. (2018). Governança Eletrônica: uma análise bibliométrica dos periódicos nacionais e internacionais. *Contabilidade, Gestão & Governança*, 21(3), 320-338. <https://doi.org/10.51341/1984-3925.2018v21n3a2>

- Fagundes, J. A., Petri, M., Lavarda, R. B., Rodrigues, M. R., Lavarda, C. E. F., & Soller, C. C. (2010). Estrutura organizacional e gestão sob a ótica da teoria da contingência. *Gestão & Regionalidade*, 26(78), 52-63. <https://doi.org/10.13037/gr.vol26n78.792>
- Farah, M. F. S. (2001). Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. *Revista de Administração Pública*, 35(1), 119-144.
- Fariniuk, T. M. D. (2020). Smart cities e pandemia: tecnologia digitais na gestão pública de cidades brasileiras. *Revista de Administração Pública*, 54(4), 860-873. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200272>
- Farrington, C. (2010). Putting Good Governance into Practice II: Critiquing and Extending the Ibrahim Index of African Governance. *Progress in Development Studies*, 10, 81-86. <http://dx.doi.org/10.1177/146499340901000106>
- Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2021). *Manual de análise de dados*. 1. Ed. Reimpr. LTC: Rio de Janeiro.
- Fávero, L. P., Belfiore, P., Silva, F. D., & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Ferreira, G. J. B. de C. (2016). Governança Corporativa aplicada ao Setor Público: O Controle Interno como um dos núcleos de implementação. *Revista Controle – Doutrina e Artigos*, 14(1), 39-73. <https://doi.org/10.32586/rcda.v14i1.315>
- Ferreira, P. C. (1996). Investimento em infraestrutura no Brasil: fatos estilizados e relações de longo prazo. *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*, 26(2), 231-252. Recuperado de <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5454>
- Field, A. (2020). *Descobrimos a estatística usando o SPSS*. Tradução de Lorí Viali. 5. Ed. Porto Alegre: Penso.
- Figueiredo, M. G., Barros, A. L. M., & Guilhoto, J. J. M. (2005). Relação econômica dos setores agrícolas do estado do Mato Grosso com os demais setores pertencentes tanto ao estado quanto ao restante do Brasil. *Revista Economia e Sociologia Rural*, 43(3), 557-576. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032005000300008>
- Fiirst, C., Baldissera, J. F., Martins, E. B., & Nascimento, S. A. A. (2018). A Influência dos Índices Socioeconômicos e Contábeis no nível de Transparência Eletrônica dos Estados Brasileiros sob a ótica da Teoria da Escolha Pública. *Administração Pública e Gestão Social*, 10(4), 272-281. <https://doi.org/10.21118/apgs.v10i4.5707>
- Fiirst, C., & Beuren, I. M. (2021). Influência de fatores contingenciais no desempenho socioeconômico de governos locais. *Revista de Administração Pública*, 55(6), 1355-1368. <https://doi.org/10.1590/0034-76120200827>
- Figueiredo Filho, D., Nunes, F., Rocha, E. C. da, Santos, M. L., Batista, M., & Silva Júnior, J. A. (2011). O Que Fazer e o Que Não Fazer Com a Regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). *Revista Política Hoje*, 20(1), 44-99. Recuperado de <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3808>

- Frederickson, H. G. (1991). Toward a theory of the public for public administration. *Administration & Society*, 22(4), 395-417. <https://doi.org/10.1177/009539979102200401>
- Frederickson, H. G., & Hart, D. K. (1985). The public service and the patriotism of benevolence. *Public Administration Review*, 45(5), 547-553. <https://doi.org/10.2307/3109929>
- Freitas, M. M., Silva, L. C., Vicente, E. F. R., & Rosa, F. S. (2019). The evolution of the public governance concept: the technological future. *Anais do Congresso Internacional de Desempenho no Setor Público*, Florianópolis, SC, Brasil. 3.
- Freitas, R. K. V. de, & Luft, M. C. M. S. (2014). Índice de Governança Eletrônica nos municípios: uma análise do estado de Sergipe. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)*, 13(1), 56-73. <https://doi.org/10.21529/RECADM.2014008>
- Fox, J. (2007). The uncertain relationship between transparency and accountability. *Development in Practice*, 17(4-5), 663-671. <http://dx.doi.org/10.1080/09614520701469955>
- Fukuyama, F. (2013). What Is Governance? *Governance*, 26(3), 347-368. <https://doi.org/10.1111/gove.12035>
- Gani, A., & Duncan, R. (2007). Measuring good governance using time series data: Fiji Islands. *Journal of the Asia Pacific Economy*, 12(3), 367-385. <https://doi.org/10.1080/13547860701405979>
- George, B., Van de Walle, S., & Hammerschmid, G. (2019). Institutions or Contingencies? A Cross-Country Analysis of Management Tool Use by Public Sector Executives. *Public Administration Review*, 79(3), 330-342. <https://doi.org/10.1111/puar.13018>
- Gil, A. C., (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Gisselquist, R. M. (2014). Developing and evaluating governance indexes: 10 questions. *Policy Studies*, 35(5), 513-531. <https://doi.org/10.1080/01442872.2014.946484>
- Goeminne, S., & George, B. (2019). New development: Determinants of financial performance in public organizations. *Public Money & Management*, 39(1), 70-73. <https://doi.org/10.1080/09540962.2018.1476309>
- Gonçalves, A. de O., Bilhim, J. de A., Rezende, R. B. de, & Gonçalves, R. de S. (2021). Prestação de contas e controle social: como o processo funciona. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 15, e:166382. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2021.166382>
- Gonzaga, R. P., Frezatti, F., Ckagnazaroff, I. B., & Suzart, J. A. S. (2016). Avaliação de desempenho no governo mineiro: alterações dos indicadores e metas. *Revista de Administração Contemporânea*, 21 (Edição Especial), 1-21. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac2017150331>
- Graaf, G. de, & Asperen, H. van, (2018). The art of good governance: how images from the past provide inspiration for modern practice. *International Review of Administrative Sciences*, 84(2), 405-420. <https://doi.org/10.1177/0020852316630392>

- Greenwood, R., & Hinings, C. R. (1976). Contingency theory and public bureaucracies. *Policy & Politics*, 5(2), 159-180. <https://doi.org/10.1332/030557376782842986>
- Grindle, M. S. (2010). Good Governance: The Inflation of an Idea. *Faculty Research Working Paper Series*, RWP 10-023. Harvard Kennedy School. Recuperado de <http://nrs.harvard.edu/urn-3:HUL.InstRepos:4448993>
- Grindle, M. S. (2017). Good governance, R.I.P: A critique and an alternative. *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, 30(1), 17-22. <https://doi.org/10.1111/gove.12223>
- Grimmelikhuijsen, S. G., & Welch, E. W. (2012). Developing and testing a theoretical framework for computer-mediated transparency of local governments. *Public Administration Review*, 72(4), 562-571. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2011.02532.x>
- Grossi, G., Papenfuß, U., & Tremblay, M. S. (2015). Corporate governance and accountability of state-owned enterprises: Relevance for science and society and interdisciplinary research perspectives. *International Journal of Public Sector Management*, 28(4/5), 274-285. <https://doi.org/10.1108/IJPSM-09-2015-0166>
- Gujarati, D. N. (2011). *Econometria Básica*. 5. Ed. Bookman: Porto Alegre.
- Hair, J. F. Jr, Babin, B., Money, A. H., & Samouel, P. (2005). *Fundamentos de métodos de pesquisa em administração*. Porto Alegre: Bookman.
- Hair, J. F. Jr, Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise Multivariada de Dados*. 4. Ed. Porto Alegre: Bookman.
- Hallerberg, M., & Kayser, M. (2013). Measuring Governance. *APSA-Comparative Politics Newsletter*, 23(1), 1-2.
- Harttgen, K., & Klasen, S. (2012). A Household-Based Human Development Index. *World Development*, 40(5), 878-899. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2011.09.011>
- Heald, D. (2003). Fiscal Transparency: Concepts, Measurement and UK Practice. *Public Administration*, 81(4), 723-759. <https://doi.org/10.1111/j.0033-3298.2003.00369.x>
- Höfling, E. M. (2001). Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, 21(55), 30-41. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>
- Homercher, E. (2011). O princípio da transparência e a compreensão da informação. *Revista Jurídica da Presidência*, 13(100), 375-391. <https://doi.org/10.20499/2236-3645.RJP2011v13e100-150>
- Hood, C. (1991). A public management for all seasons? *Public Administration*, 69(1), 3-19. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.1991.tb00779.x>
- Hufty, M. (2010). Gobernanza en salud pública: hacia un marco analítico. *Revista de Salud Pública*, 12(1), 39-61. Recuperado de <https://scielosp.org/pdf/rsap/2010.v12suppl1/39-61/es>

- Huther, J., & Shah, A. (1999). Applying a simple measure of good governance to the debate on fiscal decentralization. *Social Science Research Network - SSRN*, 1-28. <https://doi.org/10.1596/1813-9450-1894>
- Índice de Governança Municipal. (2021). Conselho Federal de Administração - CFA. Recuperado de <https://igm.cfa.org.br/>
- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social – IPARDES. (2010). Base Cartográfica: ITCG. Recuperado de <https://www.ipardes.pr.gov.br/>
- Janowitz, M. (1975). Sociological theory and social control. *American Journal of Sociology*, 81(1), 82-108.
- Janowski, T., Pardo, T. A., & Davies, J. (2012). Government information networks: mapping electronic governance cases through public administration concepts. *Government Information Quarterly*, 29(S1), S1-S10. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2011.11.003>
- Kato, S. (2012). *Tempo e espaço na cultura japonesa*. 1. Ed. Estação Liberdade: São Paulo.
- Kennedy, P. (2009). *A Guide to Econometrics*. Boston: MIT Press.
- Keunecke, L. P., Teles, J., & Flach, L. (2011). Práticas de Accountability: uma análise do índice de transparência nos municípios mais populosos de Santa Catarina. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 8(16), 153-174. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2011v8n16p153>
- Kissler, L., & Heidemann, F. G. (2006). Governança Pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? *Revista de Administração Pública*, 40(3), 479-499. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000300008>
- Klein Junior, V. H. (2020). Gestão de riscos no Setor Público brasileiro: uma nova lógica de accountability? *Revista de Contabilidade e Organizações*, 14, e:163964. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2020.163964>
- Kluvers, R., & Tippett, J. (2010). Mechanisms of accountability in local government: an exploratory study. *International Journal of Business and Management*, 5(7), 46-53. <https://doi.org/10.5539/ijbm.v5n7p46>
- Kormendi, R. C., & Meguire, P. G. (1985). Macroeconomic determinants of growth: cross-country evidence. *Journal of Monetary Economics*, 16(2), 141-163. [https://doi.org/10.1016/0304-3932\(85\)90027-3](https://doi.org/10.1016/0304-3932(85)90027-3)
- Lapsley, I. (2009). New public management: the cruellest invention of the human spirit? *Abacus*, 45(1), 1-21. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6281.2009.00275.x>
- Lavalle, A. G., & Vera, E. I. (2011). A Trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability. *Lua Nova*, 84, 353-364. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452011000300005>
- Lewis-Beck, C., & Lewis-Beck, M (2015). *Applied Regression: an introduction. Series Quantitative Applications in the Social Sciences*. Thousand Oaks: Sage.

- Lima, D. V. D., & Aquino, A. C. B. D. (2019). Resiliência financeira de fundos de regimes próprios de previdência em municípios. *Revista Contabilidade & Finanças*, 30(81), 425-445. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201908810>
- Lindbeck, A. (1985). Redistribution policy and the expansion of the public sector. *Journal of Public Economics*, 28(3), 309-328. [https://doi.org/10.1016/0047-2727\(85\)90062-3](https://doi.org/10.1016/0047-2727(85)90062-3)
- Lourenço, R., & Sauerbronn, F. (2016). Revistando possibilidades epistemológicas em contabilidade gerencial: em busca de contribuições de abordagens interpretativas e críticas no Brasil. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 13(28), 99-122. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2016v13n28p99>
- Lourençon, C. (2001). *O orçamento municipal como elo de ligação entre o planejamento operacional e as finanças*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Lynn, L. E., Jr., & Malinowska, A. (2018). How are Patterns of Public Governance Changing in the US and the EU? It's Complicated. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, 20(1), 36-55. <https://doi.org/10.1080/13876988.2017.1413867>
- Macedo, J., & Corbari, E. C. (2009). Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos municípios brasileiros: uma análise de dados em painéis. *Revista Contabilidade & Finanças*, 20(51), 44-60. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772009000300004>
- Manly, B. F. J., & Alberto, J. A. N. (2019). *Métodos Estatísticos Multivariados*. 4. Ed. Bookman: Porto Alegre.
- Marques, K. C. M., Souza, R. P., & Silva, M. Z. (2015). Análise de SWOT da abordagem da contingência nos estudos da contabilidade gerencial. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 12(25), 117-136. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2015v12n25p117>
- Martins, G. A. de, & Domingues, O. (2011). *Estatística geral e aplicada*. 4. Ed. Rev. e Ampl. Atlas: São Paulo.
- Martins, G. D. (2020). *Governança Pública: Análise exploratória da disclosure dos municípios da região sul do Brasil*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Massardi, W. O., & Abrantes, L. A. (2015). Esforço fiscal, dependência do FPM e desenvolvimento socioeconômico: um estudo aplicado aos municípios de Minas Gerais. *Rege: Revista de Gestão*, 22(3), 295-313. <https://doi.org/10.5700/rege564>
- Matias-Pereira, J. (2010). A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. *Administração Pública e Gestão Social*, 2(1), 109-134. <https://doi.org/10.21118/apgs.v2i1.4015>
- Mattiello, K. (2018). *Observatório Social de Maringá: as ações e os efeitos sobre a gestão pública*. (Tese de Doutorado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, SP, Brasil.

- Medeiros, A. K. de, Crantschaninov, T. I., & da Silva, F. C. (2013). Estudos sobre accountability no Brasil: meta-análise de periódicos brasileiros das áreas de administração, administração pública, ciência política e ciências sociais. *Revista de Administração Pública*, 47(3), 745-775. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000300010>
- Meijer, A. (2013). Understanding the complex dynamics of transparency. *Public Administration Review*, 73(3), 429-439. <https://doi.org/10.1111/puar.12032>
- Mello, G. R., & Slomski, V. (2010). Índice de governança eletrônica dos estados brasileiros (2009): No âmbito do Poder Executivo. *Journal of Information Systems and Technology Management*, 7(2), 375-408. <https://doi.org/10.4301/S1807-17752010000200007>
- Mendes, W. A., Ferreira, M. A. M., Abrantes, L. A., & Faria, E. R. (2018). A influência da capacidade econômica e da formação de receitas públicas no desenvolvimento humano. *Revista de Administração Pública*, 52(5), 918-934. <https://doi.org/10.1590/0034-761220170004>
- Meneguim, F. B., Bugarin, M. S., & Carvalho, A. X. (2005). O que leva um governante à reeleição? *Textos para Discussão*, 1135, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).
- Ministério Público Federal - MPF. (2016). Ranking Nacional da Transparência. Recuperado de <http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking>
- Moraes, R. de O., Slomski, V., & Junqueira, E. R. (2007). Análise do retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) das empresas que publicaram o balanço social no modelo Ibase no período de 2001 a 2005 a partir da abordagem da Teoria Institucional. *ABCCustos Associação Brasileira de Custos*, 2(3), 23-45. <https://doi.org/10.47179/abccustos.v2i3.31>
- Morrison, T. H. (2014). Developing a regional governance index: The institutional potential of rural regions. *Journal of Rural Studies*, 35, 101-111. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2014.04.004>
- Nevado Gil, M. T., Carvalho, L., & Paiva, I. (2020). Determining factors in becoming a sustainable smart city: An empirical study in Europe. *Economics and Sociology*, 13(1), 24-39. <http://dx.doi.org/10.14254/2071-789X.2020/13-1/2>
- O'Donnell, G. (1998). Accountability Horizontal e novas poliarquias. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 44(98), 27-54. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451998000200003>
- Oliveira, A. S., & Callado, A. A. C. (2018). Fatores Contingenciais e o controle gerencial: uma avaliação em organizações não governamentais (ONGS) brasileiras. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 11(1), 92-109. <http://dx.doi.org/10.14392/asaa.2018110105>
- Oliveira, A. G., Carvalho, H. A., & Corrêa, D. P. A. (2011). Contabilidade aplicada ao setor público como fator de accountability e disclosure na sustentabilidade da gestão pública Sustentabilidade. *Anais Seminário sobre Sustentabilidade*, Curitiba, PR, Brasil. 5.
- Oliveira, A. G., Catapan, A., & Vicentin, I. C. (2015). A contabilidade como instrumento de governança pública e controle social: Accountability e disclosure nas contas do Município de Curitiba. *Revista ESPACIOS*, 36(10), 14-24. Recuperado de <http://www.revistaespacios.com/a15v36n10/15361015.html>

- Oliveira, A. G., & Pisa, B. J. (2015). IGovP: índice de avaliação de governança pública – instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão. *Revista de Administração Pública*, 49(5), 1263-1290. <https://doi.org/10.1590/0034-7612136179>
- Oliveira, F. B. D., Sant'Anna, A. D. S., & Vaz, S. L. (2010). Liderança no contexto da nova administração pública: uma análise sob a perspectiva de gestores públicos de Minas Gerais e Rio de Janeiro. *Revista de Administração Pública*, 44(6), 1453-1475. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122010000600009>
- Oman, C. P., & Arndt, C. (2010). Measuring Governance. *OECD Development Center Policy Briefs*, 39, OECD Publishing, Paris. Recuperado de <https://www.oecd.org/dev/46123827.pdf>
- Organizações para Cooperação Econômica e Desenvolvimento - OCDE. (2006). The challenge of capacity development: working towards good practice. Recuperado de https://www.oecd-ilibrary.org/economics/the-challenge-of-capacity-development_oecd_papers-v6-art2-en.
- Otley, D. (1980). The contingency theory of management accounting: achievement and prognosis. *Accounting, Organizations and Society*, 5(4), 413-428. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(80\)90040-9](https://doi.org/10.1016/0361-3682(80)90040-9)
- Pace, E. S. U., Basso, L. F., & Silva, M. A. (2003). Indicadores de desempenho com direcionadores de valor. *Revista de Administração Contemporânea*, 7(1) 37-65. <https://doi.org/10.1590/S1415-6552003000100003>
- Pallot, J. (1998). New public management reform in New Zealand: the collective strategy phase. *International Public Management Journal*, 1(1), 1-18. [https://doi.org/10.1016/S1096-7494\(99\)80083-X](https://doi.org/10.1016/S1096-7494(99)80083-X)
- Paraná. (2008). Lei n. 15.825, de 28 de abril de 2008. Inclui os municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha na Região sudoeste do Estado do Paraná, para todos os efeitos estatísticos de órgãos públicos do Estado do Paraná. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
- Park, S. (2019). Size matters: Toward a Contingency Theory of diversity effects on performance. *Public Performance & Management Review*, 43(2), 278-303. <https://doi.org/10.1080/15309576.2019.1657917>
- Pereira, B. A. D., & Ckagnazaroff, I. B. (2021). Contribuições para a consolidação da New Public Governance: identificação das dimensões para sua análise. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(1) 111-122. <https://doi.org/10.1590/1679-395120200104>
- Peters, B. G., & Pierre, J. (1998). Governance Without Government? Rethinking Public Administration. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 8, 223-224. <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.jpart.a024379>
- Pinho, J. A. G. de, & Sacramento, A. R. S. (2009). Accountability: já podemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, 43(6) 1343-1368. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000600006>

- Pisa, B. J. (2014). *Uma proposta para o desenvolvimento do índice de avaliação da governança pública (IGovP): instrumento de planejamento e desenvolvimento do estado*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Porporato, M. (2011). Management Control Systems' literature Development: Theoretical Approaches and Critiques within the Functionalist Paradigm. *Revista Universo Contábil*, 7(2), 146-173. <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.20117>
- Power, M. (2004). *The Risk Management of Everything*. London: Demos.
- Prajogo, D. I. (2016). The strategic fit between innovation strategies and business environment in delivering business performance. *International Journal of Production Economics*, 171(Part 2), 241-249. <https://doi.org/10.1016/j.ijpe.2015.07.037>
- Prat, A. (2005). The wrong kind of transparency. *The American Economic Review*, 95(3), 862-877. <http://dx.doi.org/10.1257/0002828054201297>
- Przebylłowicz, E., Cunha, M. A., & Meirelles, F. de S. (2018). O uso da tecnologia da informação e comunicação para caracterizar os municípios: quem são e o que precisam para desenvolver ações de governo eletrônico e smart city. *Revista de Administração Pública*, 52(4), 630-649. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612170582>
- Rabito, D. H. F., Sanches, S. L. R., Carvalho, L. M. C., & Paiva, I. C. de S. (2022). Influence of contingency factors on the development of smart cities in Brazil. *International Journal of Innovation - IJI*, 10(4), 696-728. <https://doi.org/10.5585/iji.v10i4.21914>
- Ramos, S. S., & Vieira, K. M. (2015). Matriz LIMPE: Proposta de ferramenta gerencial para mensuração da governança pública municipal. *Tecnologia de Administração e Contabilidade*, 5(1), 30-53. <http://dx.doi.org/10.21714/2236-02632015v5n1tac96>
- Ranis, G., Stewart, F., & Ramirez, A. (2000). Economic growth and human development. *World Development*, 28(2), 197-219. [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(99\)00131-X](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(99)00131-X)
- Rezende, D. A., & Frey, K. F. (2005). Administração estratégica e governança eletrônica na gestão urbana. *Revista Eletrônica de Gestão de Negócios*, 1(1), 51-59. Recuperado de <https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30681-32653-1-PB.pdf>
- Rhodes, R. (2007). Understanding governance: Ten years on. *Organization Studies*, 28(44), 652-667. <https://doi.org/10.1177/0170840607076586>
- Rodrik, D. (1998). Why do more open economies have bigger governments? *The Journal of Political Economy*, 106(5), 997-1032. <https://doi.org/10.1086/250038>
- Ronconi, L. (2011). Governança pública: um desafio à democracia. *Emancipação*, 11(1), 21-34. <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.V.11i1.0002>
- Rose-Ackerman, S. (2017). What does “governance” mean? *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, 30(1), 23-27. <https://doi.org/10.1111/gove.12212>

- Rothstein, H., Huber, M., & Gaskell, G. (2006). A theory of risk colonization: The spiraling regulatory logics of societal and institutional risk. *Economy and Society*, 35(1), 91-112. <https://doi.org/10.1080/03085140500465865>
- Rotman, D. (2021). Preparado para voltar a ser um tecno-otimista? MIT Technology Review Publicado por TEC - Edição Execução, Ano 1, Número 4, 96-99.
- Ruckert, I. N., Borsatto, M. L., & Rabelo, M. (2002). *As finanças municipais e os gastos sociais no Rio Grande do Sul – 1995-99*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.
- Santos, R. R. dos, & Rover, S. (2019). Influência da governança pública na eficiência da alocação dos recursos públicos. *Revista de Administração Pública*, 53(4), 732-752. <https://doi.org/10.1590/0034-761220180084>
- Santos, S. R. T. D., & Alves, T. W. (2011). O impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal no desempenho financeiro e na execução orçamentária dos municípios no Rio Grande do Sul de 1997 a 2004. *Revista de Administração Pública*, 45(1), 181-208. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000100009>
- Scarpin, J. E., & Slomski, V. (2007). Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. *Revista de Administração Pública*, 41(5), 909-934. Recuperado de <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6612>
- Schommer, P. C., & Moraes, R. L. (2010). Observatório sociais como promotores de controle social e accountability: reflexões a partir da experiência do observatório social de Itajaí. *Gestão.org*, 8(3), 298-326.
- Secchi, L. (2009). Modelos organizacionais e reformas da administração pública. *Revista de Administração Pública*, 43(2), 347-369. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000200004>
- Sell, F. F., Beuren, I. M., & Lavarda, C. E. F. (2020). Influência de fatores contingenciais no desempenho municipal: evidências inferenciais. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 14, e164058. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2020.164058>
- Senado Federal. (2019). Projeto de Lei Complementar n. 195 de 2019. Dispõe sobre o procedimento para a incorporação e a fusão de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal; altera a Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966; e dá outras providências. Recuperado de <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/138196>
- Shapiro, J. M. (2006). Smart cities: Quality of life, productivity, and the growth effects of human capital. *Review of Economics and Statistics*, 88(2), 324-335. <https://doi.org/10.3386/w11615>
- Silva, A. R. P. e, Silva, M. C. da, Souza, F. J. V. de, & Silva, J. D. G. da, (2015). Gastos Públicos na Melhoria da Qualidade de Vida: Avaliação de Funções de Governo dos 40 Municípios Melhores Classificados no IDHM. *Revista de Administração e Contabilidade da FAT*, 7, 5-21.

- Silva, J. M. C., Kuwahara, M. Y., & Maciel, V. F. (2012). A eficiência dos gastos municipais na geração de bem-estar na região metropolitana de São Paulo. *RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico*, 14(26), 86-98. <http://dx.doi.org/10.21452/rde.v14i26.1761>
- Skinner, Q. (1999). Ambrogio Lorenzetti's Buon Governo Frescoes: Two Old Questions, Two New Answers. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, 62, 1-28. <https://doi.org/10.2307/751381>
- Slomski, V. (1999). *Teoria do agenciamento no estado – uma evidenciação da distribuição de renda econômica produzida pelas entidades públicas de administração direta*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Souza, F. J. V. de, Araújo, F. R. de, Araújo, A. O., & Silva, M. C. da. (2014). Índice de Governança Eletrônica: um estudo nos sítios dos municípios mais populosos do Brasil. *Revista UNIABEU Belford Roxo*, 7(16), 192-210. Recuperado de <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/19141>
- Stralen, C. J. V., Lima, A. M. D. de, Sobrinho, D. F., Saraiva, L. D. E. S., Stralen, T. B. D. S. V., & Belisário, S. A. (2006). Conselhos de Saúde: efetividade do controle social em municípios de Goiás e Mato Grosso do Sul. *Ciência & saúde coletiva*, 11(3), 621-632. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000300011>
- Suri, T., Boozer, M. A., Ranis, G., & Stewart, F. (2011). Paths to success: the relationship between human development and economic growth. *World Development*, 39(4), 506-522. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2010.08.020>
- Teisman, G. R., & Klijn, E. (2008). Complexity Theory and Public Management. *Public Management Review*, 10(3), 287-297. <http://dx.doi.org/10.1080/14719030802002451>
- Tribunal de Contas da União - TCU. (2011). *Normas de auditoria do Tribunal de Contas da União*. Recuperado de <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A81881E7595543201764E577FD21D59>
- Tribunal de Contas da União - TCU. (2014). *Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública*. Brasília: TCU. Recuperado de https://portal.tcu.gov.br/data/files/FA/B6/EA/85/1CD4671023455957E18818A8/Referencial_basico_governanca_2_edicao.pdf
- Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR. (2019). Relatório do ITP Índice de Transparência da Administração Pública (Ed. 2020). Recuperado de <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/ferramentas-itp-2019/327943/area/250>
- Van de Walle, S. (2005). Measuring bureaucratic quality in governance indicators. *Reveu Française D'Aministration Publique*, 115(3), 435-461. <https://doi.org/10.3917/rfap.115.0435>
- Van Kersbergen, K., & Van Waarden, F. (2004). 'Governance' as a bridge between disciplines: Cross-disciplinary inspiration regarding shifts in governance and problems of governability, accountability and empirical challenges. *European Journal of Political Research*, 43(2), 143-171. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2004.00149.x>

- Varela, P. S. (2008). *Financiamento e Controladoria dos Municípios Paulistas no Setor Saúde: Uma Avaliação de Eficiência*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Varela, P. S., Martins, G. A., & Corrar, L. J. (2009). Perfil dos gastos públicos versus perfil econômico-social dos municípios paulistas. *RCO – Revista de Contabilidade e Organizações – FEARP/USP*, 3(5), 80-97. <https://doi.org/10.11606/rco.v3i5.34733>
- Vasconcellos, M. A. S., & Alves, D. (2000). *Manual de econometria*. Atlas: São Paulo.
- Verhoest, K., Van Thiel, S., Bouckaert, G., & Laegreid, P. (2012). *Government Agencies. Practices a lessons from 30 countries*. London: Palgrave Macmillan UK.
- Viana, E. (2010). *A Governança corporativa no setor público municipal – um estudo sobre a eficácia da implementação dos princípios de governança nos resultados fiscais*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil.
- Vicente, E. F. R., & Scheffer, E. de O. (2014). Governança e Internet: um estudo de caso sobre a divulgação de dados da Administração Pública sob a ótica dos princípios da governança pública. *Universitas: Gestão e TI*, 3(2), 69-78. <https://doi.org/10.5102/un.gti.v3i2.2412>
- Vieira, R. da S. (2009). O Tamanho do Setor Público no Contexto do Federalismo: um modelo aplicado aos municípios brasileiros. *Textos para Discussão*, 1415, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Recuperado de <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2599>
- Wadongo, B., & Abdel-Kader, M. (2014). Contingency theory, performance management and organisational effectiveness in the third sector: A theoretical framework. *International Journal of Productivity and Performance Management*, 63(6), 680-703. <https://doi.org/10.1108/IJPPM-09-2013-0161>
- Wheelan, C. (2016). *Estatística: o que é, para que serve, como funciona*. 1. Ed. Zahar: Rio de Janeiro.
- Wiesel, F., & Modell, S. (2014). From New Public Management to New Public Governance? Hybridization and Implications for Public Sector Consumerism. *Financial Accountability and Management*, 30(2), 75-205. <https://doi.org/10.1111/faam.12033>
- Williams, G. (2011). *What Makes a Good Governance Indicator?* Policy Practice Brief. Brighton: The Policy Practice.
- Woods, M. (2009). A contingency theory perspective on the risk management control system within Birmingham City Council. *Management Accounting Research*, 20(1), 69-81. <https://doi.org/10.1016/j.mar.2008.10.003>
- Yong, G., & Wenhao, C. (2012). Developing a City Governance Index: Based on Surveys in Five Major Chinese Cities. *Social Indicators Research*, 109(2), 305-316. <https://doi.org/10.1007/s11205-011-9904-8>

- Yun, B. (2007). A visual mirror of princes: The wheel on the mural of Longthorpe Tower. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, 70, 1-32.
<https://doi.org/10.1086/JWCI20462757>
- Zimmerman, J., & Stevens, B. (2006). The Use of Performance Measurement in South Carolina Nonprofits. *Non profit Management and Leadership*, 16(3), 315-327.
<https://doi.org/10.1002/nml.109>